

**AFRICAN UNION**

**الاتحاد الأفريقي**



**UNION AFRICAINE**

**UNIÃO AFRICANA**

---

*Addis Ababa, Ethiopia*

*P. O. Box 3243*

*Telephone: 5517 700*

*Fax: 5517844*

*Website: [www.au.int](http://www.au.int)*

---

**CONFERÊNCIA DA UNIÃO  
Vigésima Quinta Sessão Ordinária  
14 – 15 de Junho de 2015  
Joanesburgo, África do Sul**

**Assembly/AU/7(XXV)  
Original: Inglês/Francês**

**RELATÓRIO DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA SOBRE AS  
SUAS ACTIVIDADES E SITUAÇÃO DA PAZ E SEGURANÇA EM  
ÁFRICA**

## RELATÓRIO DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA SOBRE AS SUAS ACTIVIDADES E SITUAÇÃO DA PAZ E SEGURANÇA EM ÁFRICA

### I. INTRODUÇÃO

1. O presente Relatório do CPS sobre as suas Actividades e a Situação de Paz e Segurança em África é apresentado à Conferência da UA em conformidade com a alínea (q) do Artigo 7º do Protocolo do CPS. O Relatório cobre o período desde a 24a Sessão Ordinária da Conferência da UA, realizada a 30 e 31 de Janeiro de 2015, em Adis Abeba, até meados de Junho de 2015. Compreende três partes, que tratam das seguintes questões: (a) assinatura e ratificação do Protocolo do CPS, filiação ao CPS e rotatividade da Presidência do CPS; (b) actividades levadas a cabo pelo CPS na consecução do seu mandato desde o fim de Janeiro de 2014 até Junho de 2015; e (c) uma visão geral da situação de paz e segurança no continente desde Janeiro de 2015 até Junho de 2015.

### II. INFORMAÇÃO ACTUALIZADA SOBRE A ASSINATURA E RATIFICAÇÃO DO PROTOCOLO DO CPS, FILIAÇÃO AO CPS E ROTATIVIDADE DA PRESIDÊNCIA DO CPS

2. Desde a adopção do Protocolo do CPS em Dezembro de 2002, quarenta e quatro (54) Estados-membros o assinaram, ao passo que quarenta e nove (49) assinaram e ratificaram o Protocolo. Os seguintes Estados-membros assinaram mas ainda não o ratificaram: Cabo Verde, República Centro Africana (RCA), Republica Democratica do Congo (RDC), Libéria e Sudão do Sul.

3. Srelativamente à filiação, o CPS é constituído por quinze (15) membros com direitos iguais, em conformidade com o parágrafo (1) do Artigo 5º do Protocolo, que são eleitos da seguinte forma: dez (10) membros eleitos para um mandato de dois anos e cinco (5) para um mandato de três anos. A actual lista dos membros do CPS em ordem alfabética em língua inglesa é a seguinte: Argélia\*, Burundi, Chade, Guiné Equatorial\*, Etiópia, Gâmbia, Guiné, Líbia, Moçambique\*, Namíbia, Níger, Nigéria\*, África do Sul, Tanzânia e Uganda\*<sup>1</sup>. De notar que o mandato de ambas as categorias, os mandatos de três e de dois anos irá expirar a 30 de Março de 2016.

4. Em conformidade com o Artigo 23º do Regulamento Interno do CPS, a presidência do CPS é exercida de forma rotativa entre os seus membros numa base mensal, seguindo a ordem afabetica em língua inglesa dos seus nomes. Assim, durante o período em análise, a presidência do CPS teve a seguinte rotatividade:

-	Guiné	Janeiro de 2015;
-	Líbia	Fevereiro de 2015;
-	Namíbia <sup>2</sup>	Março de 2015;
-	Moçambique	Abril de 2015;
-	Níger	Maio de 2015;
-	Nigéria	Junho de 2015.

<sup>1</sup> \* Denota os Membros do CPS com mandato de três anos

<sup>2</sup> Namíbia e Moçambique, por acordo mútuo, trocaram o período de presidência do CPS

### III. ACTIVIDADES MENSAIS DO CPS

#### A) Actividades do CPS durante os últimos dias do mês de Janeiro de 2015 (29 a 31 de Janeiro de 2015) sob a Presidência da Guiné<sup>3</sup>

5. De notar igualmente que, em Janeiro de 2015, após a apresentação do Relatório do CPS à Conferência, o CPS reuniu-se a nível de Chefes de Estado e de Governo, na sua 484ª Reunião realizada a 29 de Janeiro de 2015, à margem da 24ª Sessão Ordinária da Conferência da UA, realizada a 30 e 31 de Janeiro de 2015, em Adis Abeba. O CPS analisou a situação no Sudão do Sul, a questão do grupo terrorista Boko Haram e o surto do Vírus do Ébola na África Ocidental.

#### - Situação no Sudão do Sul

6. O CPS manifestou a sua profunda preocupação pela situação prevalecente no Sudão do Sul e observou com grande desagrado o facto das partes sul sudanesas não se terem reunido no prazo de 22 de Novembro de 2014, definido pela 28ª Cimeira Extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo da IGAD, para conclusão das consultas sobre as questões pendentes. O CPS reiterou a sua determinação de impor sanções às partes que continuam a prejudicar o Acordo de Cessação das Hostilidades e a obstruir o processo político. O CPS lembrou o parágrafo 8 do Comunicado PSC/AHG/COMM.1(CDXI).Rev.1, adoptado durante a 411ª reunião, que solicita à Presidente da Comissão a criar uma Comissão de Inquérito para investigar as violações dos direitos humanos e outros abusos cometidos durante o conflito armado e a fazer recomendações sobre a melhor via e meios para garantir a prestação de contas, reconciliação e cura entre todas as comunidades sul sudanesas. O CPS tomou nota da conclusão pela Comissão de Inquérito sobre o Sudão do Sul do seu trabalho e felicitou o seu Presidente, o antigo Presidente Olusegun Obasanjo, e os seus membros pelo seu trabalho árduo e compromisso no cumprimento do seu mandato. O CPS decidiu adiar a apreciação do relatório da Comissão de Inquérito para uma data posterior e a tomar as decisões apropriadas.

#### - Grupo Terrorista Boko Haram

7. O CPS reiterou a forte condenação da UA aos horrendos ataques terroristas cometidos pelo Boko Haram e reafirmou que as acções do grupo terrorista Boko Haram constituem uma séria ameaça, não apenas para a Nigéria e a região, mas igualmente para todo o continente. Deste modo, o CPS sublinhou o papel e obrigação de África, como um todo, de prestar todo o apoio necessário aos Estados-membros da Comissão da Bacia do Lago Chade (LCBC) e ao Benin. O CPS felicitou os Estados-membros da LCBC e o Benin pelos seus esforços contínuos para a melhoria da eficácia no combate contra o grupo terrorista Boko Haram e observou com satisfação as medidas práticas acordadas durante a reunião de Niamey de 20 de Janeiro de 2015, especialmente a criação da Sede do Grupo de Trabalho Multinacional Conjunto (MNJTF) e sobre uma rede de comunicações segura para as forças de segurança que operam na e ao longo da Bacia do Lago Chade, e decidiu apoiar os esforços dos Estados-membros da LCBC e Benin e conforme solicitado pela sua Reunião Ministerial de Niamey e recomendado pela

---

<sup>3</sup> As actividades da presidência da Guiné foram cobertas no último Relatório de Actividades do CPS e Situação da Paz e Segurança em África, apresentado à 24ª Sessão Ordinária da Conferência da União Africana

Presidente da Comissão nos parágrafos 19 e 22 do seu relatório, de autorizar o destacamento do MNJTF, por um período inicial de doze anos renováveis e de um efectivo que poderá ascender a 7.500 pessoal militar e outro.

- Surto do Vírus do Ébola na África Ocidental

8. O CPS felicitou a Presidente da Comissão pelo seu extraordinário compromisso no combate à Doença do Vírus do Ébola e pelos esforços que estão a ser empreendidos em resposta à epidemia na África Ocidental, incluindo o destacamento da Missão de Apoio da UA para o Combate Contra a Epidemia do Vírus do Ébola na África Ocidental (ASEOWA), e os países da região, sob os auspícios da CEDEAO, outros Estados-membros da UA, bem como o resto da comunidade internacional, pelos seus esforços contínuos e medidas tomadas para conter e eliminar o surto do Vírus do Ébola. O CPS manifestou o seu profundo apreço ao sector privado africano por responder de forma generosa ao apelo feito pela Presidente da Comissão e por terem contribuído para o Fundo de Solidariedade contra o Vírus do Ébola criado pela UA, e aos bravos voluntários da ASEOWA e profissionais de saúde, destacados nos países afectados da África Ocidental, que colocam as suas vidas em grande risco.

9. O CPS tomou nota com satisfação da melhoria da situação nos países afectados pelo Vírus do Ébola, nomeadamente a Libéria, Guiné e Sierra Leone, bem como da declaração da República do Mali como livre do Vírus do Ébola pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a 19 de Janeiro de 2015. O CPS reiterou a sua profunda preocupação pelo impacto negativo da epidemia do Vírus do Ébola no tecido socioeconómico dos países afectados. Nesse sentido, o CPS sublinhou a necessidade de se continuar a prestar particular atenção ao impacto da epidemia nos esforços de reconstrução pós-conflito e de desenvolvimento socioeconómico nos países afectados e solicitou à Comissão, em colaboração com a UNECA e o BAD, e no quadro da Iniciativa de Solidariedade Africana (ASI), a organizar uma Conferência de Solidariedade Africana (ASC) para mobilizar apoio às actividades de reconstrução pós-conflito e de edificação da paz nos países afectados. O CPS sublinhou a necessidade de evitar qualquer estigmatização, discriminação e isolamento tanto do povo como dos países mais afectados, e reiterou a solicitação da 16ª Sessão Extraordinária do Conselho Executivo da UA, de tomar todas as medidas necessárias para a criação, o mais rapidamente possível, de um Centro Africano de Controlo e Prevenção de Doenças (ACDCP), em conformidade com a Decisão da Conferência AU/Dec.499(XXII).

**B) Actividades do CPS durante o mês de Fevereiro de 2015, sob a Presidência da Líbia**

10. A Líbia assumiu a presidência do CPS a 1 de Fevereiro de 2015. Durante esse mês, a Líbia presidiu quatro reuniões do CPS. Durante a presidência da Líbia, foi organizada uma Missão Conjunta no Terreno ao Mali do CPS da UA e do Comité de Políticas e Segurança da União Europeia (CPS UE), de 11 a 13 de Fevereiro de 2015. A Namíbia, a pedido da Líbia, co-liderou a missão conjunta.

a) 485ª Reunião:

**11.** Na sua 485ª reunião, realizada a 5 de Fevereiro de 2015, o CPS analisou e adoptou o seu programa de trabalho provisório para o mês de Fevereiro de 2015 e fez preparativos para a missão conjunta no terreno ao Mali com o CPS UE.

b) 486ª Reunião:

**12.** Na sua 486ª reunião, realizada a 19 de Fevereiro de 2015, o CPS reviu a realização da sua Missão Conjunta no Terreno com o CPS UE ao Mali. O CPS adoptou um Comunicado, em que apela ao governo e povo maliano, bem como os actores internacionais presentes no Mali, a continuarem os seus esforços para a reconstrução do Mali, especialmente no que concerne ao desenvolvimento e reforço das forças de defesa e segurança malianas.

c) 487ª Reunião:

**13.** Na sua 487ª reunião, realizada a 20 de Fevereiro de 2015, o CPS deliberou sobre a situação na Somália e a operação da Missão da UA na Somália (AMISOM). O CPS saudou os progressos políticos e as conquistas em termos de segurança que se registam na Somália e instou as partes intervenientes somalis no sentido de consolidar essas conquistas. O CPS condenou energicamente os ataques terroristas na Somália. Decidiu levar a cabo uma missão no terreno à Somália, num momento que seja apropriado, para recolher informações e avaliar a situação no terreno.

d) 488ª Reunião:

**14.** Na sua 488ª reunião, realizada a 23 de Fevereiro de 2015, o CPS deliberou sobre a situação na Região dos Grandes Lagos. No Comunicado adoptado na ocasião, o CPS destacou a importância crucial da implementação escrupulosa e oportuna do Quadro de Paz, Segurança e Cooperação (PSC) para a República Democrática do Congo (RDC) e a região, e instou todos os países signatários a honrarem os seus compromissos nos termos do Quadro. O CPS manifestou a sua profunda preocupação em relação à recusa das Forças Democráticas de Libertação do Ruanda (FDLR) de se desarmar e desmobilizar voluntariamente até a data de 2 de Janeiro de 2015, conforme definido pela CIRGL e SADC, com o apoio da UA e da ONU. O CPS sublinhou a necessidade do desarmamento e desmobilização incondicionais e plenos das FDLR e de outras forças negativas. O CPS apelou para a um processo de implementação acelerado da Declaração de Nairobi de 12 de Dezembro de 2013, que concluiu o Diálogo de Kampala entre o governo e os antigos rebeldes do M23.

- Missão Conjunta no Terreno entre o CPS da UA e o Comité de Políticas e Segurança da UE (CPS UE) ao Mali

**15.** De 10 a 14 de Fevereiro de 2015, o CPS da UA e o CPS da UE, em conformidade com a Parceria UA-UE na Área da Paz e Segurança, bem como com o Artigo 17º do Protocolo do CPS, realizou uma Missão Conjunta no Terreno ao Mali. A missão conjunta no terreno deu oportunidade à ambos os órgãos para recolher informações em primeira mão e para discutir, no Mali, com o Presidente Ibrahim Boubacar Keita, o Primeiro-Ministro Modibo Keita e outros importantes

Ministros, bem como com os representantes dos principais partidos políticos, parlamentares e organizações da sociedade civil. A Missão visitou igualmente Gao, no norte do Mali, onde realizou reuniões com representantes da comunidade local, com a Missão Multidimensional Integrada de Estabilização no Mali (MINUSCA) e com a operação francesa Barkhane.

**16.** Ao concluir a Missão, o CPS da UA e o CPS da UE adoptaram um Comunicado de Imprensa conjunto. Manifestaram a sua profunda preocupação em relação à persistente violência no Norte do Mali, destacando que a situação prevaiente apresenta uma séria ameaça à segurança, estabilidade, integridade territorial e desenvolvimento do país e da região do Sahel, como um todo, e continua a causar sofrimento humano numa escala massiva. A Missão apelou à todas as partes a respeitar o acordo de cessar fogo de 23 de Maio de 2014, e a Declaração de Cessação das Hostilidades de 24 de Julho de 2014.

- Reunião consultiva entre o CPS e o Painel de Alto Nível da ONU sobre Revisão das Operações de Paz

**17.** A 10 de Fevereiro de 2015, o CPS, aquando da realização da missão conjunta com o CPS da UE, realizou uma reunião consultiva com o Painel da ONU sobre Revisão das Operações de Paz, via teleconferência. Durante a reunião consultiva, o CPS trocou opiniões com o Painel e a posição de África sobre a revisão das operações de paz da ONU. A 30 de Abril de 2015, o CPS adoptou a Posição Comum Africana sobre a revisão das operações de paz da ONU.

**C) Actividades do CPS durante o mês de Março de 2015, sob a Presidência da Namíbia**

**18.** A Namíbia assumiu a presidência do CPS a 1 de Março de 2015. Durante esse mês, a Namíbia presidiu oito reuniões do CPS. O CPS realizou igualmente a sua 9ª Reunião Annual Consultiva Conjunta com o Conselho de Segurança da ONU.

a) 489ª Reunião:

**19.** Na sua 489ª reunião, realizada a 3 de Março de 2015, analisou e adoptou o seu programa de trabalho provisório para o mês de Março de 2015.

**20.** Durante a mesma reunião, o CPS analisou o Relatório da Presidente da Comissão sobre a implementação do Comunicado PSC/AHG/COMM.2(CDLXXXIV) sobre o grupo terrorista Boko Haram e sobre outros outros esforços internacionais relacionados. O CPS, tendo condenado veementemente as atrocidades perpetradas pelo grupo terrorista Boko Haram, aprovou o Conceito de Operações (CONOPS) do Grupo de Trabalho Multinacional (MNJTF) criado para combater o grupo terrorista Boko Haram. O CPS autorizou um aumento no efectivo do MNJTF do número inicial de 7500 para até 10000 pessoal militar e civil, provenientes dos Estados-membros da Comissão da bacia do Lago Chade e Benin (LCBC). O CPS saúda a decisão da Cimeira Extraordinária da CEEAC de 16 de Fevereiro de 2015, de prestar apoio financeiro e logístico aos Camarões e Chade para o combate contra o grupo terrorista Boko Haram. Por outro lado, o CPS instou o Conselho de Segurança da ONU a adoptar, urgentemente, nos termos do Capítulo VI da Carta da ONU, uma resolução aprovando o destacamento do MNJTF e permitindo a prestação de apoio sustentável, flexível e previsível ao MNJTF.

b) 490ª Reunião:

**21.** Na sua 490ª reunião, realizada a 05 de Março de 2015, o CPS analisou a situação no Burundi. O CPS saudou as medidas já tomadas para a condução do processo eleitoral, e apelou ao Governo do Burundi e todas as outras partes interessadas, incluindo os partidos políticos e organizações da sociedade civil, a trabalharem em conjunto para a realização com êxito de eleições pacíficas, inclusivas, livres, credíveis e transparentes, com o devido respeito à legalidade, incluindo a Constituição do Burundi. O CPS apelou aos Estados-membros da UA, a ONU e a comunidade internacional em geral para prestar todo o apoio financeiro e logístico necessário ao Burundi, no sentido da realização com êxito das eleições.

c) 491ª Reunião:

**22.** Na sua 491ª Reunião, realizada a 09 de Março de 2015, o CPS realizou uma sessão pública sobre o tema: “A vulnerabilidade das mulheres e crianças em situações de conflito em África”. Além do debate sobre o tema, a reunião comemorou igualmente o 15º Aniversário da adoção da resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU sobre Mulheres, Paz e Segurança e o 5º Aniversário da Década da Mulher Africana (2010-2020), que foi lançado a 15 de Outubro de 2010, em Nairobi, no Quênia.

**23.** O CPS condenou firmemente o uso da violência sexual como arma de guerra, e enfatizou a necessidade de combater a impunidade nos casos de violência e violação sexual em situações de conflito. O CPS condenou ainda veementemente o recrutamento e a utilização de crianças-soldados pelas partes envolvidas em conflitos armados, em violação às suas obrigações internacionais, e todas as outras violações e abusos cometidos contra crianças em situações de conflito armado. O CPS sublinhou a responsabilidade dos Estados-membros de garantir a protecção das mulheres e crianças em situações em que sejam ameaçadas ou afectadas pela violência, de acordo com os relevantes instrumentos da União Africana e internacionais.

d) 492ª e 493ª Reunião:

**24.** Na sua 492ª Reunião, realizada a 11 de Março de 2015, o CPS analisou os preparativos para a sua 9ª reunião anual consultiva conjunta com do Conselho de Segurança da ONU, prevista para 13 de Março de 2015. Na sua 493ª reunião realizada a 12 de Março de 2015, o CPS finalizou os preparativos para a reunião de consulta com o Conselho de Segurança da ONU.

e) 494ª Reunião:

**25.** Na sua 494ª reunião, realizada a 24 de Março de 2015, o CPS analisou a situação no Sudão do Sul, bem como a situação em Abyei.

- Informação sobre a situação no Sudão do Sul

**26.** O PSC observou com grande decepção o fracasso das partes do Sudão do Sul de chegar a acordo sobre as questões pendentes até a data limite de 5 de Março de 2015, conforme estabelecido pela IGAD, e apelou aos mesmos a cumprir com os seus compromissos no âmbito do Acordo de Cessação das Hostilidades de

23 de Janeiro de 2014, e a demonstrar a vontade política necessária e sentido de responsabilidade para pôr fim ao sofrimento indiscriminado infligido ao seu povo. O CPS saudou a conclusão pela Comissão das consultas relativas à composição da Comité *Ad Hoc* de Alto Nível da UA, instituído nos termos do Comunicado PSC/PR/COMM(CDLXXIV), adoptado na sua 474ª reunião, realizada a 5 de Dezembro de 2014, para o reforço do apoio de África, com a mediação da IGAD, para o Sudão do Sul. Instou o Comité *Ad Hoc*, a ser constituído pelos Chefes de Estado e de Governo da Argélia, Chade, Nigéria, Ruanda e África do Sul, a reunirem-se o mais rapidamente possível para elaborar os Termos de Referência e determinar o seu plano de trabalho em apoio à IGAD .

- Relativamente à situação em Abyei

**27.** Quanto à situação em Abyei, o Conselho manifestou profunda preocupação pela volatilidade da situação de segurança na área e condenou veementemente todos os actos de violência cometidos na área de Abyei. O CPS, tendo manifestado preocupação pela não implementação das disposições essenciais do Acordo de 20 de Junho de 2011, sobre um Regime Temporário de Administração e Segurança da Área de Abyei, especialmente aqueles relacionados com o estabelecimento da Administração, do Conselho e do Serviço de Polícia da Área de Abyei, apelou aos Governos do Sudão e do Sudão do Sul a tomar urgentemente as medidas necessárias para o estabelecimento das estruturas acordadas. O CPS encorajou os Governos do Sudão e do Sudão do Sul a prosseguirem os seus esforços para alcançar um acordo sobre o estatuto final da Área de Abyei, sob os auspícios do Painel de Implementação de Alto Nível da UA (AUHIP).

**28.** O Conselho saudou a conclusão do trabalho realizado pela Comissão de Inquérito criada nos termos do Comunicado PSC/PR/COMM.(CCCLXXIV) adoptado durante a sua 374ª reunião, realizada a 7 de Maio de 2013, para o esclarecimento do assassinato do Chefe Koul Deng Koul e do pessoal da UNISFA. O CPS solicitou à Comissão a contactar as Partes sobre as conclusões e recomendações do inquérito, com vista a prevenir a repetição de incidentes semelhantes, tendo em conta a necessidade de promover a estabilidade e a reconciliação na Área de Abyei.

f) 495ª Reunião:

**29.** Na sua 495ª reunião, realizada a 26 de Março de 2015, o CPS analisou a situação na RCA e as atividades da Missão da UA na RCA e para a África Central (MISAC). O CPS saudou a melhoria da situação de segurança na RCA, bem como os progressos realizados no processo político iniciado após a assinatura do acordo sobre a Cessação das Hostilidades em Brazzaville, República do Congo, a 23 de Julho de 2014. O CPS saudou ainda a criação da Comissão Preparatória do Fórum, e apelou para a máxima inclusividade, notando o papel crucial do Fórum na promoção da reconciliação nacional. O CPS reiterou a necessidade de respeitar as disposições da Carta Constitucional de Transição sobre a inelegibilidade dos líderes da transição e/ou dos actores políticos sob sanções impostas pelo CPS e pelo Conselho de Segurança da ONU.



g) 496ª Reunião:

**30.** Na sua 496ª Reunião, realizada a 27 de Março de 2015, o CPS analisou a situação no Saara Ocidental com base no relatório apresentado pela Presidente da Comissão [PSC/PR/2(CDXCVI)] e a informação atualizada prestada pelo Enviado Especial da Presidente da Comissão para o Saara Ocidental, o ex-presidente Joaquim Chissano. O CPS analisou igualmente a evolução das negociações de paz inter-malianas, com base no relatório da Presidente da Comissão [PSC/PR/3.(CDXCVI)] e a a informação atualizada prestada pelo Alto Representante da UA para o Mali e Sahel, o ex-presidente Pierre Buyoya.

- Situação no Saara Ocidental

**31.** O PSC observou com profunda preocupação que, quatro décadas após o início do conflito no Saara Ocidental e cinquenta anos após a decisão de descolonização do Saara Ocidental, todos os esforços para se chegar a uma solução, até agora, não conseguiram alcançar os resultados esperados. O CPS manifestou a necessidade urgente de novos esforços para superar o actual impasse. O CPS decidiu reactivar o Comité *Ad Hoc* de Chefes de Estado e de Governo sobre o conflito no Saara Ocidental, criado pela 15ª Cimeira Ordinária da OUA, realizada em Cartum, Sudão, de 18 a 22 Julho de 1978, e de estabelecer um Grupo Internacional de Contacto para o Saara Ocidental (ICG-WS). O CPS solicitou que seja concedida ao Enviado Especial da UA para o Saara Ocidental a oportunidade de discursar junto do Conselho de Segurança durante a sua reunião sobre o Saara Ocidental agendada para ter lugar em Abril de 2015. O CPS decidiu ainda realizar análises periódicas da situação no Saara Ocidental, pelo menos duas vezes por ano.

- Relativamente à situação no Mali/Sahel

**32.** Ainda durante a 496ª Reunião, o CPS saudou a conclusão do processo lançado em Argel a 16 de Julho de 2014, que levou ao Acordo de Paz e Reconciliação no Mali, durante a 5ª fase das Conversações de Paz Inter-malianas, que teve lugar de 17 a 26 de Fevereiro de 2015. O CPS reiterou o profundo apreço da UA a Argélia, chefe de fila da mediação, e aos outros membros da Equipa de Mediação. O CPS manifestou o seu total apoio ao acordo, considerando-o um compromisso equilibrado que tem em conta as legítimas preocupações de todas as partes. O CPS manifestou o apreço da UA ao governo do Mali e aos Movimentos da Plataforma de Argel por terem rubricado o acordo a 1 de Março de 2015, em Argel, e instou a Coordenação dos Movimentos da Azawad (CMA) a rubricar sem demora, e assinar o acordo que emana do Processo de Argel. O CPS manifestou ainda a sua determinação em tomar e implementar, no tempo devido, medidas contra todos os grupos e indivíduos cujas acções impedem a implementação do acordo, e a buscar o apoio do Conselho de Segurança da ONU e da comunidade internacional em geral para tais medidas. O CPS apelou aos Estados-membros da UA e os outros membros da comunidade internacional a prestar o apoio financeiro e técnico necessário para a implementação do acordo.

- 9ª Reunião Anual Consultiva Conjunta com o Conselho de Segurança da ONU

**33.** A 12 de Março de 2015, a Reunião Consultiva da 9ª Reunião Anual Conjunta entre CPS da UA e o CSNU foi realizada em Adis Abeba. A reunião trocou opiniões sobre as situações na RCA, Darfur, Região dos Grandes Lagos, Líbia, Mali e no Sahel, Somália e no Sudão do Sul, bem como sobre a questão do grupo terrorista Boko Haram. Trocou igualmente pontos de vista sobre a revisão das operações de paz da ONU e o reforço da cooperação entre o CPS da UA/CSNU na prevenção de conflitos e crises em África, bem como sobre a questão das mulheres, paz e segurança, no quadro da Parceria UA-ONU. Foi adoptado um comunicado conjunto no final da reunião.

**D) Actividades do CPS durante o mês de Abril de 2015, sob a Presidência de Moçambique**

**34.** Moçambique assumiu a presidência do CPS a 1 de Abril de 2015. Durante o referido mês, Moçambique presidiu sete reuniões do CPS. Além disso, durante o mês de Abril de 2015, a Presidência do CPS realizou, em nome do CPS, uma missão de solidariedade ao Quênia, na sequência do ataque terrorista em Garissa:

a) 497ª Reunião:

**35.** Na sua 497ª Reunião realizada a 8 de Abril de 2015, o CPS analisou e aprovou o seu programa de trabalho para o mês de Abril de 2015. O Conselho recebeu igualmente um informe sobre as eleições em África, bem como sobre o atentado terrorista perpetrado em Garissa, a 2 de Abril de 2015.

- Relativamente às eleições em África

**36.** O CPS foi informado pela Comissão sobre as eleições que tiveram lugar na República Federal da Nigéria, União das Comores, Reino do Lesoto e República da Zâmbia, bem como sobre as próximas eleições no Sudão, Togo e Burundi. O CPS felicitou o povo e os líderes políticos da Nigéria, Zâmbia, Ilhas Comores e Lesoto por terem realizado as suas respectivas eleições de forma pacífica e com êxito. O CPS felicitou especialmente o povo e os líderes políticos da Nigéria pela forma exemplar como realizaram as eleições a 28 de Março de 2015, e apelou os outros Estados-membros da UA a seguir o exemplo da Nigéria. No contexto dos esforços da UA no Sudão, e tendo em conta o seu envolvimento de longa data naquele país, o CPS solicitou à Comissão a enviar uma missão de observadores para as próximas eleições gerais. O CPS saudou com apreço a contribuição financeira feita pela Nigéria no sentido de reforçar a capacidade da Comissão para promover eleições pacíficas e credíveis no continente africano. O CPS apelou ao Governo e ao povo do Burundi para assegurar que as próximas eleições sejam conduzidas de forma credível e num ambiente pacífico.

- Ataque terrorista em Garissa

**37.** O CPS condenou com a maior veemência possível o ataque terrorista contra a Universidade de Garissa, durante o qual mais de 148 alunos e funcionários inocentes foram mortos, enquanto muitos outros foram feridos. O CPS sublinhou que este acto bárbaro contra civis inocentes é equivalente a um ataque ao

continente africano como um todo. O CPS reiterou total solidariedade da UA com o povo e o Governo do Quênia, e concordou em enviar uma delegação ao Quênia para transmitir as suas mais sentidas condolências e expressar a sua solidariedade ao povo e Governo do Quênia.

b) 498ª Reunião:

**38.** Na sua 498ª Reunião realizada a 14 de Abril de 2015, o CPS teve uma reunião com os representantes dos membros do Conselho de Segurança da ONU baseados em Adis Abeba, para trocar opiniões sobre a situação no Saara Ocidental. O Presidente do CPS para o mês de Março de 2015, Namíbia, apresentou a posição africana em relação à situação com base no Comunicado do CPS PSC/PR/COMM/1. (CDXCVI), sobre o Saara Ocidental, adoptado na sua 496ª Reunião realizada a 27 de Março de 2015.

c) 499ª Reunião:

**39.** Na sua 499ª Reunião realizada a 23 de Abril de 2014, o CPS aprovou um comunicado à imprensa no qual condenou o assassinato de 30 etíopes inocentes pelos terroristas afiliados ao Estado Islâmico (IS Da'esh) na Líbia, e transmitiu as suas condolências ao povo e Governo da Etiópia, bem como às famílias das vítimas deste acto horrível. O CPS reafirmou a rejeição total da UA do terrorismo em todas as suas formas e manifestações. Além disso, o CPS reiterou a necessidade de esforços renovados, vigorosos e coordenados africanos e internacionais com vista a resolver a situação na Líbia. O CPS concordou em enviar uma delegação para manifestar a sua solidariedade total e de todo o continente africano com o povo e o Governo etíope.

d) 500ª Reunião:

**40.** Na sua 500ª Reunião, realizada a 27 de Abril de 2015, o CPS foi informado sobre a questão do grupo terrorista Boko Haram. O CPS analisou igualmente a situação na Líbia com base no relatório apresentado pela Presidente da Comissão [PSC / PR / 3 (D)] e informação actualizada fornecida pelo Enviado Especial da UA para a Líbia, Mohamed Dileita Dileita:

- Relativamente à questão do Boko Haram

**41.** O CPS elogiou os progressos alcançados no terreno para neutralizar o grupo terrorista Boko Haram, bem como os países da região pelos seus esforços e compromissos. O CPS tomou nota dos esforços envidados pelos membros africanos do Conselho de Segurança das Nações Unidas (A3), para a adopção de uma resolução de apoio ao envio da MNJTF e autorização do estabelecimento dos mecanismos de apoio necessários. Concordou em analisar o assunto no momento oportuno, com base nas recomendações feitas pelo A3. O CPS reconheceu a promessa feita pela Nigéria de contribuir com fundos para a luta contra a Boko Haram e incentivou os outros Estados-membros a apoiar os esforços dos países da região. O CPS saudou a contribuição do Reino Unido, bem como os debates entre a UA e a UE para a disponibilização de financiamento em apoio à MNJTF, no quadro do Mecanismo Africano de Apoio à Paz (APF).

- Relativamente à situação na Líbia

**42.** O CPS reafirmou a sua profunda preocupação face ao colapso das estruturas estatais e à insegurança prevalecente na Líbia, e expressaram preocupação pelo agravamento do flagelo do terrorismo na Líbia. O CPS condenou veementemente os grupos terroristas que operam na Líbia e as suas actividades criminosas, incluindo a morte horrível de migrantes africanos de origem egípcia e etíope. O CPS exortou os intervenientes líbios a comprometerem-se ao diálogo e reiterou o seu apoio ao diálogo político liderado pela ONU, e instou todos os intervenientes líbios competentes a alargar a cooperação necessária para este processo. O CPS observou igualmente que a anarquia prevalecente na Líbia estava a facilitar as actividades das redes criminosas envolvidas no tráfico de seres humanos para a Europa, levando à perda de inúmeras vidas humanas durante as tentativas para atravessar o Mar Mediterrâneo. A este respeito, o CPS sublinhou a necessidade de acções eficazes a nível internacional, regional e nacional para abordar tanto os aspectos imediatos como de longo prazo do problema.

e) 501ª Reunião:

**43.** Na sua 501ª Reunião, realizada a 28 de Abril de 2015, o CPS foi informado sobre a situação no Burundi. O CPS exprimiu a sua grande preocupação face aos incidentes que tiveram lugar no Burundi, lamentou profundamente a perda de vidas humanas e condenou veementemente todos os actos de violência. O CPS exortou todos os intervenientes do Burundi a actuar com a máxima moderação, respeitar o constitucionalismo e a superar as suas diferenças, com o devido respeito à legalidade, e facilitar a organização de eleições pacíficas, livres, justas e credíveis. O CPS exortou todos os intervenientes do Burundi a respeitar a decisão do Tribunal Constitucional, assim que seja proferida. O CPS saudou a intenção do Presidente da Comissão de enviar uma missão de alto nível com urgência para Burundi para identificar outras medidas práticas que possam contribuir para pôr fim à actual tensão e contribuir para a criação de condições propícias para a organização com êxito das eleições.

f) 502ª Reunião:

**44.** Na sua 502ª Reunião, realizada a 29 de Abril de 2015, o CPS recebeu um informe sobre a situação no Mali. O CPS analisou igualmente o relatório da Presidente da Comissão sobre o acompanhado do Comunicado PSC / PR / 2. (CDLXIII) relativo à prevenção de conflitos estruturais, adoptado pelo CPS na sua 463ª Reunião realizada a 27 de Outubro de 2014.

- Relativamente à situação no Mali

**45.** O CPS reiterou a sua convicção de que o Acordo para a Paz e Reconciliação em Mali, rubricado a 1 de Março de 2015, pelo Governo do Mali e os Movimentos da Plataforma de Argel, foi um compromisso equilibrado, tendo em conta as legítimas preocupações de todas as partes. O CPS reiterou o seu apelo urgente à CMA, para juntar-se, sem mais delongas, ao Acordo. O CPS tomou nota com satisfação da decisão de organizar a cerimónia formal de assinatura do Acordo em Bamako, a 15 de Maio de 2015. O CPS reafirmou a sua determinação, em coordenação com a comunidade internacional, especialmente o Conselho de Segurança da ONU, tomar as medidas adequadas, incluindo sanções, contra indivíduos e entidades cujas

acções minam os esforços regionais e internacionais para restabelecer a paz e a segurança no Mali. O CPS reafirmou a sua profunda preocupação face à situação de segurança em Mali.

- Relativamente à prevenção de conflitos estruturais

**46.** O CPS sublinhou a necessidade de uma abordagem global e holística para a prevenção de conflitos, que compreende duas medidas directas ou operacionais antes que situações de violência em larga escala ocorram e um enfoque estratégico nas causas estruturais dos conflitos. O CPS felicitou a Comissão pela elaboração do Quadro Continental de Prevenção de Conflitos Estruturais (CSCPF), como um instrumento para facilitar uma abordagem coordenada e de toda a Comissão para a prevenção estrutural de conflitos, bem como desenvolvimento de instrumentos para facilitar a identificação, numa fase precoce, da vulnerabilidade estrutural de um país à conflitos, e permitir a elaboração de estratégias de mitigação. O CPS incentivou os Estados-membros a tirar o máximo proveitos dos instrumentos nos seus esforços para a prevenção estrutural dos conflitos e consolidação da paz e da estabilidade. Solicitou à Comissão, em colaboração com as Comunidades Económicas Regionais, para prestar toda a assistência necessária aos Estados-membros a este respeito e divulgar os referidos instrumentos, bem como para desenvolver as modalidades de implementação relevantes.

g) 503ª Reunião:

**47.** Na sua 503ª Reunião, realizada a 30 de Abril de 2015, o CPS analisou a questão dos recentes ataques xenófobos na África do Sul, bem como as situações no Saara Ocidental e no Burundi. O CPS adoptou igualmente a Posição Comum Africana sobre a revisão das operações de paz da ONU.

- Relativamente aos ataques xenófobos na África do Sul

**48.** O CPS recebeu um informe do Representante Permanente da República da África do Sul junto da UA sobre os recentes ataques xenófobos contra imigrantes estrangeiros na África do Sul e as medidas tomadas pelas autoridades sul-africanas para resolver a situação. O CPS manifestou a sua rejeição da xenofobia em todas as suas formas e manifestações e forte condenação dos ataques perpetrados por grupos isolados contra estrangeiros inocentes. O CPS reconheceu que os incidentes que tiveram lugar na África do Sul são um reflexo dos grandes desafios sociais, económicos e políticos que o continente enfrenta. A este respeito, o CPS sublinhou a necessidade de uma abordagem abrangente para estes desafios, tendo em conta as limitações dos Estados-membros, o imperativo de respeitar os direitos dos migrantes e assegurar a sua integridade pessoal, bem como o objectivo global de alcançar a liberdade de circulação em todo o continente, como uma das principais componentes da agenda de integração da União.

- Relativamente à situação no Saara Ocidental

**49.** O CPS foi informado pelo Comissário de Paz e Segurança, no seguimento do Comunicado PSC/PR/COMM/1. (CDXCVI), sobre a situação no Saara Ocidental. O CPS saudou as medidas tomadas pela Presidente da Comissão de fazer o acompanhamento sobre a implementação das pertinentes disposições do comunicado acima referido, em particular a carta que a Presidente endereçou ao

Secretário-Geral das Nações Unidas a 30 de Março de 2015, que transmite tanto o relatório apresentado à 503ª Reunião do CPS e o comunicado adoptado nessa ocasião. O CPS lamentou profundamente o facto do Conselho de Segurança não ter aceiteado o pedido da UA para que o Enviado Especial da UA para o Saara Ocidental abordasse o assunto. O CPS sublinhou que esta situação não reflecte o espírito da parceria estratégica UA-ONU, em especial no que tange à cooperação entre o Conselho de Paz e Segurança da UA e o Conselho de Segurança da ONU, que deve se aplicar a todas as questões de paz e segurança no continente africano, incluindo o Saara Ocidental.

- Relativamente à situação no Burundi

**50.** O CPS foi informado pelo Comissário de Paz e Segurança sobre a evolução da situação no Burundi. Espera pelo envio imediato de uma missão de alto nível, pela Presidente da Comissão, e exortou o Governo do Burundi e todos os outros intervenientes a cooperar plenamente com a missão planejada. Entretanto, o CPS solicitou à Comissão para que realize uma consulta urgente com o Governo do Burundi para chegar a um acordo sobre medidas práticas para atenuar a situação e criar um ambiente propício ao diálogo e busca de uma solução, incluindo o envio de observadores dos direitos humanos e outros elementos civis.

- Posição Comum Africana sobre a Revisão das Operações da ONU

**51.** O CPS adoptou a Posição Comum Africana sobre a Revisão das Operações de Paz, que foi posteriormente transmitida ao Secretário-Geral das Nações Unidas para posterior transmissão ao Painel de Alto Nível da ONU sobre a Revisão das Operações de Paz, para a apreciação da ONU.

- Visita da Delegação do CPS ao Quênia

**52.** Em conformidade com o Comunicado de Imprensa aprovado durante a sua 497ª reunião, o Presidente CPS para o mês de Abril, o Representante Permanente de Moçambique junto da UA, acompanhado pelo Representante Permanente da Tanzânia junto da UA, realizou uma missão de solidariedade ao Quênia, de 21 a 23 de Abril de 2015. A delegação do CPS reuniu-se com o Presidente Uhuru Kenyatta e funcionários governamentais, e visitou o campo de refugiados de Dadaab, bem como a Universidade de Garissa. O Presidente do CPS transmitiu as condolências da UA ao povo e ao Governo do Quênia. O Presidente do Quênia elogiou o CPS pelo seu apoio e solidariedade. A visita proporcionou igualmente uma oportunidade para discutir as melhores formas e meios de reforçar a eficácia dos esforços para prevenir e combater o terrorismo.

**E) Actividades do CPS durante o mês de Maio de 2015, sob a presidência do Níger**

**53.** Níger assumiu a presidência do CPS a 1 de Maio de 2015. Durante esse mês, o Níger presidiu oito reuniões do CPS. Durante do mês, o Presidente do CPS, em nome do CPS, participou da Sexta Sessão Ordinária do Parlamento Pan-Africano (PAP). O CPS realizou igualmente um retiro sobre as questões e desafios na promoção da paz, segurança e estabilidade.

a) 504ª Reunião:

**54.** Na sua 504ª reunião, realizada a 4 de Maio de 2015, o CPS analisou e aprovou o seu programa de trabalho para o mês de Maio de 2015.

b) 505ª Reunião:

**55.** Na sua 505ª Reunião realizada em 6 de Maio de 2015, o CPS foi informado pelo CICV sobre a situação humanitária prevalecente na Região Bacia do Lago Chade, devido às actividades do grupo terrorista Boko Haram. Na mesma reunião, a Presidência do CPS para o mês de Abril 2015 informou o CPS sobre a sua missão ao Quênia, conforme mandatado pelo CPS, para transmitir as suas condolências ao Governo e ao povo do Quênia, na sequência do ataque terrorista em cidade de Garissa.

c) 506ª reunião:

**56.** Na sua 506ª Reunião, realizada a 13 de Maio de 2015, o CPS trocou opiniões com o Grupo Consultivo de Peritos da ONU para a Avaliação da Consolidação da Paz (AGE) e discutiu a situação na RCA, com base nas sessões de informação prestadas pela Comissão e pelo Enviado Especial da Presidente da Comissão para a Mulher, Paz e Segurança:

- Troca de opiniões com o Grupo Consultivo de Peritos da ONU para a Avaliação da Consolidação da Paz

**57.** O CPS e o Grupo Consultivo de Peritos da ONU para a Avaliação da Consolidação da Paz (AGE) trocaram pontos de vista sobre a revisão da Arquitectura de Consolidação da Paz da ONU. Durante o debate, o CPS salientou, entre outros aspectos, a necessidade de a Comissão de Consolidação da Paz (PBC) continuar a trabalhar no sentido de reforçar a sua parceria com a UA e as CER, através de consultas regulares, a fim de assegurar a complementaridade, a coerência, abordagens comuns e a partilha de lições aprendidas.

- Situação na República Centro-Africana

**58.** O CPS saudou os resultados do Fórum Nacional de Bangui, realizado de 4 a 11 de Maio de 2015. O CPS exortou os intervenientes a implementar eficazmente os compromissos assumidos e salientou a necessidade de as autoridades de transição e os funcionários da Autoridade Nacional de Eleições chegar a um acordo, com a comunidade internacional, sobre um calendário eleitoral credível e final para permitir a realização das eleições. O CPS reiterou o seu compromisso de cumprir escrupulosamente com as disposições da Carta Constitucional de Transição e advertiu contra, e rejeitou de antemão, qualquer tentativa de questionar as disposições relativas à não-legibilidade dos líderes da transição e dos indivíduos visados pelas sanções impostas pelo CPS e/ou pelo Conselho de Segurança da ONU.

d) 507ª Reunião:

**59.** Na sua 507ª Reunião realizada a 14 de Maio de 2015, o CPS deliberou sobre a situação no Burundi, à luz da tentativa de golpe de 13 de Maio de 2015. O CPS

reiterou a sua forte condenação de qualquer tentativa de tomada do poder pela força e, a este respeito, a UA aprovou o comunicado da 13ª Cimeira Extraordinária da EAC, realizada em Dar-es-Salaam, Tanzânia, a 13 de Maio de 2015, bem como o comunicado à imprensa emitido no mesmo dia pela Presidente da Comissão, condenando a tentativa de tomada do poder pela força no Burundi. O CPS reiterou o seu apoio aos esforços sustentáveis envidados pela EAC e aprovou as medidas adoptadas pela Cimeira Extraordinária de Dar-es-Salaam, incluindo o apelo para o adiamento das eleições e cessação imediata da violência, e aguarda com expectativa o acompanhamento das etapas previstas no comunicado. O CPS reafirmou que apenas o diálogo e o consenso, com base no respeito do Acordo de Arusha e da Constituição do Burundi, fará com que seja possível encontrar uma solução duradoura política que garanta a preservação e consolidação da paz, bem como o reforço da democracia e do Estado de Direito. O CPS saudou a determinação da região, tal como expresso no comunicado de Dar-es-Salaam, de não aceitar nem tolerar, se a violência não parar ou se agravar no Burundi.

e) 508ª Reunião:

**60.** Na sua 508ª realizada a 18 de Maio de 2015, o CPS analisou a situação na Somália e a implementação do mandato da Iniciativa de Cooperação Regional para a Erradicação do Exército de Resistência do Senhor (LRA-RCI).

- Relativamente à situação na Somália:

**61.** O CPS saudou o progresso constante alcançado no estabelecimento de administrações regionais provisórias nas áreas recuperadas, bem como na operacionalização da Comissão Independente de Implementação e Revisão Constitucional e da Comissão de Fronteiras e Federações, e reatamento, a 27 de Abril de 2015, do Parlamento Federal para finalizar as principais legislações para a realização das eleições nacionais agendadas em 2016. O CPS tomou nota das conclusões e recomendações do inquérito da Comissão sobre as alegações de Exploração e Abuso Sexual (SEA) levantadas contra alguns funcionários da AMISOM, que levou a cabo o seu trabalho entre Novembro de 2014 e Fevereiro de 2015, e apelou para a implementação escrupulosa das suas recomendações. O CPS felicitou a AMISOM pelo seu notável contributo para a melhoria da segurança na Somália.

- Relativamente à execução do mandato da Iniciativa de Cooperação Regional para a Eliminação do Exército de Resistência do Senhor

**62.** O CPS saudou os progressos alcançados na execução do mandato da RCI-LRA e elogiou as tropas do Grupo Operacional Regional (RTF), o grupo operacional da RCI-LRA, pelos progressos realizados no sentido de eliminação do LRA. O CPS expressou preocupação pelo facto de o LRA continuar a operar em várias áreas na RCA e República Democrática do Congo, apesar do progresso que está a ser feito. O CPS observou com satisfação o apoio contínuo dos parceiros internacionais e instou-os a reforçar a sua assistência. O CPS exortou igualmente o Conselho de Segurança das Nações Unidas a tomar as medidas necessárias, incluindo o ajustamento dos mandatos das missões de manutenção da paz das Nações Unidas, para facilitar a prestação, dentro das possibilidades, de apoio eficaz à RCI-LRA, em particular a sede da RTF e os contingentes. O CPS decidiu prorrogar o mandato do RCI-LRA por um período adicional de 12 meses.



f) 509ª Reunião:

**63.** Na sua 509ª Reunião, realizada a 19 de Maio de 2015, o CPS realizou uma sessão aberta sobre o tema: “Crianças em conflitos armados em África”. O CPS reconheceu que as novas tendências em conflitos armados em África resultaram em novos desafios para a protecção das crianças. O CPS sublinhou que é a principal responsabilidade dos governos garantir que as crianças sejam protegidas e que os seus direitos e bem-estar sejam promovidos, e exortou os Estados-membros da UA, que ainda não o fizeram, a ratificar e implementar na íntegra a Carta Africana sobre os Direitos e Bem-estar da Criança e outros instrumentos internacionais relativos à protecção, direitos e bem-estar da criança.

g) 510ª Reunião:

**64.** Na sua 510ª Reunião, realizada a 22 de Maio de 2015, o CPS analisou a situação no Sudão do Sul. O CPS manifestou a sua grave preocupação face à contínua deterioração da situação no Sudão do Sul, incluindo a escalada das hostilidades e o aumento da grave situação humanitária. O CPS solicitou medidas urgentes por parte do Comité de Sanções, criado nos termos da resolução 2206 (2015) do Conselho de Segurança da ONU, para designar indivíduos e entidades sujeitas às medidas nela previstas, e solicitou ao Conselho de Segurança da ONU a considerar urgentemente a imposição imediata de um embargo de armas aos beligerantes. O CPS reiterou o compromisso da UA de alargar o total apoio aos esforços de mediação da IGAD no Sudão do Sul, particularmente através da rápida operacionalização do Comité Ad Hoc de Alto Nível da UA, criado pelo Conselho de Paz e Segurança em Dezembro de 2014, e outras medidas conexas. O CPS apelou aos Estados-membros e a comunidade internacional, em geral, a fornecer urgentemente assistência humanitária muito necessária para aliviar o sofrimento da população civil.

h) 511ª Reunião:

**65.** Na sua 511ª Reunião, realizada a 29 de Maio de 2015, o Conselho deliberou sobre as seguintes questões:

- Situação em Darfur

**66.** O CPS observou com preocupação os desafios da Operação Híbrida UA/ONU em Darfur (UNAMID) na execução do seu mandato. O CPS solicitou à Comissão, em cooperação com a UNAMID, a elaborar um relatório completo sobre as actividades da UNAMID e estratégia de retirada, para que possa deliberar e decidir sobre o assunto.

- Migração, estabilidade e segurança em África

**67.** Relativamente à questão da migração, estabilidade e segurança em África, o CPS decidiu convocar uma outra reunião sobre migração, tendo em conta a importância da questão e a tomada de uma decisão apropriada.

- Recuperação pós-Ebola nos países afectados

**68.** O CPS saudou os progressos alcançados nos países afectados pelo Ébola, e felicitou especialmente a Libéria por ter sido declarada, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como um país livre do Ébola. O CPS felicitou igualmente os Estados-membros da UA, a Comissão, a ONU e outros parceiros, pela sua contribuição para a luta contra o Ébola. O CPS decidiu continuar a acompanhar de perto esses países que recuperam do Ébola e contribuir de forma efectiva para as actividades pós-recuperação, incluindo a prestação de apoio para o reforço das infra-estruturas de saúde. O CPS aguarda com expectativa pela organização da Conferência Internacional de Alto Nível sobre a Luta Contra o Ébola em África sob o tema: “*Ajudar África na Recuperação e Reconstrução Pós- Ébola*”, agendada para ter lugar em Malabo, Guiné Equatorial, nos dias 20 e 21 de Julho de 2015.

- Participação do Presidente do CPS na Sexta Sessão Ordinária da 3ª Legislatura do Parlamento Pan-Africano

**69.** O Presidente do CPS para o mês de Maio de 2015, participou na Sessão Ordinária do PAP, realizada em Midrand, África do Sul, a 22 de Maio de 2015. O Presidente do CPS prestou uma informação actualizada sobre a paz e segurança em África, bem como os passos que foram tomados pelo CPS para fazer face aos desafios vividos.

- Retiro do Conselho de Paz e Segurança

**70.** O CPS realizou o seu 7º Retiro sobre as Questões e Desafios na Promoção da Paz, Segurança e Estabilidade em África, em Swakopmund, Namíbia, de 21 a 23 Maio de 2015. As conclusões do Retiro estão contidos no anexo ao presente relatório. No essencial, as conclusões relacionadas com o reforço da colaboração entre o CPS e os Mecanismos Regionais das CER na prevenção, gestão e resolução de conflitos em África; reforço da prevenção de conflitos; reforço das actividades de reconstrução pós-conflito e de consolidação da paz; revisão dos métodos de trabalho do CPS; reforço da colaboração entre o CPS e o ECOSOCC; integração do género na paz e segurança em África; e informação actualizada e enriquecimento do Protocolo do CPS, tendo em conta a visão retrospectiva das lições aprendidas e experiências reunidas na prevenção, gestão e resolução de conflitos em África.

**E. Actividades do CPS durante o mês de Junho de 2015, sob Presidência da Nigéria**

**71.** A Nigéria assumiu a presidência do CPS em 1 de Junho de 2015. Durante esse mês, a Nigéria presidiu quatro reuniões. No momento da finalização do presente relatório para apresentação à 24ª Sessão Ordinária da Conferência da União Africana, haviam ainda reuniões agendadas a serem realizados no decurso do mês.

a) 512ª Reunião:

**72.** Na sua 512ª reunião, realizada a 2 de Junho de 2015, o CPS apreciou e aprovou o seu programa de trabalho para o mês de Junho de 2015. O CPS discutiu igualmente o acordo sobre a Agenda da Reunião do CPS a nível de Chefes de

Estado e de Governo prevista para 13 de Junho de 2015, à margem da 24ª Sessão Ordinária da Conferência da União Africana, em Joanesburgo, África do Sul. Os Pontos da agenda são as situações no Sudão do Sul e Burundi.

b) 513ª Reunião

73. Na sua 513ª reunião, realizada a 3 de Junho de 2015, o CPS apreciou a situação no Mali. O CPS manifestou a sua grave preocupação pela contínua deterioração da situação no Mali. O CPS reiterou o seu apoio ao Acordo para a Paz e Reconciliação no Mali, assinado em Bamako, a 15 de Maio de 2015. Convidou a Coordenação dos Movimentos de Azawad (CMS) a se juntar ao acordo, sem mais delongas. O CPS reiterou a sua determinação de tomar todas as medidas, incluindo sanções, contra todos aqueles que comprometam a implementação do Acordo e a busca da paz no Norte do Mali. Solicitou à comunidade internacional em geral a prestar o apoio necessário para a implementação efectiva do acordo.

c) 514ª Reunião

74. Na sua 514ª reunião, realizada a 4 de Junho de 2015, o CPS fez uma avaliação preliminar do relatório de actividades e da Situação de Paz e Segurança em África a ser submetido à 24ª Sessão Ordinária da Conferência da União Africana. O CPS apreciou igualmente as conclusões do seu Retiro sobre as Questões e os Desafios para a Promoção da Paz, Segurança e Estabilidade em África, realizado em Swakopmund, Namíbia, de 21 a 23 de Maio de 2015. Conforme acima indicado, na secção sobre as Actividades do CPS em Maio de 2015, as conclusões constam como anexo ao presente relatório.

d) 515ª Reunião

75. Na sua 515ª reunião, realizada a 8 de Junho de 2015, em Pretória, África do Sul, à margem da 24ª Sessão Ordinária da Conferência da União Africana, o CPS finalizou a apreciação do Relatório de Actividades e da Situação de Paz e Segurança em África.

#### **IV. SITUAÇÃO DA PAZ E SEGURANÇA EM ÁFRICA**

76. A Comissão e o CPS envidaram esforços contínuos para consolidação dos progressos realizados e promoção de uma paz, segurança e estabilidade duradouras no continente. Embora tenham sido registados progressos na resolução de algumas das crises por que passa o continente, muitos desafios continuam.

a) Comores

77. Um dos principais desenvolvimentos que marcaram o período em análise foi a organização, de Janeiro a Fevereiro de 2015, das eleições legislativas (Deputados da Assembleia da União e Conselheiros das Ilhas Autónomas) e municipais. Estes escrutínios foram considerados regulares, tanto pelos observadores nacionais como pelos observadores internacionais, incluindo os da União Africana. Todavia, em seguida foram encontradas dificuldades no que diz respeito à instalação e ao funcionamento das novas instituições eleitas. Assim, a designação dos 3 Conselheiros cooptados pelo Conselho de Anjouan para representar a Ilha na Assembleia da União foi invalidada pelo Tribunal Constitucional. A Assembleia da

União, que iniciou as suas actividades em Abril de 2015, elegeu o seu Presidente e a respectiva Mesa na ausência dos Deputados da oposição. Por conseguinte, estes últimos não reconhecem a legitimidade do Presidente da Assembleia e da sua Mesa, em sinal de protesto contra a invalidação dos Conselheiros de Anjouan. Neste contexto, o Partido JUWA, a União Democrática das Comores (RDC, sigla em francês) e o Partido para a União das Comores (PEC, sigla em francês) aproximaram-se à Comissão, a 4 de Abril de 2015, para apresentar a sua preocupação.

**78.** Estas dificuldades surgiram num contexto marcado pela preparação das próximas eleições presidenciais, agendadas para 2016. De acordo com o princípio constitucional da presidência rotativa, o próximo Presidente da União das Comores deverá ser proveniente da Ilha de Mayotte, tendo em conta que as outras Ilhas já exerceram a presidência. Estando actualmente a Ilha de Mayotte sob a administração francesa, a presidência da União deverá caber à Ilha Autónoma Ngazidja (Grande Comore), que foi a primeira a beneficiar do princípio da rotatividade. Alguns actores políticos pronunciaram-se a favor da suspensão da rotatividade. Por seu turno, o Governo pretende evitar pôr em causa os princípios acordados para a resolução da grave crise vivida nas Comores, com vista a preservar as conquistas alcançadas no domínio da reconciliação nacional.

**79.** A Conferência poderá exortar os actores comorenses a trabalhar em conjunto para a consolidação dos grandes progressos registados na via da reconciliação e da estabilidade no seu país. De igual modo, a Conferência poderia sublinhar a necessidade de uma assistência económica e financeira acrescida, a fim de permitir ao Arquipélago promover o seu desenvolvimento socioeconómico, tendo em conta que essa assistência deverá ser acompanhada por esforços firmes das autoridades comorenses em matéria da boa governação.

**b) Madagáscar**

**80.** O período em análise foi marcado pela organização das Conferências Nacionais da Reconciliação, sob a égide do Conselho Ecuménico das Igrejas Cristãs de Madagáscar (FFKM). Neste contexto, o FFKM organizou, em Março de 2015, consultas preparatórias, que culminaram coma realização, das Conferências Nacionais da Reconciliação, em Maio de 2015. Nessas reuniões foram adoptadas várias resoluções não obrigatórias. O Presidente da República decidiu não respeitar as resoluções que põem em causa as instituições eleitas, tais como as resoluções relativas à dissolução da Assembleia Nacional e à mudança do Governo. Por outro lado, recomendou a revogação do decreto de obrigação de residência fixa para o antigo Presidente Marc Ravalomanana. A Conferência recordar-se-á que, em Dezembro de 2014, as autoridades malgaxes ordenaram à libertação dos prisioneiros políticos bem como à transferência do antigo Presidente Marc Ravalomanana, posto em prisão domiciliária na Província de Diego-Suarez, para a sua residência privada de Antananarivo, sob medidas de prisão domiciliária menos rigorosas.

**81.** O período em análise foi igualmente marcado pela adopção de vários documentos legislativos que visam o aprofundamento da descentralização bem como a marcação da data para a realização das eleições legislativas e municipais a 31 de Julho de 2015. Continuou-se igualmente com a criação ou reestruturação das

principais instituições do Estado e consolidação da democracia, com a adopção de diferentes leis relativas ao Senado bem como ao Conselho Superior de Defesa da Democracia e do Estado de Direito. Todavia, o desenvolvimento mais significativo foi a votação, pela Assembleia Nacional, a 26 de Maio de 2015, de uma moção que visava a destituição do Presidente da República. Um pedido nesse sentido foi apresentado pela Assembleia Nacional junto do Supremo Tribunal Constitucional (HCC, sigla em francês), que deverá ainda deliberar sobre a acção a ser tomada em relação ao pedido.

**82.** A comunidade internacional continuou a apoiar o processo político em curso em Madagáscar. Neste contexto, o ramo local do Grupo Internacional de Apoio a Madagáscar (GIS-M) realizou a sua segunda reunião, sob a co-presidência da Representante Especial da Comissão, a Ministra dos Negócios Estrangeiros de Madagáscar, a 13 de Abril de 2015, em Antananarivo. Essa reunião permitiu fazer-se a avaliação da implementação do Roteiro para a saída de crise Madagáscar. Durante uma realizada a 27 de Maio de 2015, na sequência de depósito de um pedido visando a destituição do Presidente da República, o GIS-M, ao exprimir o seu respeito pela soberania do Estado malgaxe, reiterou o seu apoio às instituições saídas das eleições democráticas e apelou ao sentido de responsabilidade de todas as partes envolvidas, a fim de promover a estabilidade, a paz e o desenvolvimento sustentável em Madagáscar. A Comissão da União Africana, por outro lado, prossegue o seu apoio ao Governo malgaxe no que diz respeito à reforma do sector de segurança bem como à continuação da missão iniciada em Madagáscar, em Outubro de 2014, pela União Africana, em colaboração com outras organizações parceiras.

**83.** A Conferência poderia exprimir a sua preocupação perante a situação decorrente do depósito do pedido de destituições do Presidente da República e exortar todos os actores malgaxes a perseverar nos seus esforços, com vista a consolidar a reconciliação e a democracia no seu país. A Conferência poderia igualmente encorajar o Governo malgaxe a acelerar as reformas iniciadas, em particular no domínio da governação e da reforma do sector de segurança. A terminar, a Conferência poderia reiterar o seu apelo à comunidade internacional para continuar a apoiar o processo de consolidação da paz e do desenvolvimento socioeconómico em Madagáscar.

**a) Somália**

**84.** Os desenvolvimentos políticos gerais na Somália continuaram encorajadores durante o período em análise. Registou-se progresso no processo de formação do estado, revisão constitucional e preparativos das eleições até 2016. Os líderes somalis reiteraram a sua determinação para implementar a Visão da Somália de 2016 sem nenhuma prorrogação do mandato do Parlamento Federal ou do Presidente em Agosto ou Setembro de 2016, respectivamente.

**85.** O processo de formação do estado, que faz parte dos novos acordos federais acordados pelos intervenientes somalis, conforme vem consagrado na constituição provisória aprovada em 1 de Agosto de 2012, está quase completo. Apenas duas das cinco regiões administrativas previstas na Centro-Sul da Somália (Regiões Central e de Hiraan e Shabelle Médio) estão ainda por ser criadas. Para as Regiões Centrais foi lançado em 16 de Abril de 2015 em Adaado e espera-se que seja

concluído em Junho de 2015. O processo de formação do estado em Hiraan e Shabelle Médio igualmente está em curso. A situação de Mogadíscio, como capital federal, será tratada através de consultas nacionais durante o processo de revisão constitucional. Olhando para frente, as principais prioridades para o Governo Federal e outras partes envolvidas serão a conclusão da formação das administrações e das assembleias regionais interinas; promoção do processo de revisão constitucional, que culminará na adopção de uma constituição permanente através de um referendo antes das eleições agendadas para terem lugar em 2016; criação da Comissão Eleitoral Nacional Independente (NIEC) e a Comissão sobre as Fronteiras e a Federação; e finalização da legislação prioritária sobre os partidos políticos, cidadania e eleições. Em particular, a NIEC tem um prazo curto para exercer as suas funções e o progresso no processo de revisão constitucional não se tem conformado como o progresso no federalismo.

**86.** Em relação à frente de segurança, Al-shabab continua a representar uma grave ameaça no terreno. Uma série de ataques ocorreram durante o período em análise. Em 20 de Fevereiro, Al-Shabab atacou o Hotel Central de Mogadíscio tendo causado a morte de 28 pessoas e ferido muitas outras. Em 27 de Março, um grupo realizou um ataque complexo no Hotel Maka al-Mukarama no qual foram mortas 14 pessoas. Um outro ataque aconteceu no dia 14 de Abril contra o Ministério da Cultura e Educação Superior, matando 8 pessoas. Em 20 de Abril, 4 trabalhadores do UNICEF e dois guardas de segurança foram mortos após um ataque em frente das instalações da ONU em Garoowe, Puntland. No dia 23 de Maio, um Deputado foi morto em Mogadíscio, enquanto um outro ficou seriamente ferido. Em 2 de Abril de 2015, Al-Shabab realizou um ataque mortífero contra a Universidade de Garissa, no Quênia. A situação complica-se ainda mais pela guerra no Iémen e o recente fluxo de refugiados iemenitas para o Djibuti, ilhas no Mar Vermelho e Puntland. Olhando mais especificamente a Somália, existem preocupações que Al Qaeda na Península Arábia (AQIP) possa usar esta oportunidade para se infiltrar na parte norte do país.

**87.** Como parte dos esforços para fazer face aos desafios de segurança regional decorrentes das actuações de Al-shababe e das accoes de outros grupos terroristas e como seguimento do comunicado do CPS na sua Cimeira de Nairobi de 2 de Setembro de 2014 sobre terrorismo e extremismo violento em África, a Comissão convocou a primeira reunião dos Chefe dos Serviços de Inteligência e Segurança dos Estados-membros da EAC e do IGAD, em Djibuti, de 28 de Fevereiro a 1 de Março de 2015. A reunião decidiu sobre um conjunto de medidas destinadas a fortalecer a cooperação no domínio da segurança na região, incluindo a necessidade de intensificar a interacção entre os países e instituições envolvidas, o estabelecimento de um sistema de comunicação seguro entre os serviços de inteligência e segurança e o aumento das capacidades operacionais nacionais. Igualmente foi concordada a institucionalização desta reunião através do lançamento do processo de Djibuti sobre o reforço de cooperação em matéria de segurança na Região da África Oriental. Os Chefes dos Serviços de Inteligência e Segurança passarão a reunir-se trimestralmente. A sua segunda reunião terá lugar em Kampala, no Uganda,

**88.** Como a Conferência sabe, em 2014, a AMISOM e o Exército Nacional Somali (SNA) realizaram duas operações conjuntas com sucesso, recuperando 22 cidades e portos marítimos estratégicos de Al-Shababaad. Entretanto, o grupo ainda

controla uma série de cidades estratégicas nas regiões do Vale de Jubba, Gedo, Shabelle Médio e Galgadu. Enquanto foram planificadas outras operações para recuperar outros lugares, deve-se notar que ambos a AMISOM e o SNA enfrentam uma série de dificuldades logísticas. Além disso, é necessário envidar mais esforços para estabilização das áreas libertadas.

**89.** De 14 a 25 de Abril de 2015, a Comissão e o Secretariado da ONU realizaram uma Missão conjunta para a Somália a fim de avaliar se os indicadores foram cumpridos para a missão de manutenção de paz da ONU; avaliar o impacto do “surto” das tropas da AMISOM autorizado na Resolução 2124 (2013), do Conselho de Segurança da ONU, que aumentou o efectivo do pessoal não uniformizado de 17.731 para 22.126; e, para dar recomendações sobre as medidas seguintes na campanha militar. Dado que Al-Shabab mantém uma considerável capacidade de realizar ataques de guerra assimétricos, a missão conjunta recomendou que o Conselho de Segurança da ONU mantenha o actual efectivo da AMISOM até ao fim de 2016. Recomendou igualmente para esforços renovados rumo à estabilização das áreas recuperadas. Na altura da conclusão deste Relatório, a Comissão estava a manter contactos com outros intervenientes sobre o resultado do exercício de estabelecimento de indicadores, antes de submeter as recomendações feitas ao CPS e, posteriormente, ao Conselho de Segurança da ONU.

**90.** A situação humanitária continua preocupante. Existem 3 milhões de pessoas em necessidade de assistência humanitária e de subsistência. O acesso humanitário continua a ser um desafio em algumas áreas do sul e centro da Somália devido a insegurança e bloqueio de estradas, tendo como resultado o aumento do custo adicional de operações e transportes para as agências humanitárias que distribuem alimentos às populações afectadas, bem como o aumento dos preços de produtos alimentares, uma vez que os comerciantes transferem o elevado custo de funcionamento nas áreas inseguras aos consumidores. A estação chuvosa Gu, que vai de Abril a Junho, começou em tempo certo na maioria das partes da Somália e se a chuva continuar a cair nos níveis desejados, permitirá o aumento da produção das culturas, o crescimento pecuário e o restabelecimento das reservas de água, dando origem a melhoria da segurança alimentar para as populações em causa. O financiamento das necessidades do Plano de Resposta Humanitária para a Somália atinge 863 milhões de dólares americanos. Até meados de Maio, foram recebidos apenas 111 milhões, o que representa 13% das necessidades.

**91.** Nesse contexto, a Conferência pode querer elogiar o progresso registado no processo político e na implementação da Visão 2016. Paralelamente, os actores somalis devem ser exortados a continuar no caminho certo e demonstrar a unidade de propósito de modo a abordar todas as questões pendentes e para materialização das aspirações do seu povo para a paz, segurança e estabilidade. A Conferência pode, igualmente, querer prestar homenagem a AMISOM e os Países que Contribuem com Tropas e Polícia (T/PCCs) pelo seu empenho e sacrifícios consentidos, bem como ao IGAD, pela sua liderança e esforços no apoio ao processo de paz e reconciliação na Somália. A Conferência pode querer reiterar o seu apreço a ONU, UE, Estados Unidos, Reino Unido e outros parceiros bilaterais e multilaterais pelo seu apoio à AMISOM e instou à prestação do apoio necessário à Autoridade Nacional da Somália. A conferência pode querer apelar para a prestação da assistência financeira, económica e humanitária necessária à Somália.

**d) Eritreia e Etiópia**

**92.** Durante o período em revista, não houve nenhum progresso de superar as dificuldades que enfrenta o processo de paz entre a Eritreia e a Etiópia. Dentro deste contexto e em conformidade com as disposições da decisão da Conferência Assembly/AU/Dec.559 (XXIV), a Conferência pode querer realçar a necessidade de esforços renovados para superar tais dificuldades existentes e incentivar a Comissão e o CPS para tomar medidas adequadas a este respeito em conformidade com as disposições relevantes do Protocolo do CPS.

**e) Djibuti e Eritreia**

**93.** A Conferência deve recordar-se que, na sua sessão ordinária anterior, foi informada sobre a evolução das relações entre o Djibuti e a Eritreia, na sequência da visita de acompanhamento realizada pelo Comissário de Paz e Segurança aos dois países em Abril de 2014. A Conferência pode querer reiterar a necessidade de efectiva implementação do Acordo de 6 de Junho de 2012, facilitado pelo Estado do Qatar e encoraja os dois países a tomar as medidas necessárias para a efectiva normalização das suas relações e a promoção de boa vizinhança.

**f) Corno de África**

**94.** A Conferência tem, nos últimos anos, apelado repetidamente para se adoptar uma abordagem holística em apoio ao IGAD. Esta abordagem iria, dentre todas as coisas, envolver a convocação de uma conferência regional de paz, segurança, estabilidade, cooperação e desenvolvimento. A Comissão e o Painel de Implementação de Alto Nível da UA (AUHIP), cujo mandato foi ampliado pela reunião do CPS realizada em Nova Iorque, em 22 de Setembro de 2013, que se destinava a promover uma abordagem deste género, estão activamente envolvidos em esforços destinados a fazer acompanhamento das decisões da Conferência em relação a esta matéria. O AUHIP está a planificar dar uma informação actualizada sobre as medidas tomadas a este respeito ao CPS no devido momento. Presentemente, a Conferência pode querer reiterar o seu apoio à abordagem regional e holística preconizada e apelar a todos países da região para estenderem o seu apoio necessário.

**g) Sudão**

**95.** Durante o período em análise, a UA continuou a fazer o acompanhamento de todos os aspectos da situação no Sudão, relacionados com o Diálogo Nacional, os desenvolvimentos em Darfur e o que está a ocorrer em duas Áreas dos Estados de Cordofão do Sul e do Nilo Azul. Esforços contínuos estão a ser envidados com vista a manter a paz e promover estabilidade e segurança duradouras no país.

**96.** A Conferência lembra que, em Janeiro de 2014, o Presidente Omar Hassan al Bashir anunciou o lançamento de um Diálogo Nacional para fazer face aos desafios políticos, económicos e sociais que o Sudão enfrenta. Na sua 456ª Reunião realizada no dia 12 de Setembro de 2014, o CPS, reconhecendo a importância do diálogo nacional como um processo autêntico, transparente, inclusivo e justo, iniciado e apropriado pelo povo do Sudão para alcançar uma paz duradoura em todo o continente, mandou o Painel de Implementação de Alto Nível (AUHIP), *inter-alia*, a convocar uma reunião das partes Sudanesas para abordarem



questões relevantes do processo. A reunião, realizada em Adis Abeba, tinha em vista garantir que fossem tomadas as medidas necessárias de garantia de confiança, que os aspectos principais do processo de diálogo nacional foram acordados e que o processo fosse justo e que resultasse nos objectivos mutuamente acordados.

**97.** Para efeitos de acompanhamento, o AUHIP destacou uma equipa para o Sudão, de 16 a 17 de Março de 2015, para realizar consultas sobre a pré-reunião do Diálogo Nacional. A equipa analisou a necessidade da reunião ter lugar antes do fim de Março de 2015. O AUHIP realizou, igualmente, consultas com os representantes da oposição armada e não armada fora do Sudão. Todas as Partes confirmaram a sua prontidão para participar no diálogo pré-nacional. O NCP, enquanto faz referência aos constrangimentos do Governo sobre as eleições agendadas posteriormente para Abril de 2015, reiterou o seu compromisso em relação ao Diálogo Nacional e a sua vontade de participar na reunião preparatória. As partes da oposição manifestaram o seu interesse de manter a dinâmica para a realização do Diálogo Nacional, com base na Declaração de Berlim adoptada após a reunião de acompanhamento realizada na Alemanha, de 24 a 28 de Fevereiro de 2015, a convite do Governo Alemão. O AUHIP emitiu convites às partes Sudanesas para participarem no pré-Diálogo Nacional, em Adis Abeba, de 29 a 31 de Março de 2015. Na ausência do NCP, que citou vários constrangimentos e preocupações incluindo o facto dos principais representantes participarem nos preparativos para as eleições nacionais e outras preocupações relacionadas com os procedimentos, tornou-se necessário que o AUHIP suspenda a implementação desta iniciativa. Contudo, o Painel realizou consultas com as outras partes interessadas que honraram o seu convite. Os pontos de vista apresentados serão tomados em conta na planificação dos próximos passos dos esforços do Painel.

**98.** Após uma reunião que realizou em Cartum no dia 9 de Maio de 2015, o Comité Preparatório do Diálogo Nacional conhecido como G7+7, que foi criado em Abril de 2014 em resposta ao apelo feito pelo Presidente Omar Hassan al Bashir em Janeiro de 2014 e composto pelas partes aliadas ao Governo e a oposição, comprometeram-se novamente com um Diálogo Nacional inclusivo. Saliente-se que algumas partes da oposição, tais como o Partido Nacional Umma, que eram membros do G7+7 desde o seu início, retiraram-se do Grupo. Este foi um desenvolvimento importante, uma vez que alguns membros dos restantes membros do G7+7 haviam suspenso a sua participação nas reuniões deste mecanismo desde Janeiro de 2015. Durante a reunião realizada do dia 9 de Maio de 2015, o G7+7 nomeou dois dos seus membros para estabelecerem contactos com os movimentos armados em relação à sua participação no Diálogo. Os oficiais Sudaneses igualmente fizeram declarações, em Maio de 2015, reafirmando o compromisso do Governo e do NCP em relação ao Diálogo e afirmaram que iriam iniciar brevemente após a investidura do Presidente eleito Omar Hassan al- Bashir, no dia 2 de Junho de 2015.

**99.** Entretanto, em linha com o convite para observar as eleições gerais, a Comissão da UA destacou uma missão de avaliação pré-eleitoral, de 1 a 10 de Março de 2015. A equipa reuniu-se com as várias partes interessadas e submeteu um relatório com as recomendações que reflectiram as grandes preocupações e os desafios que o processo eleitoral enfrenta. Eventualmente, o CPS, na sua 497<sup>a</sup> Reunião realizada no dia 8 de Abril de 2015, decidiu que a UA deve destacar uma

Missão de Observadores ao Sudão. A Missão de Observadores Eleitorais da UA (AUEOM), liderada pelo antigo Presidente Olusegun Obasanjo, observou as eleições que tiveram lugar de 13 a 15 de Abril de 2015. Enquanto constatou a fraca participação eleitoral em termos gerais, ficou satisfeita com a votação que decorreu de forma pacífica. A Missão aconselhou que as eleições não devem constituir uma barreira contra o avanço do Diálogo Nacional. No dia 27 de Abril de 2015, a Comissão Nacional de Eleições (CNE) anunciou oficialmente os resultados que declararam o Presidente Omar al Bashir como o vencedor das eleições, com 94.05% dos votos depositados.

**100.** No seu comunicado de 12 de Setembro de 2014, o CPS apoiou os “esforços coordenados para abordar questões nacionais, bem como as situações das Duas Áreas do Nilo Azul e do Sul de Kordofan e Darfur, no âmbito de um quadro comum.” Foi neste contexto que o AUHIP facilitou três rondas de negociações entre o Governo do Sudão e o Movimento de Libertação do Povo do Sudão - Norte (SPLM/N), entre Novembro e Dezembro de 2014, com base num projecto de Acordo Quadro submetido pelo Painel. Conforme a Conferência foi informada, as partes não foram capazes de concluir com êxito as negociações devido ao desacordo sobre questões de princípio, forçando o AUHIP a suspender as conversações sobre as Duas Áreas, no dia 8 de Dezembro de 2014. O AUHIP continuou a envolver todas as partes interessadas para encontrar opções para a rápida retomada das negociações sobre as Duas Áreas. Entretanto, a situação de segurança e humanitária continua a constituir preocupação. Estima-se que existem 378,000 deslocados internos no Nilo Azul e nos Estados do Kordofan do Sul e Ocidental. O número de pessoas destes Estados que procuraram refúgio na Etiópia e no Sudão do Sul é estimado em mais de 270,000.

**101.** Em relação a Darfur, o AUHIP, em estreita coordenação e cooperação com a Operação Híbrida UA/ONU no Darfur (UNAMID), lançou conversações entre o Governo e os movimentos armados de Darfur, incluindo o Movimento de Libertação do Sudão (SLM-MM) liderado por Minni Minawi e o Movimento de Justiça e Igualdade (JEM) liderado por Jibril Ibrahim. O Movimento de Libertação do Sudão (SLM-AW) liderado por Abdul Wahid recusou-se a participar nas negociações. Lamentavelmente, as partes não alcançaram acordo sobre a agenda para as conversações e o AUHIP teve que suspender as negociações no dia 29 de Novembro de 2014. Não foi possível realizar novamente as negociações durante o período em análise.

**102.** A situação humanitária e de segurança em Darfur continua a enfrentar desafios como resultado de um aumento da violência inter-comunitária, mais recentemente entre Maalia e Rezeigat em Darfur Oriental e o aumento das hostilidades entre o Governo do Sudão e os movimentos armados em várias zonas. O Governo do Sudão, reconhecendo a gravidade da violência inter-comunitária, tomou medidas urgentes para cessar os combates, restaurar a segurança e abordar as consequências dos combates em todos os seus aspectos. De acordo com os dados numéricos fornecidos por OCHA, desde o início de 2015 até ao fim de Abril, as organizações humanitárias e as autoridades locais reportaram 143,102 novos deslocamentos, aliados ao número existente de 2.5 milhões de deslocados internos em vários campos na região, enquanto mais de 360,000 pessoas procuraram refúgio no Chade. A situação é agravada pela proliferação de armas, banditismo,

fracos mecanismos locais de resolução de conflitos e a ausência de instituições do Estado em muitas áreas ao nível local.

**103.** A UNAMID continua a enfrentar desafios em termos de acesso. Isto é agravado pelos contínuos ataques aos membros das equipas de manutenção da paz. Nos dias 23 e 24 de Abril de 2015, tropas da UNAMID que guardam a fonte de água em Kass, Sul de Darfur, foram atacadas por homens armados, resultando na morte de alguns elementos armados (4 de acordo com a UNAMID e 7 de acordo com o Governo do Sudão) e ferimentos a vários membros das equipas de manutenção da paz. Este incidente afectou ainda mais as relações entre o Governo do Sudão e a UNAMID, com o Governo do Sudão a reclamar a morte de civis não armados, uma reclamação refutada pela UNAMID que conseguiu confiscar algumas armas usadas pelos atacantes. Num comunicado emitido no dia 27 de Abril de 2015, a Presidente da Comissão da União condenou vigorosamente os ataques à UNAMID, realçando que a operação seja destacada apenas para prestar assistência na estabilização da zona de Darfur e lamentou a perda de vidas registada durante os referidos incidentes. Ela realçou a necessidade de realizar uma investigação transparente e justa aos incidentes, com vista a levar rapidamente os autores à justiça. Saudou o compromisso da UNAMID de cooperar plenamente com o Governo, usando o mecanismo acordado para evitar a recorrência dos referidos incidentes. Ela reiterou o apoio total da UA à UNAMID, bem como o seu compromisso de trabalhar com o Governo do Sudão em busca de uma solução duradoura à crise em Darfur.

**104.** O Conselho apelou, no dia 11 de Novembro de 2014, o Governo do Sudão a enviar uma carta às Nações Unidas, solicitando a definição de uma estratégia de saída para a UNAMID. É neste contexto que, em Dezembro de 2014, uma missão conjunta (UA/ONU) de revisão da estratégia da UNAMID foi destacada para determinar o grau de implementação das três áreas prioritárias que foram identificadas pela missão de avaliação da UA/ONU em Dezembro de 2013, nomeadamente: a mediação entre o Governo do Sudão e os movimentos armados não signatários, com base no DDPD; protecção de civis, facilitação da prestação de assistência humanitária e a protecção e segurança do pessoal humanitário; e apoio à mediação de conflito inter-comunitário. Em Fevereiro de 2015, foi criado um Grupo de Trabalho Conjunto (JWG) pelo Governo do Sudão, a UA e ONU, para definir uma estratégia para a saída adequada da UNAMID de Darfur. Em Março de 2015, o JWG visitou todas as cinco regiões de Darfur para avaliar a situação de segurança e humanitária e realizou reuniões em Abril e Maio de 2015. Estão em curso Consultas para o alcance de uma posição comum e conclusão das recomendações a serem submetidas ao CPS e ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

**105.** A Conferência poderá desejar exprimir, mais uma vez, o apoio da UA à iniciativa de Diálogo Nacional e apelar a todos os intervenientes Sudaneses a trabalharem com determinação para a sua implementação bem-sucedida, nomeadamente através da apresentação das questões acima levantadas para o maior interesse do seu país. A este respeito, a Conferência poderá desejar enfatizar a relevância contínua do quadro apresentado pelo CPS no comunicado adoptado durante a sua 456ª Reunião. A Conferência poderá desejar apelar a todas as partes ao conflito em Darfur e às Duas Áreas para demonstrarem compromisso renovado para a cessação das hostilidades nestas regiões, com vista a facilitar o processo político. A Conferência reitera o seu apoio total ao AUHIP, saúda os seus membros

pelos seus esforços incansáveis e compromisso e apela às partes interessadas sudanesas a estreitarem a sua plena cooperação ao Painel. Finalmente, a Conferência poderá recordar às partes sobre as suas obrigações para permitir o pleno acesso às população necessitada e facilitar o trabalho das organizações humanitárias, bem como apelar à comunidade internacional para aumentar a sua assistência humanitária necessária. Isto é mais urgente, uma vez que foram mobilizados desde meados de Maio de 2015 apenas 28% das necessidades de financiamento (1.04 mil milhões de \$EU) para prestar assistência às pessoas mais vulneráveis no Sudão, incluindo os deslocados internos, refugiados e requerentes de asilo no Sudão e outras pessoas não deslocadas em situação de insegurança alimentar.

#### **h) Sudão do Sul**

**106.** O período em análise decorreu sem um progresso tangível na busca de uma solução ao conflito devastador que está a afectar o Sudão do Sul. O que constitui maior preocupação são os contínuos combates entre as partes beligerantes, nomeadamente o Governo do Sudão do Sul (GoSS) e o Movimento de Libertação do Povo do Sudão na Oposição (SPLM/IO). De acordo com o Mecanismo de Monitorização e Verificação (MVM) da Autoridade Inter-governamental para o Desenvolvimento (IGAD) criado em Fevereiro de 2014, que visa monitorizar as violações do Acordo de Cessação das Hostilidades de Janeiro de 2014, foram reportados no total 39 incidentes desde o último relatório de 30 de Abril de 2015, resultando em 43 violações, 20 das quais foram cometidas pelo Governo do Sudão do Sul e 23 pelo SPLM/IO. Nos meados de Maio de 2015, a situação testemunhou mais um agravamento, com as operações militares nos Estados de Unity e do Alto Nilo. Em Malakal, grupos armados envolveram-se em combates próximo das zonas de UNMISS para a protecção de civis. Houve relatórios de estupros com alvos específicos e a morte de civis, incluindo crianças.

**107.** Consequentemente, a situação humanitária deteriorou-se ainda mais. Desde 30 de Abril de 2015, 1.52 milhões de pessoas tornaram-se deslocadas, enquanto 546,220 pessoas refugiaram-se nos países vizinhos. Cerca de 118,000 pessoas foram abrigadas em locais de protecção da Missão da ONU no Sudão do Sul (UNMISS). Cerca de 300,000 pessoas foram afectadas pelo recrudescimento do conflito durante os primeiros dias de Maio de 2015. Ademais, hostilidades activas e a insegurança continuam a afectar as actividades de resposta humanitária e a restringir o acesso rodoviário e aéreo. As necessidades de financiamento para o Plano de Resposta Humanitária do Sudão aumentaram para 1.8 mil milhões de \$EU. Até à data, apenas houve resposta em 29% do financiamento do apelo.

**108.** Ainda não houve progresso nas conversações políticas lideradas pela IGAD durante o período em análise. No dia 1 de Fevereiro de 2015, o Presidente Salva Kiir Mayardit e o líder do SPLM/IO, o Dr. Riek Machar, concordaram em resolver todas as questões pendentes, incluindo a partilha de poder até 5 de Março de 2015 e criar um Governo de Transição de Unidade Nacional (TGoNU) até 9 de Julho de 2015. No dia 23 de Fevereiro de 2015, a 3ª Fase das conversações lideradas pela IGAD foram retomadas em Adis Abeba, depois das partes em negociação concluírem as consultas necessárias. O Presidente Salva Kiir e o Dr. Riek Machar realizaram negociações directas de 3 a 6 de Março de 2015 para abordar questões críticas, nomeadamente a estrutura e a partilha das responsabilidades e funções do

Executivo do TGoNU; a reconstituição da Assembleia Nacional; os preparativos de segurança para transição e o estado das forças durante o período de transição; bem como o âmbito e o nível das reformas institucionais. Não houve acordo e as conversações foram suspensas por um período indeterminado para mais consultas. Na altura da suspensão destas conversações, o Presidente da IGAD, o Primeiro-ministro Hailemariam Dessalegn da Etiópia, dirigiu-se ao povo do Sudão do Sul, lamentando a falta de progresso nas conversações e prometeu revigorar e reformar os esforços de mediação da IGAD, incluindo as consultas com os Chefes de Estado e de Governo da IGAD e outros parceiros africanos e internacionais sobre o rumo a seguir. Será ainda definida uma nova data para a retomada das conversações.

**109.** Desde a interrupção das conversações, o Presidente da IGAD tem efectuado consultas com os líderes da região sobre uma proposta para prorrogar a mediação para incluir representantes da UA, ONU, UE e a Troika (Estados Unidos, Reino Unido e a Noruega) e a China, com vista a prestar assistência e reforçar o processo em curso. A equipa de mediação da IGAD, por sua vez, continuou a trabalhar num único projecto de acordo que será usado como base para futuras negociações.

**110.** A Conferência gostaria de recordar que na sua 474<sup>a</sup> Reunião realizada no dia 4 de Dezembro de 2014, o CPS decidiu melhorar e aumentar o apoio de África à IGAD e aos seus esforços de mediação no Sudão do Sul, incluindo consultas com os líderes da região visando a criação urgente de um Comité *ad hoc* de Alto Nível dos Chefes de Estado e de Governo da UA, composto por um representante de cada uma das cinco regiões do continente, que irá reforçar o apoio de África à IGAD e prestar assistência ao Sudão do Sul e as partes interessadas para alcançarem uma paz duradoura no seu país. Na sua 494<sup>a</sup> Reunião realizada no dia 24 de Março de 2015, o CPS saudou a conclusão pela Comissão de consultas sobre a composição do Comité *ad hoc* de Alto Nível, para reforçar o apoio de África à mediação da IGAD. O CPS apelou ao Comité *ad hoc*, que será composto pelos Chefes de Estado e de Governo da Argélia, Chade, Nigéria, Ruanda e África do Sul, a reunir-se o mais cedo possível para elaborar os seus termos de referência e definir o seu plano de trabalho em apoio à IGAD. O CPS solicitou à Comissão a aumentar todo o apoio necessário ao Comité *ad hoc* para permitir à UA desempenhar plenamente a sua função em busca de uma solução duradoura ao conflito no Sudão do Sul. Até à altura da conclusão deste relatório, a Comissão estava a dar passos para convocar a reunião inaugural do Comité *ad hoc* de Alto Nível, com a participação dos Estados-membros da IGAD, à margem da sessão ordinária da Conferência da União em Joanesburgo.

**111.** O CPS e a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da IGAD manifestaram repetidas vezes a sua prontidão para implementar sanções direccionadas e outras medidas contra qualquer parte que continuar a prejudicar a busca de uma solução ao conflito e não honrar o seu compromisso. É neste âmbito que o Conselho de Segurança das Nações Unidas, no dia 3 de Março de 2015, adoptou a resolução 2206 (2015), que estabelece um regime de sanções, através da proibição de viagens e congelamento de bens contra indivíduos e entidades responsáveis por ou cúmplices ou que tenham participado, directa ou indirectamente, em acções ou políticas que ameaçam a paz, segurança ou estabilidade do Sudão do Sul. O Conselho de Segurança decidiu criar um Comité de Sanções responsável pela monitorização da implementação de medidas

contempladas na resolução e nomear indivíduos e entidades sujeitas a estas medidas.

**112.** Na sua 411<sup>a</sup> Reunião realizada em Banjul, Gâmbia, no dia 30 de Dezembro de 2013, o CPS solicitou à Presidente da Comissão a criar uma Comissão de Inquérito para investigar violações de direitos humanos e outros abusos cometidos durante o conflito armado no Sudão do Sul e apresentar recomendações sobre as melhores formas e meios para garantir a prestação de contas, reconciliação e cura no seio de todas as comunidades do Sudão do Sul. Após a sua conclusão, o relatório da Comissão foi submetido ao CPS na sua 484<sup>a</sup> Reunião realizada no dia 29 de Janeiro de 2015. O CPS, enquanto saúda o Presidente da Comissão de Inquérito, o antigo Presidente Olusegun Obasanjo e os seus membros pelo seu trabalho árduo e compromisso no cumprimento do seu mandato, decidiu adiar a análise do relatório da Comissão de Inquérito para uma data posterior e tomar decisões adequadas em linha com os objectivos definidos no comunicado de Banjul.

**113.** A Conferência poderá reiterar a profunda preocupação da UA em relação à situação prevalecente e a falta de vontade política das Partes de pôr fim à violência e responder às aspirações do seu povo para a paz e segurança. A Conferência poderá desejar condenar fortemente as contínuas violações da Cessação do Acordo sobre as hostilidades e abusos cujo alvo é a população civil. A Conferência poderá desejar exigir que as Partes se comprometam genuinamente com o processo político e alargar a cooperação necessária aos esforços envidados neste sentido. A Conferência poderá desejar reiterar o seu profundo apreço à IGAD e ao seu Presidente, bem como aos outros Chefes de Estado e de Governo pelo seu contínuo empenho e esforços incansáveis. A Conferência poderá desejar incentivar o Comité *ad hoc* de Alto Nível da UA a tomar todos os passos necessários no cumprimento do seu mandato para apoiar e melhorar os esforços de mediação da IGAD. A Conferência poderá desejar manifestar o seu apreço aos parceiros internacionais pelo seu apoio e apela-os a continuar o apoio aos esforços regionais e continentais em curso. A Conferência poderá igualmente desejar reiterar o seu apoio total ao Mecanismo de Monitorização e Verificação da IGAD e da UNMISS e exigir que as Partes alarguem a plena cooperação a estes mecanismos. Finalmente, a Conferência poderá desejar apelar a mobilização dos recursos necessários para satisfazer as necessidades humanitárias no Sudão do Sul.

**i) Relações entre o Sudão e o Sudão do Sul**

**114.** Tal como a Conferência foi informada, em Setembro de 2012, o Sudão e o Sudão do Sul assinaram, com a facilitação do AUHIP, um Acordo de Cooperação baseado na necessidade imprescindível de criar dois Estados viáveis. O Acordo abrange várias áreas, incluindo as questões de fronteiras, preparativos sobre a segurança, Abyei e as questões financeiras e relacionadas com o petróleo. Enquanto foi alcançado progresso na implementação do Acordo de Cooperação, ainda prevalecem vários desafios.

**115.** Como parte da implementação do “Acordo sobre Questões de Fronteiras”, a Comissão Conjunta Fronteiriça (JBC), após a sua primeira reunião realizada em Adis Abeba, no dia 21 de Novembro de 2014, reuniu-se sob os auspícios do Programa Fronteiriço da UA e do AUHIP, de 7 a 8 de Fevereiro e 16 a 18 de Março de 2015, em Juba, Sudão do Sul e Adis Abeba, Etiópia, respectivamente, para

debater as opções para a aceleração da demarcação das partes já acordadas da fronteira entre o Sudão e o Sudão do Sul. Estas reuniões resultaram na assinatura, no dia 18 de Março de 2015, de um Acordo sobre a criação de uma conta de garantia para responder aos custos de demarcação de fronteira entre as duas Partes. A JBC adoptou, igualmente, a lista final dos membros da Equipa Técnica Conjunta (JTT) composta pelo mesmo número de agrimensores, cartógrafos e outros peritos relevantes de cada Estado, conforme foi proposto pela sessão da JBC de Fevereiro de 2015. A reunião igualmente analisou e adoptou os termos de referência do Comité Conjunto de Demarcação (JDC), para gerir e supervisionar o exercício de demarcação da fronteira. As Partes concordaram em realizar as próximas reuniões da JBC e do JDC, de 24 a 27 de Junho e de 29 de Junho a 2 de Julho 2015, respectivamente.

**116.** Contudo, depois destas reuniões, o Governo Sudanês enviou um documento ao AUHIP para apresentar os desafios enfrentados no processo de abordagem das questões relacionadas com as fronteiras. A questão fundamental entre estes desafios foi a alegação do Sudão de que o Sudão do Sul havia revertido completamente a sua posição, reclamando que apenas 18% da fronteira e não mais 80%, estava em disputa. Esta nova posição, de acordo com o Sudão, apresentou uma opinião não vinculativa a ser preparada pela Equipa de Peritos da UA (AUTE) sobre as cinco áreas em disputa, identificadas pelas duas partes completamente irrelevantes. A parte Sudanesa apresentou, igualmente, outras questões relativas aos Termos de Referência (ToR) do AUTE e apresentou propostas sobre o rumo a seguir, as quais foram comunicadas à parte do Sudão do Sul, para a resposta, de modo que a questão do AUTE possa ser resolvida sem demora desnecessária. Recorde-se que o AUTE foi indicado pela Comissão e endossado pelo CPS em Agosto de 2012 para providenciar uma opinião não vinculativa sobre o estado das cinco áreas em disputa, para facilitar as negociações entre o Sudão e o Sudão do Sul. Contudo, o AUTE ainda não conseguiu concluir a sua tarefa, devido ao fracasso das partes na efectivação das suas contribuições finais.

**117.** A Conferência gostaria de lembrar que, no seu Acordo sobre a Segurança Fronteiriça de Junho de 2011 e o Mecanismo Político e de Segurança Conjunto (JPSM), os Governo do Sudão e do Sudão do Sul devem criar uma Zona Fronteiriça Desmilitarizada Segura (SDBZ). No seu acordo de 30 de Julho de 2011, os Governos do Sudão e do Sudão do Sul debruçaram-se sobre a criação do Mecanismo Conjunto de Verificação e Monitorização Fronteiriça (JBVMM) com uma área de responsabilidade que corresponde ao SDBZ. Na resolução 2024 (2011) de 14 de Dezembro de 2011, o Conselho de Segurança mandatou a Força de Segurança Provisória da ONU à Abyei (UNISFA) para apoiar o JBVMM. As partes continuam a divergir sobre a questão fundamental e as coordenadas rectangulares do SDBZ, que constituem desafios adicionais enormes para a realização das operações do JBVMM. Em Janeiro e Março de 2015, respectivamente, o Sudão e o Sudão do Sul solicitaram a realização, sob os auspícios do AUHIP, de uma reunião do JPSM que ainda não se reuniu desde Novembro de 2014. Isto iria proporcionar uma oportunidade para resolver a discórdia sobre a questão fundamental do SDBZ e outras questões relacionadas, particularmente tendo em vista as acusações de que as partes continuam a negociar sobre o abrigo e o apoio dos rebeldes de cada uma das partes. Em Abril de 2015, as questões aumentaram quando o Governo do Sudão acusou o Sudão do Sul de apoiar os rebeldes de Darfur.

**118.** Em relação a Abyei, um dos principais desenvolvimentos está relacionado com a reunião do Comité Conjunto de Supervisão de Abyei (AJOC) em Adis Abeba nos dias 29 e 30 de Março de 2015, sob os auspícios do Facilitador da UA, depois de quase uma interrupção de dois anos. As partes concordaram em realizar um diálogo de líderes tradicionais, bem como facilitar programas humanitários e de recuperação na área de Abyei. O Facilitador da UA aproveitou a oportunidade para informar aos participantes sobre o resultado da 494<sup>a</sup> Reunião do CPS realizada no dia 24 de Março de 2015. Durante a referida reunião, o CPS tomou nota da conclusão do trabalho realizado pelo Comité de Investigação criado para esclarecer a morte do Chefe Koul Deng Koul e do pessoal da UNISFA e solicitou à Comissão a envolver as Partes sobre as constatações e as recomendações da investigação, a fim de evitar a repetição de incidentes semelhantes, tomando em conta a necessidade de promover a estabilidade e a reconciliação na Área de Abyei.

**119.** O período em análise não testemunhou progresso na implementação das disposições principais do Acordo de 20 de Junho de 2011 entre o Governo do Sudão e o Movimento de Libertação do Povo do Sudão sobre os Acordos Provisórios para a Administração e Segurança da Área de Abyei, especialmente as que estão relacionadas com a criação da Administração da Área de Abyei e dos Serviços Policiais, que se espera que assumam as funções de policiamento em toda a Área de Abyei. O vácuo resultante, em termos de administração pública e o estado de direito, está a afectar seriamente a segurança e a estabilidade na Área e a criar desafios adicionais à Segurança Provisória da ONU para Abyei (UNISFA). A situação da Área ainda não foi resolvida. Os Presidentes do Sudão e do Sudão do Sul acordaram, em Novembro de 2012 que iriam, doravante, lidar directamente com o assunto de Abyei e reunir-se este ano para abordar a questão.

**120.** No terreno, a situação continua volátil, marcada pela ocorrência de vários incidentes de insegurança durante os últimos meses, incluindo as mortes, raptos e abate de animais em várias aldeias, aumentando a tensão entre as comunidades locais. A UNISFA continuou a implementar o seu mandato de estabilização em Abyei, incluindo através do envolvimento dos líderes comunitários locais, facilitação da migração pacífica na Área, dissuasão e outras actividades relacionadas. No dia 26 de Fevereiro de 2015, o Conselho de Segurança da ONU, na sua resolução 2205 (2015), alargou o mandato da UNISFA até 15 de Julho de 2015, incentivou a Força para continuar a tomar medidas necessárias para garantir a segurança na Área de Abyei, e exigiu que as Partes estreitem a plena cooperação no cumprimento do seu mandato.

**121.** No dia 2 de Março de 2015, os Ministros de Estado de Petróleo do Sudão e do Sudão do Sul reuniram-se em Juba, Sudão do Sul, para debater assuntos relacionados com a produção de petróleo. Aproveitaram igualmente a oportunidade para trocar ideias sobre a Abordagem Conjunta acordada pelos dois países com o apoio do AUHIP, com vista a mobilizar apoio internacional nas seguintes áreas: assistência financeira de transição para o Sudão, apoio ao desenvolvimento do Sudão do Sul, alívio geral da dívida e levantamento de sanções económicas impostas ao Sudão. Recorde-se que as partes haviam acordado em criar um Comité Tripartido composto por dois representantes do Sudão e do Sudão do Sul e um representante do AUHIP, para definir as modalidades de implementação da Abordagem Conjunta. O Comité reuniu-se durante a sua reunião inaugural em Dezembro de 2013.



**122.** A Conferência poderá desejar incentivar os dois países a envidar os seus esforços visando a plena implementação de todas as componentes do Acordo de Cooperação de Setembro de 2012. A Conferência poderá, igualmente, desejar apelar às partes a tomar as medidas necessárias para abordar a questão de Abyei, através da implementação eficaz dos Acordos Provisórios e esforços renovados para resolver a questão do estatuto final da Área. O Conselho poderá igualmente desejar apelar à comunidade internacional a prestar o apoio necessário à Abordagem Conjunta. Finalmente, a Conferência poderá desejar saudar o AUHIP pelos esforços incansáveis, e incentivá-lo a dar continuidade à prestação de apoio ao Sudão e ao Sudão do Sul.

**j) Burundi**

**123.** A situação no Burundi é caracterizada por uma grande tensão entre o Governo, por um lado, a oposição política e a sociedade civil, por outro lado, em torno das eleições gerais, que serão realizadas a partir de Junho de 2015. A divergência fundamenta que opõe os actores burundeses prende-se com o direito ou não do Presidente Pierre Nkurunziza de se apresentar à eleição presidencial de Junho próximo. As disposições do Acordo de Arusha e da Constituição saída do mesmo Acordo (Artigos 96º e 302º), que limitam a dois o número de mandatos que um Presidente da República pode exercer, são objecto de interpretações divergentes: enquanto o Partido no Poder julga que a primeira eleição do Presidente Nkurunziza, em 2005, foi feita por escrutínio indirecto, não deve ser tomada em consideração, os opositores acham que o actual mandato do Presidente deve ser o último. A esta controversa se juntam as informações relativas às acções da Liga da Juventude do Partido no poder, os Imbonerakure, que estariam a intimidar os opositores. O Governo fez um desmentido forte às informações sobre a distribuição de armas a esses jovens. Porém, vários actores nacionais e internacionais continuam a exprimir a sua preocupação.

**124.** Foi neste contexto que a União Africana tomou várias iniciativas para ajudar os actores burundeses a iniciar um diálogo construtivo, limar as divergências e criar as condições para a realização, num clima pacífico, de eleições livres, transparentes e credíveis, em conformidade com a Carta da Democracia, Eleições e Governação. De 26 a 27 de Março de 2015, a Presidente da Comissão deslocou-se a Bujumbura, onde reuniu-se com o Presidente Pierre Nkurunziza e membros do seu Governo e outras partes envolvidas no processo eleitoral. Em todas essas reuniões, a Presidente da Comissão sublinhou o imperativo do diálogo para ultrapassar as dificuldades actuais, tendo apelado à preservação da paz conquistada depois uma luta sangrenta no Burundi. A Comissária para os Assuntos Políticos deslocou-se igualmente ao Burundi, de 8 a 10 de Março de 2015, a fim de examinar, com as autoridades e outras partes interessadas, as modalidades do apoio da União Africana ao processo eleitoral. Anteriormente, no mês de Junho de 2014, o Comissário para Paz e Segurança efectuou uma visita ao Burundi, com vista a se inteirar da situação e exprimir o compromisso da União Africana de continuar a acompanhar os actores burundeses e apoiar-los na busca de uma solução consensual para os desafios que enfrentam.

**125.** A 25 de Abril de 2015, o Conselho Nacional para a Defesa da Democracia – Força de Defesa da Democracia (CNDD-FDD), Partido no poder, designou o actual Presidente Pierre Nkurunziza como seu candidato para as eleições presidenciais de

26 de Junho de 2015. A partir do dia seguinte a este anúncio, no Domingo 26 de Abril de 2015, ao apelo de algumas organizações da sociedade e dos Partidos Políticos da oposição, tiveram início manifestações de rua em alguns bairros de Bujumbura. A situação continuou a ser tensa, marcada por atos de violência, incluindo o uso excessivo da força por elementos da Polícia Nacional, prisões, emissão de mandatos de captura contra dirigentes da sociedade civil e dos Partidos da oposição, incluindo o encerramento de várias estações de rádios independentes, dentre as quais a Rádio Pública Africana (RPA). Foram registadas várias perdas de vidas humanas e muitas pessoas ficaram feridas. Houve igualmente a destruição de vários bens materiais. A situação de insegurança e de medo, associada à ausência de informações, na sequência do encerramento das rádios privadas, levou ao exílio mais de 110 000 burundeses, que se encontram actualmente na Tanzânia (mais de 76 000), no Ruanda (mais de 26,000) e na RDC (mais de 9 000). Os exilados devem estar a enfrentar uma nova ameaça: a epidemia de cólera que se desenvolve nos campos dos refugiados na Tanzânia. Esta doença já fez 31 óbitos até ao presente e 2.400 refugiados serão afectados. A crise actual é igualmente agravada pelas camadas mais frágeis da população, principalmente as crianças. A este propósito, é conveniente sublinhar que 58% das crianças menores de 5 anos sofrem de uma malnutrição crónica.

**126.** Informado, a 28 de Abril de 2015, por um grupo de Senadores «com vista a uma interpretação dos Artigos 96º e 302º da Constituição», o Tribunal Constitucional tomou um decreto, afirmando a conformidade à Constituição da candidatura do Presidente Nkurunziza para um outro mandato. Porém, a imparcialidade deste Tribunal foi posta em causa pelos opositores, na sequência do exílio, no Ruanda, do Vice-presidente desta instituição, que afirmou ter sido vítima de ameaças de morte, devido à sua recusa de assinar o decreto em questão. Esta decisão do Tribunal Constitucional não conseguiu pôr termo às manifestações de protesto que continuaram a paralisar a capital burundesa, aumentando, a cada dia, o número de perdas de vidas humanas.

**127.** Foram lançados vários esforços internacionais para ajudar a resolução da crise. Tanto o Conselho de Paz e Segurança como a Presidente da Comissão pronunciaram-se, por várias vezes, sobre a questão, sublinhando o imperativo do diálogo e do consenso para a busca de uma solução duradoura à crise, que permita a preservação das conquistas alcançadas, graças ao Acordo de Arusha para a Paz e Reconciliação, de Agosto de 2000, bem como a criação de condições para a realização de eleições credíveis e transparentes. É neste contexto que a Presidente da Comissão enviou, a partir de 9 de Maio de 2015, uma missão de alto nível do seu Painel de Sábios, conduzido pelo Senhor Edem Kodjo, antigo Secretário-geral da OUA, incluindo igualmente o Professor Ibrahim Fall, antigo Ministro dos Negócios do Senegal. No terreno, esta missão, para além das suas consultas com os actores burundeses, juntou-se à iniciativa de mediação, lançada desde 5 de Maio de 2015, pelo Enviado Especial do Secretário-geral das Nações Unidas para a Região dos Grandes Lagos, Saïd Djinnit, com vista a alcançar um consenso político em torno de todas as questões ligadas ao processo eleitoral. Os representantes da Comunidade da África Oriental (EAC) e da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL) juntaram-se, em seguida, ao grupo dos Facilitadores do diálogo político.

**128.** A 13 de Maio de 2015, e no seguimento da vista a Bujumbura, de uma delegação ministerial da EAC, a 6 de Maio de 2015, esta Organização realizou uma Cimeira Extraordinária em Dar-es-Salam, Tanzânia, a fim de encontrar uma solução para a crise política e de segurança no Burundi. A Presidente da Comissão e o Comissário para a Paz e Segurança participaram nessa reunião. Aproveitando a saída do Presidente Nkurunziza para a Tanzânia, a fim de participar na Cimeira, um grupo de militares tentou derruba-lo. Fracassada de imediato, essa tentativa de golpe de Estado complicou ainda mais a situação. Para além da condenação da tentativa de golpe de Estado, a Cimeira da EAC apelou para o adiamento das eleições, por um período não superior ao mandato constitucional, pelas autoridades actuais, bem como à cessação da violência, tendo em vista a criação das condições apropriadas para a realização de eleições credíveis e transparentes. A Presidente da Comissão, o Conselho de Paz e Segurança assim como os membros da comunidade internacional condenaram igualmente a tentativa de golpe de Estado.

**129.** No seguimento da Cimeira, o diálogo político foi retomado a 20 de Maio de 2015, sob a facilitação das Nações Unidas, da União Africana, da EAC e da CIRGL. Todavia, esse diálogo foi interrompido de novo, na sequência do assassinato, a 23 de Maio de 2015, de Zedi Feruzi, Presidente do Partido União para a Paz e Desenvolvimento (UPD). Esse acto foi condenado pela comunidade internacional no seu todo, incluindo a União Africana, através de um comunicado de imprensa, datado de 24 de Maio de 2015, da Presidente da Comissão. Graças aos esforços do Enviado Especial das Nações Unidas, esse diálogo foi retomado em Bujumbura, a 28 de Maio de 2015, suspenso de novo, na sequência de divergências entre os Partidos Políticos em torno das questões ligadas ao direito e às liberdades políticas garantidos pela Constituição. A 31 de Maio de 2015, a EAC realizou uma outra Cimeira, consagrada à situação no Burundi, na qual esteve presente a Presidente da Comissão. A Cimeira felicitou-se pela restauração da ordem constitucional no Burundi, depois do golpe de Estado de 13 de Maio de 2015, tendo exprimido a sua preocupação perante o impasse político que persiste no Burundi. A Cimeira exortou para o adiamento das eleições, por um período de pelo menos um mês e meio, durante o qual a EAC, através do seu Presidente em exercício, efectuará consultas com todas as partes burundesa interessadas sobre o caminho a seguir. A Cimeira lançou um apelo urgente a todas as partes para porem termo à violência, solicitou o desarmamento urgente de todos os grupos de jovens filiados nos partidos políticos e encorajou o Governo do Burundi a criar as condições propícias para o regresso dos refugiados. A Cimeira lançou um apelo à União Africana, às Nações Unidas bem como a outros parceiros para colaborarem com a EAC, tendo em vista a realização dos objectivos fixados. Enquanto isso, a Cimeira da CEEAC, realizada em N'Djamena, a 25 de Maio de 2015, condenou igualmente a tentativa de golpe e apoiou as iniciativas regionais e internacionais no sentido de resolver a crise. A Cimeira nomeou o ex-presidente do Chade Goukouni Weddaye, como Enviado Especial para a Região dos Grandes Lagos, em particular para o Burundi.

**130.** Por seu turno, o Governo, após a sua decisão, sob proposta da Comissão Nacional Eleitoral Independente (CENI), de adiar por 10 dias as eleições legislativas, indicou que serão tomadas todas as disposições necessárias com vista à realização deste escrutínio na nova data, isto é, a 5 de Junho de 2015. Uma vez que vários doadores decidiram suspender o seu apoio ao processo eleitoral, o Governo conta com os seus próprios para a organização destas eleições, na data prevista, nomeadamente a mobilização de recursos internos.

**131.** No momento da finalização do presente relatório e em cumprimento das decisões pertinentes do Conselho de Paz e Segurança, a Comissão estava a tomar todas as medidas necessárias para o reforço do Escritório da União Africana em Bujumbura, por forma a lhe permitir fazer um melhor acompanhamento da evolução da situação e prestar o apoio necessário ao diálogo entre os actores burundeses. Estão igualmente a ser tomadas disposições para o envio de observadores dos direitos humanos e outro pessoal civil para a supervisão da situação dos direitos humanos no terreno, reportar sobre a violação dos direitos humanos e realizar acções que visam a prevenção e a resolução de conflitos ao nível local.

**132.** A Conferência poderia exprimir a sua profunda preocupação perante a situação que prevalece no Burundi, o que constitui um factor de uma violência de grande envergadura, capaz de comprometer, de uma forma duradoura, a paz e a segurança naquele país e afectar gravemente a segurança e a estabilidade regionais. A Conferência poderia condenar veementemente todos os actos de violência cometidos no Burundi assim como a tentativa de golpe de Estado de 13 de Maio de 2015. A Conferência poderia sublinhar que somente o diálogo e o consenso, no respeito do Acordo de Arusha e da Constituição do Burundi permitirão a busca de uma solução duradoura à crise e apelar aos actores burundeses a darem a sua plena colaboração aos esforços envidados, para o efeito, pela EAC, pela CIRGL, pelas Nações Unidas pela União Africana, com o apoio da comunidade internacional. Nesse sentido, a Conferência poderá desejar prestar apoio pleno ao Comunicado adoptado pela Cimeira Extraordinária da EAC de 31 de Maio de 2015. A Conferência poderia reafirmar a necessidade do respeito escrupuloso dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. A Conferência poderia exprimir a sua gratidão aos países que acolhem os refugiados burundeses pela sua hospitalidade e lançar um apelo para a mobilização do apoio necessário para ajuda-los.

**k) República Democrática do Congo e Região e Região dos Grandes Lagos**

**133.** A implementação dos compromissos contidos no Quadro de Cooperação de Paz e Segurança (CPS) para a República Democrática do Congo (RDC) e os Grandes Lagos, apesar de alguns desenvolvimentos encorajadores, continua a enfrentar desafios persistentes. Estes incluem as questões pendentes relativas à implementação das Declarações de Nairobi de Dezembro de 2013, sobre o diálogo de Kampala entre a RDC e a M23, bem como os progressos lentos verificados na neutralização dos grupos armados no leste da RDC e a criação de confiança na região.

**134.** A presença contínua de grupos armados no leste da RDC e a situação geral de segurança na zona apresenta sérios desafios. Vários incidentes ocorreram nas últimas semanas, envolvendo ataques contra civis e forças da NU. A 5 de Maio de 2015, dois soldados da paz da MONUSCO foram mortos numa emboscada, que aconteceu um dia depois de um helicóptero que transportava o Comandante da Missão ter sofrido disparos na mesma região. Em 12 de Maio de 2015, cinco civis foram mortos em um ataque novo da responsabilidade das Forças Democráticas Aliadas (FDA) perto de Beni, na província de Kivu Norte.

**135.** A Cimeira Extraordinária da CIRGL, realizada em Luanda, Angola, em 18 de Maio de 2015, constituiu uma oportunidade para reexaminar a situação geral na região dos Grandes Lagos e, em particular, os esforços para a neutralização das

Forças Democráticas para a libertação do Ruanda (FDLR) e outras forças negativas que operam no leste da RDC. A Cimeira incentivou o governo da RDC a continuar a ofensiva militar, que foi anunciada em Janeiro e lançada em Fevereiro de 2015, tendo ênfatizado especialmente a neutralização das suas estruturas de comando. Dado que a cooperação e a parceria entre MONUSCO e as Forças Armadas da RDC (FARDC) são essenciais na luta contra o FDLR e outros grupos armados, a CIRGL incentivou o governo da República Democrática do Congo a trabalhar estreitamente com MONUSCO, a fim de manter a pressão sobre o FDLR e todas as outras forças negativas e grupos armados que operam na região oriental da RDC. Continuam as negociações entre o governo da República Democrática do Congo e a ONU para a retomada das operações militares conjuntas contra a FDLR. Importa referir que em 14 de Maio de 2015, o Governo da RDC e MONUSCO iniciaram uma avaliação conjunta exigida pela resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 2211 (2015) e acordaram no diálogo estratégico entre o governo da República Democrática do Congo e MONUSCO relativamente à estratégia de saída da Missão. Equipas de avaliação conjuntas foram implantadas no leste da República Democrática do Congo. A República Democrática do Congo apelou para que uma solução permanente fosse encontrada para os rendidos da FDLR no norte e Sul do Kivu, bem como na área de Kisangani.

**136.** Em relação à aplicação das Declarações de Nairobi, os governos do Congo e do Ruanda realizaram consultas de 20 a 24 de Abril de 2015, em Kigali para discutir as modalidades para a repatriamento dos Ex-membros do M23 de Ruanda e a transferência dos seus equipamentos militares desse país. Foi acordado por ambos os países e as NU que se providenciassem peritos militares para processar em conjunto antigos combatentes que estivessem dispostos e suas armas. Consultas adicionais ainda são necessárias entre as duas delegações visando o desenvolvimento de um plano operacional detalhado para o processo de repatriamento. No que diz respeito ao Uganda, 198 dos 1.400 combatentes que haviam atravessado para o Uganda tinham sido repatriados até à data. Os governos do Congo e do Uganda solicitaram que os que estivessem dispostos a ser repatriados para um país terceiro fossem considerados o mais rapidamente possível para retirar qualquer fonte de desconfiança entre os países e aliviar a pressão sobre os recursos causada pela presença de antigos combatentes do M23 nos países vizinhos. Como foi mencionado acima, o CIRGL instruiu que mecanismos fossem criados, incluindo a República Democrática do Congo, o Uganda, o Ruanda, a UA, o CIRGL e a ONU para ajudar a acelerar a repatriamento dos antigos combatentes do M23, no prazo de três meses.

**137.** A Cooperação económica e o desenvolvimento social são fundamentais na construção da confiança e estabilidade. A Conferência de Investimento do sector privado está agora agendada para ter lugar em Fevereiro de 2016. A Conferência vai destacar o vasto potencial de investimento responsável, desenvolvimento e prosperidade na região dos Grandes Lagos e incentivar o investimento na região, tendo como objectivo a criação de empregos para mulheres e jovens, bem como o reforço das ligações económicas transfronteiriças na região. De 29 a 30 de Abril de 2015, realizou-se uma consulta regional com a presença de agentes da sociedade civil de sete países dos Grandes Lagos em Entebbe, Uganda. O objetivo foi reforçar o compromisso da sociedade civil relativamente ao quadro do CPS e construir a confiança nas fronteiras. A Plataforma da Mulher realizou igualmente a sua reunião inaugural de beneficiários em Goma no período 13 – 15 de Maio.

**138.** Após a 5ª Reunião do Mecanismo Regional de Supervisão (MRS) realizada em Adis Abeba, em 31 de Janeiro de 2015, as NU e a UA colaboraram sobre a forma de revitalizar a implementação do Quadro de CPS e suas estruturas de governação, nomeadamente o MRS e o Comité de Apoio Técnico (CAT). Para este fim, a UA e as NU, na sua capacidade de co-presidentes da ROM, estão a planear a colaboração com outros garantes Doadores do Quadro CPS sobre a melhor via a seguir.

**139.** A Conferência deve reiterar o seu apoio ao Quadro de CPS e sublinhar a necessidade de esforços e compromisso renovados com vista a garantir a sua implementação eficaz. A este respeito, a Conferência deve sublinhar, mais uma vez, o imperativo de neutralizar o FDLR e todos os outros grupos armado e forças negativas. A Conferência deve salientar a importância da criação de oportunidades económicas para jovens e mulheres, assegurando ao mesmo tempo que os que cometeram atrocidades são levados à justiça. A Conferência deve exprimir o seu apoio relativamente aos esforços em curso a serem envidados pela UA e as NU de revitalizar a implementação do Quadro de CPS e suas estruturas de governação. A Conferência poderá desejar incentivar o Governo da RDC no sentido da plena implementação das Declarações de Nairobi, que concluíram o Diálogo de Kampala.

#### **I) República Centro Africana**

**140.** O maior acontecimento do período em análise é a realização, em Bangui, de 4 a 11 de Maio de 2015, do Fórum Nacional de Reconciliação, uma etapa crucial no processo de estabilização da República Centro Africana (RCA) e da conclusão da transição, lançada a 18 de Agosto de 2013 Durante a sua 7ª Reunião, realizada em Brazzaville, a 16 de Março de 2015, o Grupo Internacional de Contacto sobre a RCA (GIC-RCA), que é co-presidido pela Comissão da União Africana e a República do Congo, havia tomado nota da criação de uma missão preparatória, exortando para promover uma participação o mais inclusiva possível. No acompanhamento das conclusões dessa reunião, o Grupo de Coordenação para a Preparação e o Acompanhamento das reuniões do GIC-RCA (G8-RCA), presidido pelo Representante Especial da UA e que inclui as Nações Unidas, Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), Banco Mundial, União Europeia, Estados Unidos da América, França e República Congo, presidido pelo Representante Especial da União Africana, trabalhou em estreita colaboração com os actores centro-africanos, com a assegurar a realização, com êxito, do Fórum, através do apoio prestado às consultas populares na base, organizadas nas 16 Províncias do país, entre Janeiro e Março de 2015.

**141.** O Fórum de Bangui juntou mais de 500 participantes e delegados em representação dos partidos políticos, grupos político-militares, mulheres, jovens, as 16 Províncias do país, grupos religiosos, diáspora, sindicatos patronato e todas as camadas socioprofissionais do país. A cerimónia de abertura do Fórum teve lugar na presença do Presidente Denis Sassou Nguesso, Mediador Internacional na Crise Centro-africana, e do Primeiro-ministro do Chade, em representação do Presidente Idriss Deby Itno, na sua qualidade de Presidente em exercício da CEEAC. Estiveram presentes no Fórum vários representantes da comunidade internacional, incluindo a União Africana. É conveniente salientar o grande apoio prestado pelo G8 RCA na preparação e na organização das suas reuniões. O Professor Abdoulaye

Bathily, Representante Especial do Secretário-geral das Nações Unidas e Vice Mediador, presidiu os trabalhos.

**142.** O Fórum decorreu tanto em sessões plenárias como em grupos de trabalho sobre os seguintes temas: "Paz e Segurança", "Governação", "Justiça e Reconciliação" e "Desenvolvimento Socioeconómico". Os participantes adoptaram um *Pacto Republicano para a Paz, Reconciliação Nacional e Reconstrução* assim como um *Acordo sobre os Princípios de Desarmamento, Desmobilização, Reintegração e Repatriamento - DDRR - e Integração nos Órgãos com Uniforme do Estado Centro-africano*", assinado pelo Governo de Transição e pelos Grupos Armados. Por outro lado, os participantes acordaram, em conformidade com o Artigo 102º da Carta Constitucional de Transição, em solicitar à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CEEAC para prolongar a duração da transição, a fim de permitir a preparação e a realização de eleições em melhores condições. Esses escrutínios deveriam, inicialmente, ser realizados a 15 de Agosto de 2015. É conveniente notar que a 7ª Reunião do GIC-RCA havia solicitado às autoridades da Transição assim como à Autoridade Nacional de Eleições (ANE) para tomar, com urgência, as disposições necessárias para acelerar o processo eleitoral e facilitar a realização das eleições, dentro dos prazos acordados. De igual modo, foi lançado um apelo para a mobilização de recursos financeiros adicionais a favor do processo eleitoral. No momento da finalização do presente relatório, o orçamento provisório para as eleições atingia 43.483.745 Dólares dos Estados Unidos; as contribuições recebidas eram de 10.606.868 Dólares dos Estados Unidos. Por seu turno, a 16ª Sessão Ordinária da CEEAC, realizada em Ndjamena, a 25 de Maio de 2015, sob a direcção do Presidente Idriss Déby Itno, autorizou a prorrogação técnica da transição, a fim de permitir às autoridades da transição organizar eleições credíveis e transparentes, antes de finais do ano de 2015.

**143.** O Fórum formulou outras recomendações. Trata-se da moralização da vida política e do conteúdo da nova Constituição em processo de elaboração; do levantamento do embargo sobre as armas para permitir o desdobramento das Forças Armadas Centro-africanas (FACA) em todo o território; da exploração equitativa e transparente dos recursos minerais e naturais do país; da criação de uma Comissão de Justiça, Verdade e Reconciliação assim como da oficialização e inscrição de dois feriados muçulmanos no calendário nacional dos feriados. No seu discurso de encerramento, a Chefe do Estado de Transição, Senhora Catherine Samba-Panza, comprometeu-se a criar o mecanismo de implementação e acompanhamento das recomendações e resoluções que os delegados querem que sejam obrigatórias.

**144.** A realização do Fórum surgiu num contexto marcado por uma situação humanitária e de segurança sempre preocupante, tal como havia constatado 7ª Reunião do GIC-RCA. Com efeito, os grupos armados continuam activos em várias regiões do país e cometem actos de violência. A implementação do Acordo sobre o DDRR, assinado no final do Fórum de Bangui, deveria permitir a melhoria da segurança no terreno. O número de pessoas deslocadas dentro do país atinge 436.300, das quais 45.000 estão divididas em 34 campos em Bangui. Foram registados tímidos movimentos de regresso no Oeste do país, nas Províncias de Ouham, Ouham Pendé e em Bangui. Porém, a situação no seu todo é muito preocupante. 2,7 milhões de pessoas, ou seja a metade da população, tem necessidade de uma assistência humanitária. As necessidades de financiamento do

plano de resposta humanitária atingem 613 milhões de Dólares dos Estados Unidos para o ano de 2015. Em meados de Maio de 2015, apenas 110 milhões de Dólares dos Estados Unidos haviam sido recebidos, ou seja 18% das necessidades. O acesso dos actores humanitários nas Províncias sempre enfrenta dificuldades causadas pelos grupos armados, que continuam a controlar várias zonas do país. O Fórum de Bangui recomendou um desarmamento imediato dos grupos armados, a livre circulação de pessoas, o levantamento de barreiras e o respeito do direito humanitário.

**145.** A situação económica e financeira registou alguma melhoria. Isto deve-se ao regresso progressivo da segurança em Bangui assim como à protecção do corredor que faz a ligação entre Bangui e a fronteira com os Camarões. Durante a sua 7ª Reunião, o GIC-RCA lançou uma pelo às autoridades de transição para a implementação urgente das reformas relativas às finanças públicas, com vista a redinamizar o quadro permanente de concertação entre os sectores público e privado. O GIC-RCA exortou os parceiros internacionais para prestarem um apoio adicional ao orçamento, por forma a colmatar o actual défice, estimado em 60 biliões de Francos CFA.

**146.** Estão a ser prosseguidos os esforços de coordenação entre os membros da comunidade internacional, em apoio à transição na República Centro Africana. Durante a sua reunião de Brazzaville acima referida, o GIC-RCA, tendo saudado o compromisso das autoridades de transição de terminar o processo em curso, exortou estas últimas a preservar nos seus esforços que visam promover a boa governação assim como a reconciliação nacional, sem, no entanto, sacrificar a busca da verdade sobre os crimes do passado e a luta contra a impunidade. A reunião insistiu no respeito da Carta Constitucional da Transição, principalmente na questão da inelegibilidade dos actores políticos atingidos pelas sanções tomadas pelo Conselho de Paz e Segurança bem como pelas autoridades de transição. A questão do DDR e da reforma do sector de segurança foi igualmente abordada.

**147.** A Comissão deu prosseguimento ao seu apoio ao processo de transição. Para além do apoio prestado para a realização do Fórum e a organização das reuniões do GIC-RCA, a Comissão realizou várias actividades. É conveniente realçar, a este propósito, a organização, em colaboração com o Secretariado-geral da CEEAC, em Bangui, de 12 a 13 de Maio de 2015, de uma reunião das mulheres centro-africanas, tendo em vista a elaboração de um roteiro, tomando em consideração a dimensão do género na aplicação das recomendações saídas do Fórum de Bangui. Por outro lado, a Comissão deu prosseguimento à implementação do projecto de apoio à prevenção e resposta à violência sexual na República Centro Africana, em curso no terreno desde Novembro de 2014, sob a condução de uma ONG africana "Médicos de África (MDA)", e destinado para dar apoio a 1.000 vítimas da violência sexual, na sua maioria mulheres e crianças nos Distritos de Paoua, Kaga-Bandoro e Bangui. O projecto permitiu a reabilitação de dois Centros de Saúde em Paoua e Kaga Bandoro bem como o fornecimento de material médico de emergência e quites médicos, incluindo um apoio psicológico às vítimas da violência. A terminar, a Comissão está a finalizar as diligências necessárias para o desembolso de uma contribuição financeira 500.000 Dólares dos Estados Unidos ao processo eleitoral.



**148.** Com a realização do Fórum Nacional de Bangui, foi dada uma etapa importante no processo de transição e de estabilização da situação na República Centro Africana. É importante que todas as partes interessadas centro-africanas se envolvam, de uma decidida, na implementação das recomendações do Fórum. A Conferência poderia felicitar-se por esta evolução positiva e encorajar os actores centro-africanos a preservarem nos seus esforços. É igualmente importante que a Conferência reafirme a necessidade de acelerar o processo eleitoral e respeitar as disposições da Carta Constitucional da Transição, principalmente as disposições relativas à inelegibilidade dos dirigentes da transição e das pessoas abrangidas pelas sanções internacionais. A Conferência poderia reiterar a sua gratidão aos países da região bem como à CEEAC e aos parceiros bilaterais e internacionais pelo apoio prestado à República Centro Africana e exorta-los a continuarem a dar prova de solidariedade com este país. Em jeito de conclusão a Conferência poderia encorajar a Comissão, através da MISAC, para continuar a dar apoio ao processo de transição da República Centro Africana.

### **I) Exército da Resistência do Senhor**

**149.** O Exército da Resistência do Senhor (LRA) ainda representa uma ameaça significativa para a paz e estabilidade regional, dado que o LRA continua a atacar, pilhar, matar, sequestrar e a deslocar civis em partes longínquas/recônditas do RCA e do nordeste da RDC. As suas actividades alargam-se até as zonas remotas na Tríplice fronteira com a RCA, Sudão do Sul e Sudão, onde Joseph Kony, o líder do grupo e outros comandantes alegadamente estabeleceram um porto seguro. As actividades do LRA na RDC estão concentradas nas áreas a oeste do Parque Nacional de Garamba, alargando-se até a fronteira da RCA, onde os vários grupos de dissidentes praticam a caça furtiva de elefantes para comercializar o marfim e atacam vilas para saquear bens de primeira necessidade e a sequestrar civis para levar os espólios. O grupo continua a perpetrar a escravidão sexual de mulheres e raparigas e continua a forçar os sequestrados, incluindo crianças a cometer crimes e a trabalho forçado para sustentar os comandantes do LRA.

**150.** A fim de manter a dinâmica actual contra o LRA, o Enviado Especial da UA para questões do LRA, o Tenente-General Jackson Kiprono Tuwei, realizou uma visita à Sede do Sector da Força Operacional Regional (RTF) em Yambio, Sudão do Sul, em 26 de Março de 2015, onde supervisionou a transferência de poderes do comando RTF e realizou outras actividades destinadas a aumentar a eficácia das operações de combate ao LRA. Visitou igualmente os sectores da RTF em Nzara (Sudão do Sul), Obo (RCA) e Dungu (RDC), em 27 de Março de 2015, para avaliar os esforços em curso no combate ao LRA. No âmbito da colaboração UA-NU, o Enviado Especial e o Representante Especial da ONU para África Central, o Professor Abdoulaye Bathily, comprometeu-se a realizar uma visita conjunta ao Uganda, de 20 a 22 de Abril de 2015, para consultar as autoridades competentes e outros intervenientes sobre a execução do mandato da Iniciativa de Cooperação Regional no combate ao LRA (RCI-LRA). Esforços foram igualmente envidados para que a comunidade internacional continue o seu apoio ao RCI-LRA.

**151.** Entretanto na frente militar, todos os contingentes da RTF, excepto os da RCA estão a realizar operações ofensivas contra o LRA na RCA e na República Democrática do Congo, com o apoio de Forças Especiais dos EU. As operações coordenadas e simultâneas, que tiveram início em Abril de 2015, ao longo das

fronteiras da RCA-RDC, bem como das fronteiras do Sudão do Sul-RDC, aumentaram a pressão sobre o LRA, dado que estas estão direccionadas à liderança do grupo. As operações centraram-se igualmente na protecção de civis e na prestação de ajuda humanitária às populações vulneráveis nas áreas afectadas. O LRA está muito debilitado e foi forçado a adoptar uma postura de sobrevivência que resultou na redução relativa da sua violência contra civis e em um ambiente favorável para as organizações humanitárias prestarem assistência às populações vulneráveis com segurança nas áreas afectadas. Com a recente confirmação da identidade da Okot Odhiambo, antigo braço direito do LRA, através de testes de DNA realizados em seus restos mortais que foram exumados na RCA, Joseph Kony continua agora a ser o único sobrevivente top líder da LRA indiciado. Ele é resistente, e está a tentar reorganizar a estrutura de comando do LRA.

**152.** Apesar dos enormes progressos registados, o LRA pode explorar os nossos desafios para continuar a sobreviver e a alargar as suas operações no RCA e na RDC. A existência de locais não governados em partes longínquas/remotas desses países está a oferecer a oportunidade a Kony de reorganizar e de retomar ataques em grande escala contra civis, como visto no distrito de Uele Haut da RDC e partes do sudeste da RCA. Isso poderia atrair igualmente alianças oportunistas com grupos extremistas semelhantes.

**153.** Neste contexto, a Conferência poderá desejar louvar os progressos realizados na eliminação do LRA, incentivar os países membros da RCI-LRA a continuarem a demonstrar o mesmo empenho na busca dos objectivos estabelecidos e exortar para um apoio reforçado para os contingentes do RTF. A Conferência poderá igualmente desejar sublinhar a importância de acelerar os esforços de reabilitação das populações e das zonas afectadas.

#### **I) Boko Haram**

**154.** A última Sessão Ordinária da Conferência da União realizou-se no contexto do comunicado adoptado pela reunião 484<sup>a</sup> do CPS, realizada em 29 de Janeiro de 2015, a nível dos Chefes de Estado e de Governo sobre a ameaça representada pelo grupo terrorista Boko Haram. Nesse comunicado, o CPS autorizou a implantação de uma Força Operacional Multinacional Conjunta (MNJTF), estabelecida pelos Estados-membros da Comissão da Bacia do Lago Chade (LCBC) e pelo Benin, e um contingente que atinja 7.500 militares e outro pessoal, por um período inicial de 12 meses, com vista a eliminar o Boko Haram.

**155.** O período em análise foi marcado por esforços sustentados visando operacionalizar o MNJTF. Como seguimento das conclusões da reunião ministerial de 20 de Janeiro de 2015, que reuniu os Estados-membros da LCBC e do Benin, Niamey e o comunicado de CPS, de 29 de Janeiro de 2015, a Comissão convocou uma reunião de peritos para finalizar o conceito de operação (CONOPS) do MNJTF e outros documentos afins. A reunião teve lugar em Yaoundé, Camarões, de 5 a 7 de Fevereiro de 2015 e reuniu peritos dos Estados-membros da LCBC e o Benin, a UA, mecanismos regionais relevantes e parceiros. Os peritos desenvolveram e adoptaram o MNJTF CONOPS. A área de operação (AoO) do MNJTF engloba diversas regiões dos países afectados, dentro do qual os contingentes MNJTF deverão operar livremente. Uma área de interesse (Aoi), maior do que a AoO, foi igualmente definida. O Conceito de Apoio da Missão tem como base a prestação de

serviços integrados ao MNJTF pelos Estados-membros da LCBC e pelo Benin. Além disso, a Comissão e o LCBC irão estabelecer uma célula estratégica responsável pela coordenação e gestão de apoio adicional ao MNJTF. Uma série de estruturas foi acordada em relação ao comando, controlo e coordenação. Foi acordado o estabelecimento da sede operacional da MNJTF em N' Djamena, Chade – inaugurada em 25 de Maio de 2015. O MNJTF opera sob um comando central e estrutura de contro dos Estados-membros da LCBC e Benin sob a autoridade de um Comandante da Força. Uma reunião acompanhamento da planificação foi realizada em N'Djamena, de 23 a 27 de Fevereiro de 2015, com vista a desenvolver o CONOPS a nível operacional. De 20 a 24 de Maio de 2015, peritos dos Estados-membros da LCBC e Benin, UA e parceiros reuniram-se em N'Djamena, para finalizar os documentos operacionais adicionais do MNJTF. Entretanto, na sua reunião de 3 de Março de 2015, o PSC endossou o CONOPS estratégico. Autorizou um aumento da força do MNJTF do número inicial de 7.500 para 10.000 militares e outro pessoal.

**156.** Durante o período em análise, foram registados progressos significativos para a neutralização do grupo terrorista Boko Haram. Os países da região recuperaram uma série de locais anteriormente ocupados pelo grupo terrorista Boko Haram e resgataram centenas de civis, incluindo mulheres e crianças, que foram raptadas pelo grupo. No entanto, o grupo terrorista Boko Haram continuou a realizar ataques direccionados a civis e às forças de defesa e segurança na Nigéria, e nos países vizinhos. No final de Abril de 2015, Boko Haram atacou um contingente no Níger, implantado na ilha de Karamga, sobre o lago Chade, matando uma série de soldados e ferindo muitos outros.

**157.** No dia 16 de Fevereiro de 2015, foi realizada uma Sessão Extraordinária do Conselho de Paz e Segurança da CEEAC (COPAX) em Yaoundé para adoptar uma estratégia Regional visando combater o grupo terrorista Boko Haram. A UA participou no encontro. A Cimeira decidiu prestar um auxílio de emergência aos dois países, incluindo recursos financeiros no montante de 50 mil milhões de francos CFA. Manifestou igualmente o compromisso da CEEAC cooperar plenamente e a todos os níveis com a CEDEAO, incluindo a realização de uma Cimeira entre as duas organizações, adotar uma estratégia comum para combater o Boko Haram. Importa referir que a Nigéria comprometeu-se a contribuir com 100 milhões de dólares no âmbito da CEDEAO para o combate ao Boko Haram.

**158.** Num comunicado de 3 de Março de 2015, o CPS instou o Conselho de segurança das NU, após o endosso do CONOPS Estratégico MNJTF a adoptar urgentemente, ao abrigo do capítulo VII da Carta das Nações Unidas, uma resolução que endossa a implantação da MNJTF e a permitir a oferta de apoio sustentável, flexível e previsível para o MNJTF. Uma série de medidas de acompanhamento foram tomadas a este respeito tanto pela Comissão como pelos Estados-membros africanos do Conselho de segurança das NU (A3). Eventualmente, foi acordado que se devia suspender o processo, e que o CPS devia realizar uma avaliação mais aprofundada com base nas recomendações apresentadas pelo CPS. Em resposta ao apelo feito pelo CPS, o Reino Unido deu um contributo de 8 milhões de dólares americanos para apoiar o MNJTF. A Comissão iniciou conversações com a UE no sentido da conceder fundos totalizando 50 milhões de Euros para apoiar o MNJTF, no âmbito da Facillidade para a Paz em África (FPA). Além disso e como parte do seu apoio aos países

afectados, o Comissário para Paz e Segurança, em conjunto com os Representantes Especiais das NU para a África Central e Ocidental, realizou uma visita à região de 26 a 29 de Maio de 2015. Aproveitou a oportunidade para, em conjunto com o Secretário Executivo da LCBC, lançar a sede do MNJTF.

**159.** A Conferência deve reiterar a forte condenação da UA relativamente às atrocidades cometidas pelo grupo terrorista Boko Haram e a sua solidariedade para com os países afectados, seus governos e pessoas. A Conferência deve louvar os Estados-membros do LCBC e o Benin pelo seu compromisso relativamente a uma abordagem coordenada e regional no sentido de neutralizar o grupo terrorista Boko Haram e louvar neste contexto, a adopção do MNJTF CONOPS e outros esforços subsequentes. A Conferência deve incentivá-los a prosseguirem os seus esforços visando a operacionalização completa do MNJTF. A Conferência deve manifestar o seu apreço à CEEAC e à Nigéria pela sua contribuição financeira para a luta contra o Boko Haram, bem como a União Europeia e o Reino Unido pelo seu inestimável apoio e pedir mais apoio aos esforços em curso. A Conferência deve realçar a necessidade de complementar as tão necessárias operações militares e de segurança com esforços sustentados visando a melhoria das vidas das pessoas, educação e a criação de emprego, bem como a protecção dos direitos humanos, a fim de enfrentar a ameaça representada pelo Boko Haram eficazmente.

**m) Côte d'Ivoire**

**160.** A situação política em Côte d'Ivoire continua a evoluir para uma normalização duradoura. O diálogo entre o poder e a oposição, que havia registado dificuldades ligadas à detenção de algumas personalidades do antigo regime para o seu julgamento, foi retomado na perspectiva das eleições presidenciais de Outubro próximo. Em previsão dessas eleições, o Governo decidiu, em Abril de 2015, criar um dispositivo de financiamento dos Partidos Políticos. A Comissão Eleitoral Independente (CEI) junta os representantes das forças vivas e, a este propósito, beneficia de um grande consenso. A situação de segurança registou melhorias significativas. Esta evolução permitiu à Operação das Nações Unidas em Côte d'Ivoire (ONUCI) reduzir os seus efectivos, na perspectiva de uma retirada progressiva. O programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) registou avanços notáveis. Com efeito, mais 46.000 ex-combatentes, ou seja 62% dos efectivos recenseados foram inseridos na vida socioeconómica. O processo deveria ser concluído em Junho de 2015. Foram realizados progressos encorajadores na reforma do sector de segurança. Continuam a ser registados grandes avanços na via da reconciliação nacional. A terminar, a economia de Côte d'Ivoire continua a registar um grande crescimento.

**161.** A Conferência poderia felicitar-se pela evolução positiva contínua da situação em Côte d'Ivoire e encorajar as autoridades e outros actores do país a preservarem nos seus esforços. Uma forma mais específica, a Conferência poderia sublinhar a importância de que se revestem as eleições de Outubro próximo bem como a necessidade de todos os actores costa marfinenses trabalharem para a sua organização bem-sucedida.

**p) Libéria**

**162.** A situação na Libéria foi dominada pelos esforços visados a conter, prevenir e recuperar-se da doença mortal do vírus da Ébola (EVD) que ameaçava minar

seriamente os progressos realizados para a reconstrução e recuperação pós-conflito. Os esforços envidados permitiram que a Libéria fosse declarada livre de EVD em 9 de Maio de 2015. A UA, através da sua Missão de Apoio Contra a Ébola (ASEOWA), enviada em Setembro de 2014, contribuiu significativamente para essa conquista. Ao todo, a UA contribuiu com 822 trabalhadores da saúde voluntários de vários países africanos, incluindo a RDC, a Etiópia, o Quênia, a Nigéria, o Ruanda, a África do Sul, a Tanzânia e o Uganda. A ASEOWA deu formação a um total de 2.227 trabalhadores da saúde voluntários internacionais e locais na arte de lidar com o vírus da Ébola. Na vizinha Sierra Leone e Guiné, as condições melhoraram de igual forma e ambos os países têm a certeza de que brevemente erradicarão o vírus mortal.

**163.** Os esforços de recuperação pós-Ébola estão actualmente em curso na Libéria, tentando renovar a economia e recuperar todos os sectores, especialmente o da saúde. Os esforços para a construção da paz e a edificação do Estado igualmente recomeçaram, uma vez que parceiros internacionais começaram a prestar assistência para o desenvolvimento pós-Ébola ao governo da Libéria. Algumas companhias aéreas internacionais, tais como a Air Ivoire e a Kenyan Airways igualmente retomaram ou iniciaram os seus voos, e outras deverão brevemente seguir o mesmo caminho. O governo estabeleceu desde Março de 2015, uma estabilização económica e um programa de recuperação (ESRP), que é uma estratégia de recuperação, económica, social e da saúde pós-Ébola, igualmente voltada para a execução da sua agenda de médio a longo prazos para o programa de desenvolvimento transformacional. O governo voltou ainda a envidar os seus esforços de reconciliação nacional e o processo de revisão da constituição.

**164.** Por outro lado, o processo de levantamento da Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL), cujo término será em Julho de 2016, está em curso. Até essa data, todos os militares retirar-se-ão completamente, deixando para trás, a componente da polícia e o pessoal administrativo perfazendo um total de 3.750 efectivos até à altura em que a Libéria seria considerada completamente estável, sujeita à aprovação do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A UNMIL e o governo da Libéria criaram planos e programas conjuntos para facilitar uma transição bem-sucedida. Por conseguinte, o apoio de parceiros internacionais nesta matéria seria útil ao assegurar uma transição pacífica e manter um ambiente político, económico e social estável à luz das eleições gerais de 2017.

**165.** A Conferência pode desejar apoiar a eliminação da EVD na Libéria, felicitar as autoridades nacionais e seus parceiros, incluindo a UA e outros actores internacionais, pelo apoio prestado. A Conferência poderá lançar um apelo à comunidade internacional no sentido de dar maior apoio à Libéria para que este possa consolidar as conquistas alcançadas e recuperar-se totalmente da epidemia da Ébola. Finalmente, a Conferência poderá instar as partes interessadas na Libéria, a não poupar esforços com vista à criação das condições favoráveis para a realização bem-sucedida das eleições gerais de 2017.

**q) Guiné**

**166.** A situação na Guiné é marcada pela controvérsia entre o Governo e a oposição em relação ao calendário para as eleições presidenciais e locais. Em 10 de Março de 2015, a Comissão Eleitoral Nacional Independente (CENI) anunciou

que as eleições presidenciais teriam lugar em Outubro de 2015, ao passo que as eleições locais, que deviam ter lugar durante o 1º trimestre de 2014, realizar-se-ão em 2016. A CENI afirma não estar em condições de organizar as duas eleições até finais de 2015. A oposição rejeita esta sequência, solicitando uma inversão do calendário que, acredita estar em conformidade com Acordo de 3 Julho de 2013, celebrado sob os auspícios do Representante Especial do Secretário-geral das Nações Unidas para a África Ocidental, o Facilitador Internacional e o Colégio de Facilitadores Nacionais, e cuja aplicação permitiu a realização, em 26 de Setembro de 2013, das eleições legislativas que tinham sido previstas em 2011. A oposição, argumentando que os actuais conselheiros locais estavam ligados ao poder, manifestou preocupação de que eles iriam influenciar a condução das eleições presidenciais caso fossem realizadas antes das eleições autárquicas. O Governo refuta este argumento, sublinhando que a oposição ganhou todas as cinco comunas da capital de Conacry nas eleições legislativas com os mesmos conselheiros locais, e que era importante realizar as eleições presidenciais atempadamente para se evitar um hiato constitucional.

**167.** Esta discordância deu origem a protestos da oposição e confrontos com as forças da ordem, o que resultou em várias mortes no seio da oposição e feridos tanto no seio dos manifestantes como das forças da ordem. Além disso, a oposição tem estado a boicotar o trabalho da Assembleia Nacional desde Abril de 2015. Em 8 de Maio de 2015, o Presidente Alpha Condé reuniu-se com a Coordenadora Nacional do partido presidencial e a 20 de Maio de 2015 o líder da oposição, o Sr. Cellou Dalein Diallo, que tinha declinado o seu primeiro convite a 8 de Maio, em protesto contra o que qualificou de repressão dos protestos de rua da oposição no dia anterior. Na sequência dessas duas reuniões, o Presidente Condé prometeu analisar as reivindicações da oposição. Numa carta endereçada ao Primeiro-ministro a 25 de Maio de 2015, o Presidente instruiu-lhe a dialogar com a oposição, sob os auspícios do Ministério da Justiça, de modo a encontrar uma solução para a crise actual e organizar as eleições num clima pacífico.

**168.** Os esforços de recuperação socioeconómica foram afectados negativamente pela epidemia do Ébola. Ao lado de outros actores internacionais, a UA contribuiu na luta contra esta epidemia, através do envio da sua missão de apoio contra o Ébola, dos quais 82 elementos estão actualmente na Guiné. No momento da finalização deste relatório, os casos de contaminação tinham diminuído de forma muito significativa.

**169.** A Conferência poderá encorajar os intervenientes guineenses a chegar a um rápido acordo sobre a forma de proceder para consolidar as conquistas registadas através do Acordo de 3 de Julho de 2013 e para facilitar a organização das futuras eleições. Além disso, a Conferência poderá fazer um apelo à comunidade internacional para continuar o seu apoio à Guiné para permitir que o país possa enfrentar eficazmente o impacto da epidemia do Ébola.

**r) Guiné-Bissau**

**170.** Um dos principais eventos do período em análise foi a realização da Mesa Redonda de Doadores, que teve lugar a 25 de Março de 2015, em Bruxelas. Mais de 70 delegações representando diversos países e instituições regionais e internacionais, incluindo a União Africana, participaram da mesa redonda. As

promessas de contribuições feitas pelos parceiros bilaterais e multilaterais, com base em 200 projectos submetidos pelas autoridades da Guiné-Bissau, atingiu mil milhões e meio de Euros para o período 2015-2020. A prioridade agora consiste em acelerar o desembolso dos fundos prometidos. A este respeito, uma arquitectura institucional está a ser configurada a nível do Estado para acompanhar o lançamento e a execução desses projectos e tranquilizar os parceiros internacionais sobre a capacidade de absorção do país.

**171.** Paralelamente, foram tomadas muitas medidas para reforçar a gestão económica. Assim, o Governo tomou medidas para garantir a segurança dos recursos naturais do país e suspendeu toda a exploração de madeira durante os próximos 5 anos. Além disso, o Governo aproveitou a oportunidade do lançamento, em 17 de Abril de 2015, da venda do caju para 2015, para anunciar que o quilograma de caju seria comercializado a 300 francos CFA, em vez do preço de 250 francos CFA praticado em 2014. Importa salientar que os rendimentos fiscais para o Estado aumentaram em 60% no primeiro trimestre de 2015. Este aumento constitui uma tábuca de salvação significativa para o Governo e habilitá-lo-á a fazer face aos inúmeros prazos.

**172.** Ao mesmo tempo, o Governo mostrou a sua determinação em iniciar e implementar a Reforma do Sector de Defesa e Segurança (RSDS). Logo, após a sua adopção pelo Governo, o projecto de decreto-lei, que cria o Fundo Especial de Pensões, foi assinado pelo Presidente da República em 27 de Abril de 2015. O processo de desmobilização deverá começar em Junho de 2015. Dentro de 5 anos prevê-se a desmobilização de 2.191 elementos das Forças de Defesa e Segurança, incluindo 25 Generais. O primeiro grupo será composto por 500 elementos, incluindo o antigo Chefe do Estado Major General das Forças Armadas da Guiné-Bissau, o General António Indjai. A equipa técnica da CEDEAO, responsável pela RSDS está a finalizar o cálculo dos montantes a serem pagos para o pessoal que será desmobilizado. Enquanto isso, uma Missão de Avaliação Conjunta da Reforma do Sector da Defesa e Segurança, liderada pela UA e os representantes da CEDEAO, da UE, Nações Unidas, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), visitou Bissau de 2-12 de Março de 2015, onde realizou consultas com os representantes do Governo, partidos políticos e sociedade civil.

**173.** A Conferência poderá desejar acolher favoravelmente os avanços que continuam a ocorrer na Guiné-Bissau e exortar o Governo e outros actores na Guiné-Bissau a prosseguirem os seus esforços, com ênfase especial na gestão económica e na Reforma do Sector da Segurança. A Conferência poderá saudar o sucesso da Mesa Redonda de Doadores e apelar a todos os parceiros envolvidos à honrar, como a maior brevidade possível, as suas promessas de assistência.

**s) Burkina Faso**

**174.** A situação no Burkina Faso permaneceu estável, marcada pela continuação de esforços visando levar a bom termo o processo de transição que iniciou com a renúncia do Presidente Blaise Compaoré, após às manifestações populares de 30 e 31 Outubro de 2014. Em 11 de Fevereiro de 2015, o Presidente da Transição procedeu à nomeação dos Presidentes dos Subcomités e dos membros da Comissão para a Reconciliação Nacional e as Reformas Constitucionais, Políticas e Institucionais, como previsto no Artigo 18º da Carta da Transição, adoptada em 16

de Novembro de 2014. Estas nomeações marcaram a conclusão da criação das instituições previstas pela Transição, nomeadamente o Presidente de Transição, o Governo e o Conselho Nacional de Transição (CNT).

**175.** Em 27 de Janeiro de 2015, e com base nas recomendações feitas pela Comissão Eleitoral Nacional Independente (CENI) na sequência das consultas com os partidos políticos e a sociedade civil, o Governo fixou, em Conselho de Ministros, o calendário detalhado das eleições que marcarão o fim da transição. As eleições presidenciais e legislativas serão realizadas a 11 de Outubro de 2015, enquanto as eleições locais terão lugar em Janeiro de 2016. Em 3 de Março de 2015, o Presidente da Transição iniciou a revisão dos cadernos eleitorais. O orçamento global para a organização das eleições foi avaliado em 54 mil milhões de francos CFA. O Governo do Burkina Faso, apesar de uma situação económica e financeira difícil, comprometeu-se a contribuir com 25 mil milhões de Francos CFA. Alguns Estados e Organizações já anunciaram as suas contribuições. No intuito de garantir um acompanhamento regular do processo eleitoral, o Governo de Transição criou um Comité de Direcção presidido pelo Primeiro-ministro, bem como um Comité Técnico de Acompanhamento das actividades operacionais. Finalmente, no que diz respeito à votação dos burquinabês no exterior, as autoridades de transição estão determinadas a continuar os esforços para permitir a sua plena participação na vida democrática do país, especialmente ao iniciar as medidas necessárias para a sua participação nas eleições de 2020.

**176.** O novo Código Eleitoral, aprovado em 7 de Abril de 2015, por uma esmagadora maioria do CNT e promulgado em 10 de Abril pelo Presidente da Transição, tem causado alguma tensão no Burkina Faso. O texto, que tem como base as disposições da Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação, torna inelegíveis aqueles que apoiaram as tentativas de mudança da constituição para alterar o princípio da alternância política, excluindo assim os apoiantes do antigo Presidente Blaise Compaoré das eleições em Outubro de 2015. Na sequência da adopção da nova lei, as partes da ex-maioria suspenderam a sua participação na Comissão Verdade e Reconciliação, argumentando que não pode haver reconciliação nacional num contexto de exclusão. É neste contexto que a sociedade civil, os partidos políticos da antiga oposição e outros actores da transição organizaram uma marcha, em Ouagadougou, em apoio à nova lei eleitoral.

**177.** Anteriormente, a sociedade civil mobilizou igualmente protestos contra as acções do Regimento de Segurança Presidencial (RSP), cujos elementos tinham, em 4 de Fevereiro de 2015, impedido a realização das reuniões semanais do Conselho de Ministros, como resultado de uma disputa com o Primeiro-ministro, Isaac Zida, pertencente do RSP, solicitando a sua demissão. Os quadros deste regimento contestaram certas nomeações nas altas funções militares, incluindo o Chefe pessoal de Gabinete do Presidente da República. As Organizações da Sociedade Civil manifestaram-se, apelando para a dissolução do RSP e a unificação completa das forças armadas burquinabês. Após uma reunião com os principais líderes militares e da intervenção dos líderes tradicionais e religiosos, a situação acalmou. O Presidente da Transição utilizou a crise como oportunidade para efectuar consultas com os diferentes responsáveis militares.

**178.** Na sequência do comunicado do CPS de 18 de Novembro de 2014, a UA, em colaboração com a CEDEAO e as Nações Unidas, envidou esforços no âmbito do



Grupo Internacional de Acompanhamento da Transição no Burkina Faso (GISAT-BF). O Grupo, que reúne os vizinhos do Burkina Faso e outros países africanos, bem como os parceiros bilaterais e multilaterais, realizou a sua segunda reunião em Ouagadougou em 30 de Março de 2015. Nesta ocasião, os participantes registaram com satisfação os progressos que continuam a ser feitos na implementação do processo de transição. Sublinharam a necessidade de a comunidade internacional prestar apoio financeiro, técnico e logístico necessários para a boa condução do processo eleitoral e a organização das eleições dentro dos prazos estabelecidos. Embora manifestando esperança de um apoio internacional adicional, os participantes salientaram a responsabilidade particular dos Estados-membros da UA e a importância da sua contribuição financeira para as eleições, no espírito do Pan-africanismo. Além disso, a UA, a CEDEAO e as Nações Unidas, concordaram em activar totalmente a representação do GISAT-BF a nível local, que deve reunir-se pelo menos uma vez de duas em duas semanas, a fim de assegurar um acompanhamento mais rigoroso do GISAT das conclusões do GISAT-BF e uma melhor interacção com os actores burquinabês. No momento da finalização do presente relatório, a UA, a CEDEAO e as Nações Unidas, planeavam uma visita conjunta ao Burkina Faso. Além disso, o Enviado Especial da Presidente da Comissão, o Sr. Edem Kodjo, membro do Grupo dos Sábios da UA, continuou as suas consultas com as partes interessadas no Burkina Faso e com os países da região e os parceiros.

**179.** A Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO, na sua 47<sup>a</sup> Sessão Ordinária realizada em Acra, em 19 de Maio de 2015, analisou a situação no Burkina Faso. A Conferência reafirmou a importância do princípio da inclusão que deve orientar o processo de transição e os preparativos das eleições.

**180.** No que diz respeito à situação económica, os esforços envidados pelo Governo de Transição, no quadro do programa socioeconómico de emergência, apesar da conjuntura desfavorável, deve ser encarado com satisfação. Na sua 2<sup>a</sup> reunião, o GISAT-BF reiterou o imperativo do apoio económico e financeiro de longo prazo para atenuar as dificuldades socioeconómicas que enfrenta o Burkina Faso. Recordaram a importância crucial de melhorar as condições de vida da população, especialmente dos jovens e das mulheres, nos esforços para promover a paz, segurança e estabilidade duradouras no Burkina Faso.

**181.** A Conferência poderá acolher com satisfação os avanços que continuam a ser registados na condução do processo de transição no Burkina Faso, em particular a conclusão da criação de instituições de transição, o anúncio do calendário detalhado das eleições e o lançamento das revisões das listas eleitorais. A Conferência poderá encorajar os intervenientes burquinabês a prosseguirem os seus esforços, no respeito escrupuloso da Constituição, da Carta de Transição e do Código Eleitoral. A Conferência poderá fazer um apelo premente à comunidade internacional para prestar todo o apoio necessário para a organização das eleições no prazo acordado, e sublinhar o dever, a este respeito, dos Estados-membros, no âmbito do princípio da solidariedade africana. A Conferência poderá igualmente fazer eco do apelo feito pelo GISAT-BF para a mobilização de apoio adequado para o Burkina Faso para que possa fazer face à difícil conjuntura socioeconómica de que o país vive.

t) **Mali**

**182.** O período em análise foi marcado pela conclusão das negociações inclusivas de paz entre malianos a ter lugar em Argel, lançado em Julho de 2014, sob a liderança da mediação internacional constituída por quatro países da região (Burkina Faso, Mauritânia, Níger e Chade), a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a União Africana, as Nações Unidas, a União Europeia (UE) e a Organização de Cooperação Islâmica (OCI), com a Argélia como líder. Após a quinta e última fase das conversações, realizada entre 17 e 26 de Fevereiro de 2015, a Mediação submeteu o documento intitulado “Acordo de Paz e Reconciliação no Mali, saído do Processo de Argel” para as partes malianas que elas possam rubricar, enquanto se aguarda a cerimónia de assinatura prevista no Mali.

**183.** Em 1 de Março de 2015, o Governo do Mali, os Movimentos da Plataforma de Argel e os membros da Equipa de Mediação rubricaram o Acordo, enquanto a Coordenação dos Movimentos de Azawad (CMA) abstiveram-se de o fazer, exigindo mais tempo para consultar as suas bases. Na sequência de uma visita a Kidal, em 17 de Março, a Equipa de Mediação, depois de ouvir os membros da CMA, constatou que a fase de negociação estava encerrada e apelou aos movimentos desta Coordenação a juntarem-se ao Acordo. A 14 de Maio de 2015, a CMA assinou o Acordo em Argel, na véspera da cerimónia da assinatura, em Bamako, em 15 de Maio de 2015. A cerimónia de assinatura do Acordo teve lugar com a presença de muitos Chefes de Estado e de Governo, incluindo o Presidente Robert Mugabe do Zimbabwe, actual Presidente da UA. O Governo do Mali, os Movimentos da Plataforma de Argel e alguns integrantes da CMA assinaram o Acordo.

**184.** O Acordo tem como objectivo criar condições para uma paz justa e duradoura, contribuindo para a estabilidade regional e a segurança internacional. Tem como base uma série de princípios e compromissos fundamentais: o respeito pela unidade nacional, a integridade territorial e a soberania do Estado do Mali, bem como a sua forma republicana e a sua natureza secular. Quanto aos acordos políticos e institucionais, nomeadamente o estatuto das regiões do norte do Mali, o Acordo prevê a criação de uma arquitectura institucional que permite às pessoas das diferentes regiões do país, em particular as do Norte, gerir os seus próprios negócios, com base no princípio de livre administração e assegurar uma maior representação dessas populações nas instituições nacionais. Para permitir que as comunidades locais assumam novas competências que lhe são atribuídas, o Governo compromete-se, entre outras medidas, a estabelecer, até 2018, um mecanismo para transferir 30% das receitas orçamentais do Estado a essas comunidades até 2018. Em relação à defesa e segurança, o Acordo propõe uma ampla reforma, baseada nos princípios da unidade, inclusão e representação significativa de todas as populações malianas, a unidade das Forças Armadas e de Segurança, e a reafectação gradual das forças, assim reconstituídas. No que diz respeito ao desenvolvimento, o Acordo prevê o desenvolvimento de uma estratégia específica de desenvolvimento das regiões do Norte.

**185.** Retirando as lições do fracasso dos acordos anteriores, o Acordo inclui um capítulo dedicado a garantias e ao apoio a nível internacional. Assim, está planeado a criação de um Comité de Acompanhamento Acordo (CSA), presidido pela Argélia e envolvendo o Governo do Mali, os Movimentos signatários e a Equipa de

Mediação. Com vista a avaliar objectivamente o Acordo, fazer um balanço da implementação dos compromissos feitos pelas Partes e determinar a responsabilidade em caso de impasse, foi acordado que o CSA iria nomear um Observador independente. Este último publicará, a cada quatro meses, um relatório abrangente que avalia a implementação dos compromissos, identificando os possíveis pontos de estrangulamento, colocando a responsabilidade e fazendo recomendações sobre as medidas a serem tomadas.

**186.** Num comunicado de imprensa emitido no dia seguinte à cerimónia e na sequência do Comunicado da 496ª reunião do CPS, realizada em 27 de Março de 2015, a Presidente da Comissão reiterou total apoio da UA ao Acordo, como um documento equilibrado que tem em conta os diferentes aspectos das crises recorrentes no norte do Mali e as preocupações legítimas das partes. Exortou a comunidade internacional a prestar o seu total apoio à implementação do Acordo, incluindo fornecer os recursos necessários para o efeito e, se necessário, adoptando as medidas necessárias contra todos aqueles, cujas acções impedem o processo de restabelecimento da paz e promoção da reconciliação.

**187.** Embora tivessem sido registados progressos significativos na frente política, a situação de segurança tem sido marcada pela proliferação de ataques armados e terroristas contra o exército do Mali e as forças internacionais, particularmente contra a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização no Mali (MINUSMA), bem como pelos confrontos entre grupos armados no Norte do Mali. O primeiro semestre do ano registou um aumento de ataques armados terroristas para o Centro (região Mopti) e o Sul do país, como evidenciado pelo ataque reivindicado pelo grupo terrorista Al Murabitoun contra um restaurante em Bamako, que matou cinco pessoas e feriu várias outras na noite de 6 para 7 de Março de 2015. Em 18 de Maio de 2015, apenas três dias após a assinatura do Acordo, três soldados malianos foram mortos numa emboscada por grupos armados na região de Timbuktu, enquanto a tensão era elevada entre os vários grupos armados na região de Gao durante o mês de Maio para o controlo da cidade de Menaka. A deterioração da situação de segurança teve um impacto negativo na situação humanitária. As organizações humanitárias enfrentam sérias restrições de acesso, bem como actos de violência contra o seu pessoal, bens e infra-estruturas. Entre Fevereiro e Abril de 2015, pelo menos 15 organizações humanitárias tiveram de suspender temporariamente as suas actividades e / ou relocar parte ou a totalidade do seu pessoal.

**188.** No âmbito da sua acção no Sahel, a Comissão, nomeadamente através da Missão da UA para o Mali e o Sahel (MISAHEL), continuou os esforços de implementação da Estratégia da UA para a região do Sahel, adoptada pelo Conselho em 11 de Agosto de 2014. A este respeito, a MISAHEL acolheu em Bamako, a 5ª reunião do Secretariado Técnico da Plataforma Ministerial de Coordenação (PMC) das Estratégias do Sahel e, no dia seguinte, iniciou e co-organizou a reunião inaugural dos Grupos Temáticos da PMC. A Comissão prosseguiu as suas actividades sob o Processo de Nouakchott sobre o Reforço da Cooperação para a Segurança e a Operacionalização da Arquitectura Africana de Paz e Segurança na região do Sahel-Saariana, e organizou a sétima reunião dos Chefes dos Serviços de Inteligência e de Segurança na Região, entre 14 e 15 de Abril, em Argel. Além disso, a Comissão está a prosseguir os seus esforços para implementar a Declaração adoptada pela Cimeira dos países membros do Processo

de Nouakchott, realizado em 18 de Dezembro de 2014, na capital mauritana. Neste contexto, foi dada especial atenção à realização da reunião dos Ministros da Defesa e Segurança dos países da região para finalizar os conceitos gerais de operações para as patrulhas conjuntas e as unidades mistas, a identificação de outras modalidades de cooperação reforçada e operacionalização do Secretariado do Processo em Niamey.

**189.** A Conferência poderá desejar exprimir o seu pleno apoio ao Acordo para a Paz e a Reconciliação no Mali e o compromisso da UA, na sua qualidade de Garante do Acordo, para assumir todas as suas responsabilidades e para apoiar eficazmente a implementação atempada dos compromissos acordados. A Conferência poderá desejar apelar igualmente à comunidade internacional a apoiar o processo de implementação do Acordo, incluindo o fornecimento dos recursos financeiros necessários. A Conferência poderá desejar felicitar o Presidente Ibrahim Boubacar Keita e seu governo, os Movimentos da Plataforma de Argel e as componentes da CMA que assinaram o Acordo no seu compromisso com a paz e a reconciliação, bem como o bem-estar do povo do Mali. Pode também desejar exprimir o seu agradecimento à Argélia, em particular o Presidente Abdelaziz Bouteflika e seu governo, para os países da região e outros membros da Equipa de Mediação para os sacrifícios e esforços que levaram à conclusão do presente Acordo. A Conferência pode desejar fazer um apelo premente à CMA para agir no melhor interesse do povo que afirma representar, bem como o Mali, e de forma resoluta escolher a paz e a reconciliação, através da assinatura sem atraso do Acordo. A Conferência poderá desejar reafirmar a determinação da UA de tomar medidas, incluindo sanções, tal como exige a situação, contra todos os grupos ou indivíduos cujas acções constituem um obstáculo para a implementação do Acordo e exorta o Conselho de Segurança a demonstrar uma determinação similar. A Conferência poderá igualmente desejar renovar o seu apoio à MINUSMA, homenagear todos os países que contribuem com tropas e polícias, pelos sacrifícios feitos, incluindo a perda de soldados, bem como as outras forças internacionais pela contribuição prestada para a estabilização do Mali. A Conferência poderá desejar exprimir o compromisso da UA para contribuir para o reforço da MINUSMA, especialmente no Processo de Nouakchott, e reiterar a firme condenação pela UA das actividades dos grupos terroristas e criminosos que operam no norte do Mali.

**u) Saara Ocidental**

**190.** Na Decisão Assembly/AU/Dec.559(XXIV), a Conferência da União reiterou os apelos do Conselho de Segurança das Nações Unidas às partes em conflito no Saara Ocidental, nomeadamente o Reino de Marrocos e a Frente POLISÁRIO, para que continuem a negociar sem condições prévias e de boa fé, com vista a alcançar uma solução política justa, duradoura e mutuamente aceitável, garantindo a autodeterminação do povo do Saara Ocidental, no contexto de acordos coerentes com os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas e da legalidade internacional. A Conferência igualmente manifestou o seu apoio total aos esforços do Enviado Pessoal da ONU, Christopher Ross e congratulou-se com as medidas tomadas pelo Presidente da Comissão para acompanhamento das decisões pertinentes do Conselho Executivo, incluindo a nomeação de um enviado especial.

**191.** Como é do conhecimento da Conferência, após a sua nomeação em Junho de 2014, o Enviado Especial do Presidente da Comissão, antigo Presidente

Joaquim Chissano, levou a cabo uma série de consultas com os intervenientes internacionais. Visitou Londres, Paris, Madrid, Washington e Nova Iorque, de 11 a 17 de Junho de 2014, para estabelecer consultas com funcionários britânicos, franceses, espanhóis relevantes dos EUA e da ONU; e Moscovo e Pequim, de 6 a 10 de Setembro de 2014, e de 19 a 22 de Janeiro de 2015, respectivamente, com vista a conferenciar com funcionários russos e chineses. Durante essas interações, os interlocutores do Enviado Especial manifestaram as suas frustrações pela falta de progresso na busca de uma solução para o conflito e a necessidade de um novo envolvimento internacional, sobretudo do Conselho de Segurança, visando ultrapassar o impasse actual, com base nas resoluções pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Eles comprometeram-se a apoiar os esforços envidados pelo Enviado Pessoal do Secretário-geral da ONU. Reconheceram igualmente o papel positivo que a UA poderia desempenhar na tentativa de encontrar uma solução e encorajamento para uma participação mais activa do continente nos esforços internacionais afins. Alguns deles manifestaram a sua disponibilidade para apoiar qualquer ideia criativa cujo processo a UA poderá ajudar a levar adiante, no enquadramento estabelecido pelas Nações Unidas. Igualmente foram discutidas questões relacionadas com a situação dos direitos humanos e a exploração ilícita de recursos naturais do Território.

**192.** No passado dia 6 de Fevereiro de 2015, o Presidente da Comissão recebeu uma delegação do Partido Marroquino para a Autenticidade e Modernidade (PAM), encabeçada pelo seu Vice-Presidente, o Sr. Ilyas El Omari, que igualmente é Vice-Presidente da Câmara dos Deputados do Parlamento do Reino de Marrocos. Nessa ocasião, o Presidente da Comissão salientou a necessidade de se encontrar uma solução duradoura para o conflito que seria aceitável para ambas as partes, com base na legalidade internacional, tendo reiterado a prontidão e disponibilidade da UA para ajudar a ultrapassar o impasse actual.

**193.** Por seu turno, o CPS, na sua 496<sup>a</sup> Reunião realizada em 27 de Março de 2015, apelou para uma acção internacional reforçada e concertada no sentido da organização antecipada de um referendo para a autodeterminação do povo do Saara Ocidental. O CPS decidiu igualmente: reactivar o Comité Ad Hoc dos Chefes de Estado e de Governo sobre o Conflito no Saara Ocidental, estabelecido pela 15<sup>a</sup> Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da OUA, tida lugar em Cartum, em Julho de 1978; e estabelecer um Grupo de Contacto Internacional para o Saara Ocidental (ICG-WS). O Relatório do Presidente da Comissão sobre a Situação no Saara Ocidental e o comunicado adoptado pelo CPS nessa ocasião, foram encaminhados para o Secretário-geral da ONU, solicitando que os mesmos fossem distribuídos como documentos do Conselho de Segurança. A carta de comunicação do Presidente da Comissão incluía igualmente o pedido do CPS para que o Enviado Especial da UA para o Saara Ocidental abordasse o assunto ao Conselho de Segurança, durante as suas deliberações em torno deste assunto.

**194.** Durante o período em análise, e na sequência da conversa telefónica mantida entre o Secretário-geral da ONU e o Rei de Marrocos, em 22 de Janeiro de 2015, o Enviado Pessoal teve duas consultas na região, em quase um ano, com vista a restabelecer contactos com as partes, bem como com os países vizinhos da Argélia e Mauritânia, e traçar a via seguir com base na sua nova abordagem, tal como articulado no relatório do Secretário-geral da ONU sobre a situação relativa ao

Saara Ocidental, de 10 de Abril de 2014. Ele visitou Argel, Argélia; Nouakchott, Mauritânia; Rabat, Marrocos e Rabouni, campos de refugiados Sarauís na Argélia, de 11 a 23 de Fevereiro e de 22 a 29 de Março de 2015.

**195.** Nas suas consultas, o Enviado Pessoal ressaltou a importância de negociar sem condições prévias e em boa-fé, tendo instado as partes a rever as suas respectivas propostas, com abordagens inovadoras que permitam ajudar a alcançar progressos no sentido de uma solução política mutuamente aceitável, que assegure a autodeterminação do povo do Saara Ocidental, enfatizando os perigos da situação na região Saelo-Saariana. Enquanto Marrocos reitera a sua posição de que a sua proposta de autonomia apresentada em Abril de 2007, deve servir de base para as negociações, a Frente POLISARIO manifestou o seu descontentamento pela forma como a ONU estava a administrar o processo de paz, nomeadamente, as garantias unilaterais do Secretário-geral para Marrocos e o facto de que eles não foram tratados de forma igual. No que diz respeito às próximas etapas, considerou-se que um retorno à discussão presencial entre as partes foi prematuro, e que o Enviado Pessoal devia dar continuidade às suas consultas bilaterais e à diplomacia de vai-e-vem num futuro próximo. Ainda em torno deste assunto, a recém-nomeada Representante Especial do Secretário-geral das Nações Unidas para a MINURSO, a Sra. Kim Bolduc, que não chegou a assumir as suas funções em Laayoune durante vários meses, igualmente foi autorizada por Marrocos a fazê-lo em 5 de Fevereiro de 2015.

**196.** Tendo o Conselho de Segurança analisado, por seu turno, o relatório apresentado pelo Secretário-geral, adoptou, no passado dia 28 de Abril de 2015, a Resolução 2218 (2015) que renova o mandato da MINURSO para mais um ano, até 30 de Abril de 2016. Ele convidou as partes a passar para uma fase mais intensa e substantiva das negociações “sem condições prévias e de boa-fé, tendo em vista o alcance de uma solução política justa, duradoura e mutuamente aceitável, que garanta a autodeterminação do povo do Saara Ocidental no contexto dos acordos coerentes com os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas.” A resolução abordou a questão dos direitos humanos apenas no seu preâmbulo, na qual incentivou os partidos a colaborar com a comunidade internacional para o desenvolvimento e implementação de medidas independentes e credíveis, com vista a assegurar o pleno respeito pelos direitos humanos. É de salientar que o pedido do CPS para que o Enviado Especial aborde o Conselho de Segurança antes da adopção da Resolução, não foi garantido. Na sua 503<sup>a</sup> Reunião, realizada em 30 de Abril de 2015, o CPS lamentou profundamente esta situação, acrescentando que não reflecte o espírito de parceria estratégica da UA-NU, em particular, entre o CPS e o Conselho de Segurança da ONU, que tem o dever de dar aplicação às questões de paz e segurança no continente africano, incluindo o Saara Ocidental.

**197.** Entretanto, a situação no terreno permanece relativamente calma. Segundo a ONU, o cessar-fogo mantém-se. As tensões entre as partes e incidentes e manifestações periódicas continuam a registar-se. No território ocupado, a frustração crescente de jovens Sarauís está a tornar-se um grave motivo de preocupação. São-lhes negada a liberdade de expressão e não têm qualquer esperança com a situação socioeconómica predominante. Nos campos de refugiados, a crescente frustração com a falta de progresso na busca de uma solução, pode causar reacções violentas.

**198.** A Conferência poderá observar com profunda preocupação que passados quatro décadas do início do conflito do Saara Ocidental, todos os esforços destinados a encontrar uma solução até agora, não foram suficientes para o alcance dos resultados almejados. Como consequência, as populações do território não puderam exercer o seu direito de autodeterminação, de conformidade com as resoluções pertinentes da ONU, embora o Saara Ocidental tem constado da lista dos territórios não-autónomos, desde 1963. A Conferência pode desejar sublinhar a necessidade urgente de renovados esforços internacionais para ultrapassar o impasse actual e facilitar uma resolução antecipada do conflito. Tendo em conta o parecer consultivo dado pelo Tribunal Internacional de Justiça (CIJ) em 16 de Outubro de 1975 que, *inter alia*, chegou à conclusão de que não havia encontrado qualquer laço de soberania territorial entre o Saara Ocidental e Marrocos ou a Mauritânia que pode afectar a aplicação da Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral sobre a descolonização do Saara Ocidental e, em particular, o princípio da autodeterminação, através da livre e genuína expressão da vontade do povo do Território, a Conferência pode desejar fazer um apelo à Assembleia geral da ONU, tendo em conta as suas responsabilidades no sentido de assegurar a conclusão do processo de descolonização e em consonância com o princípio de rejeição da aquisição de territórios pela força, para fixar uma data para o referendo para a autodeterminação do povo Sarauí. A este respeito, a Assembleia geral da ONU deve proteger a integridade territorial do Saara Ocidental como território não-autónomo e evitar qualquer acto que possa compromete-lo. A este respeito, é importante salientar que a Assembleia geral tem o dever de proteger a integridade territorial do Saara Ocidental como um território não-autónomo e impedir qualquer acto que possa miná-la. A Conferência pode desejar realçar a necessidade de uma posição firme para ultrapassar o impasse actual e, por conseguinte, apelar ao Conselho de Segurança no sentido de assumir cabalmente as suas responsabilidades e tomar as medidas necessárias de modo a garantir o progresso na busca de uma solução para o conflito no Saara Ocidental, bem como abordar efectivamente as questões ligadas ao respeito pelos direitos humanos e a exploração ilícita dos recursos naturais do território. A Assembleia igualmente poderá incentivar o Presidente da Comissão a prosseguir os seus esforços, incluindo interacções com as Nações Unidas e o Enviado Pessoal do Secretário-geral da ONU e apoiar de forma contínua o seu Enviado Especial, bem como acelerar as consultas no sentido da operacionalização inicial do Comité Ad Hoc de Chefes de Estado e o Grupo de Contacto Internacional, conforme previsto no comunicado do CPS, de 27 de Março de 2015. Finalmente, a Conferência poderá apelar a todos os Estados-membros para prestar o apoio necessário em matéria de capacitação para o povo do Saara Ocidental, ajudando-o a fazer face aos inúmeros desafios que enfrenta e aliviar o sofrimento decorrente do ambiente áspero que o povo sarauí é obrigado a suportar.

**v) Tunísia**

**199.** A última sessão da Conferência da União foi realizada num contexto marcado pela conclusão da Transição na Tunísia. A Conferência recorda que, na sequência da adopção histórica, em Janeiro de 2014, da nova Constituição do país, os tunisinos elegeram, em 26 de Outubro de 2014, 217 membros da Assembleia de Representantes do Povo (ARP) . Em 21 de Dezembro de 2014, e após o segundo turno da eleição presidencial, que elegeu o Sr. Beji Caid Essebsi, o candidato do Nida Tounes, Presidente da República. O seu adversário, o Sr. Moncef Marzouki, admitiu a derrota e felicitou o Presidente eleito. É neste contexto que a Conferência

da União saudou a conclusão da transição na Tunísia, acolhendo todos os actores tunisinos pelo empenho e maturidade, sublinhando o carácter exemplar da transição tunisina e dar início a um apelo à comunidade internacional para prestar apoio económico e financeiro necessários para a consolidação da democracia na Tunísia.

**200.** O período em análise registou mais progressos. Em 5 de Fevereiro de 2015, o Governo de Coligação formado pelo Primeiro-ministro Habib Essid, nomeado para o cargo em 5 de Janeiro de 2015, obteve o voto de confiança do Parlamento e tomou posse no dia seguinte. Ao mesmo tempo, a situação de segurança enfrentou desafios persistentes, inclusive em relação aos ataques terroristas. Em 18 de Março de 2015, a Tunísia foi atingida por um ataque terrorista no Museu Bardo, em Túnis, causando vários mortos e feridos. Num comunicado divulgado no mesmo dia, o Presidente da Comissão condenou veementemente este acto hediondo e cobarde e apresentou os mais profundos pêsames da UA para as vítimas e para o povo e para o Governo tunisino. Exortou o povo e os líderes da Tunísia a perseverar na sua tarefa de consolidar a democracia e promover a tolerância. As medidas tomadas posteriormente permitiram melhorias na situação de segurança. De acordo com os dados do Ministério do Interior da Tunísia, no início de Maio de 2015, mais de 800 indivíduos envolvidos em actos terroristas foram detidos no período entre 6 de Fevereiro e 30 de Abril de 2015.

**201.** Com a recuperação da estabilidade política e o progresso na situação de segurança, o panorama económico é encorajador. O Governo da Tunísia lançou um pacote de reformas estruturais para promover o crescimento mais rápido, que deverá ser de 3% para 2015, e a criação de postos de trabalho. Em 11 de Maio de 2015, o Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou uma extensão de sete meses, até 31 de Dezembro de 2015, a confirmação do acordo com a Tunísia acordado em Junho de 2013 e a quantidade de eleva-se a 1,75 mil milhões \$EU. Esta extensão, permitirá as autoridades tunisinas implementar as medidas necessárias para assumir os seus compromissos futuros - nomeadamente na banca e reformas fiscais – o que ajudará a reduzir as vulnerabilidades da economia e promover um crescimento mais forte e inclusivo.

**202.** A Conferência poderá desejar reiterar total solidariedade da UA com a Tunísia e seu total apoio aos esforços envidados para lutar contra o flagelo do terrorismo, bem como exortar os intervenientes sociopolíticos tunisinos para continuarem a trabalhar para a consolidação dos avanços notáveis registados nos últimos anos, bem como a recuperação económica do país. A Conferência poderá desejar reiterar o seu apelo à comunidade internacional para mobilizar maior apoio socioeconómico para a Tunísia.

**w) Líbia**

**203.** Durante o período em análise, a situação de segurança na Líbia continuou a ser motivo de extrema preocupação, com a escalada de violência sem esmorecer em várias partes do país. Os combates em grande parte envolveram o Exército Nacional Líbio (LNA), operando sob a autoridade do governo internacionalmente reconhecido, baseado em Tobruk, região oriental do país, e outras forças que fazem parte da Operação Dignidade (lançadas sob o comando do General Khalifa Haftar, em Maio de 2014) e as forças leais ao governo rival estabelecido em Trípoli, incluindo a cidade de Misrata, que pertencem à “Libya Dawn Coalition” (Coligação



Amanhecer da Líbia). Uma série de milícias e grupos terroristas independentes activos nas cidades de Benghazi, Sirte, Derna e áreas circundantes, estiveram igualmente envolvidos nos combates. Os repetidos apelos da comunidade internacional para as partes líbias para o cessar desses confrontos armados e procurar uma solução política para a crise, não foram observados.

**204.** A situação actual caracteriza-se igualmente pelo uso da violência contra civis e instituições civis, incluindo o uso de mísseis Grad, assim como de munições cluster, que são proibidas internacionalmente desde 2008; bombardeamentos aéreos e outros ataques direccionados a instalações e infraestruturas públicas. Os direitos humanos e activistas políticos continuam a ser alvos, através de assassinatos ou raptos. No passado dia 14 de Fevereiro de 2015, o chefe da Comissão dos Direitos Humanos da Líbia foi raptado em Trípoli, por homens armados não identificados. No dia 23 de Fevereiro de 2015, um activista político de renome foi assassinado em Trípoli. Numa nota mais animadora, em 26 de Março de 2015, a Operação Sun Rise/Nascer do Sol (Alshuruq), que está ligada ao Congresso Nacional Geral (GNC) e os guardas de infraestruturas petrolíferas, alinhados com a Operação Dignidade, concordaram com um cessar-fogo mediado pelas NU, na zona petrolífera de Sidra crescente. Como parte deste acordo, a Operação Alshuruq retirou-se para fora da zona petrolífera crescente.

**205.** O aumento das actividades terroristas envolvendo grupos terroristas ligados à Al-Qaeda e indivíduos, a presença crescente do Estado Islâmico (IS), igualmente conhecido como Da'esh e as declarações de fidelidade ao IS por grupos terroristas que operam na Líbia, tornaram-se igualmente motivos de preocupação na Líbia. Recentes ataques terroristas, entre outros, incluem o carro bomba em al-Qubba, no leste da Líbia, em 20 de Fevereiro de 2015, e os atentados que alvejaram várias embaixadas em Trípoli, nos meses de Fevereiro e Abril de 2015, bem como ataques noutras localidades do país. O período em análise igualmente testemunhou horríveis actos de decapitação de trabalhadores migrantes africanos na Líbia.

**206.** No passado dia 15 de Fevereiro de 2015, o IS lançou um vídeo retratando a decapitação de 21 cristãos coptas do Egipto. Em 19 de Abril de 2015, o IS lançou outro vídeo mostrando a decapitação e execução de 30 etíopes ortodoxos. A situação prevalecente na Líbia e a proliferação de armas e munições com origem nos seus depósitos militares, representam uma séria ameaça à paz e segurança na região. Grupos terroristas que operam no Mali continuam a beneficiar do fluxo de armas e de combatentes originários da Líbia. Vale a pena destacar o ataque terrorista de 18 de Março de 2015, no Museu Bardo, em Tunis, perpetrado por elementos treinados na Líbia.

**207.** Em resposta ao agravamento da ameaça terrorista na Líbia, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, no dia 27 de Março de 2015, aprovou a Resolução 2214 (2015), que visa reforçar a capacidade do governo líbio para fazer face à situação. Mais especificamente, a resolução fez um apelo ao Comité de Sanções, criado nos termos da Resolução 1970 (2011) de 26 de Fevereiro de 2011, para analisar os pedidos de transferência ou de fornecimento de armas e materiais afins ao governo líbio, para uso pelo seu Exército oficial no combate ao IS e seus apoiantes, e lançou um apelo à comunidade internacional, no âmbito das disposições pertinentes da presente Resolução, para alargar a assistência necessária à Líbia.

**208.** A continuação dos combates na Líbia resultou num maior agravamento da situação humanitária. Existem cerca de 557.000 Pessoas Internamente Deslocadas (PID), das quais pelo menos 360.000 foram deslocadas em consequência da luta iniciada em Julho de 2014. Centenas de milhares de líbios refugiaram-se em países vizinhos. Por outro lado, a Líbia continua a abrigar pelo menos 37.000 refugiados e requerentes de asilo de diferentes nacionalidades, muitos dos quais vivendo em condições precárias e sujeitos a graves abusos e outras violações dos direitos humanos. O colapso da autoridade do Estado e a anarquia dele resultante, conduziram a um fluxo crescente de imigrantes africanos, envolvendo redes criminosas. Milhares de pessoas perderam as suas vidas ao tentar cruzar o Mar Mediterrâneo. Desde o início do ano, mais de 1.700 pessoas morreram ao tentar cruzar a Europa a partir da Líbia. A economia líbia continua a deteriorar-se, uma vez que o país produz apenas cerca de 436.000 barris de petróleo diariamente, em comparação com cerca de 1,6 milhões de barris produzidos nos meados de 2011. Em Março de 2015, o governo reconhecido internacionalmente, criou uma nova companhia petrolífera nacional (NOC) e, no início de Abril de 2015, após uma decisão permitindo a abertura pela nova companhia de contas bancárias no exterior, bem como rever e celebrar novos contratos. Esta decisão foi fortemente criticada pelo governo baseado em Trípoli. É de salientar que até o presente, as receitas e as vendas de petróleo foram processadas através do Banco Central da Líbia e a NOC baseadas em Trípoli. Ambas as instituições empenharam-se arduamente em manter-se neutras perante a crise política actual. O Banco Central paga aos funcionários os seus salários e fornece subsídios a consumidores em toda a Líbia ajudando, em certa medida, a mitigar o impacto humanitário da crise.

**209.** A missão de Apoio das NU na Líbia (UNSMIL) prosseguiu os seus esforços de facilitação, visando envolver as partes interessadas da Líbia no diálogo político, com o objetivo de pôr termo à violência armada e de alcançar uma solução política para a crise. Neste contexto, o Representante Especial para a Líbia convocou uma série de reuniões em Ghadames, Líbia; Genebra, Suíça; e Skirat, Marrocos. Além da principal trajectória política, tiveram lugar consultas paralelas envolvendo outras partes interessadas da Líbia em Argel, Bruxelas e Túnis, entre Março e Abril de 2015. No passado dia 27 de Abril de 2015, o Representante Especial das NU divulgou um texto actualizado da proposta que devia constituir a base de um acordo político global, que porá fim ao conflito na Líbia. O projecto prevê uma visão da arquitectura institucional e dos mecanismos de segurança que consolidarão a parte restante do período de transição. No momento da finalização do presente relatório, o GNC, no dia 28 de Abril de 2015, declarou a sua total rejeição da proposta, visto que a mesma “não prevê uma solução objetiva, abrangente e equilibrada. Por seu turno, em princípio, a Câmara dos Representantes aceitou a proposta, fazendo pequenas alterações. No dia 28 de Maio de 2015, a Conferência das Tribos e Cidades da Líbia, acolhida pelo governo egípcio, no Cairo, concluiu as suas deliberações. A Conferência aprovou um comunicado que aborda uma série de questões de interesse, incluindo a necessidade de apoiar a Câmara dos Representantes e o Exército Nacional, a condenação do terrorismo e o estabelecimento do Conselho das Tribos Líbias.

**210.** Uma série de acontecimentos políticos igualmente tiveram lugar durante o período em revista, tanto em Tobruk como em Trípoli. No início de Março de 2015, a Câmara dos Representantes nomeou o General Khalifa Haftar como Comandante do Exército Nacional Líbio. Esta decisão foi criticada pelo governo rival baseado em

Tripolí, cujo primeiro-ministro, Omar al-Hassi, foi removido do seu cargo pelo GNC, em 31 de Março de 2015 e substituído provisoriamente pelo seu adjunto, Khalifa al-Ghawi.

**211.** Durante o período em revista, a UA prosseguiu os seus esforços para apoiar a resolução antecipada dos conflitos na Líbia. Neste contexto, a Comissão convocou a 3ª Reunião do Grupo de Contacto Internacional para a Líbia (ICG-L), em Niamey, Níger, no dia 1 de Abril de 2015. A reunião exprimiu a sua profunda preocupação com a situação prevalecente; condenou fortemente todos os actos de violência, tendo exortado as partes líbias a procurarem encontrar uma solução política para a crise. A reunião sublinhou ainda o papel primordial do ICG-L no sentido de garantir um envolvimento internacional concertado, à favor de uma solução duradoura da crise. Por sua parte, o Enviado Especial da UA para a Líbia, o antigo primeiro-ministro de Djibouti, Dileita Mohamed Dileita, continuou a empenhar-se activamente na procura de uma solução. Em Março de 2015, durante visitas realizadas em Tunis, Istambul e Amã, ele manteve consultas tanto com partes líbias como com intervenientes internacionais. Todos os seus interlocutores felicitaram-no pelos seus esforços e instaram a UA a intensificar o seu papel. Em particular, as partes da Líbia que se reuniram com o Enviado Especial manifestaram reservas no tocante aos resultados do processo político, tendo lançado um apelo para se pôr fim à interferência estrangeira nos assuntos internos da Líbia, visto que isto viria apenas a aprofundar as divisões entre as pessoas e minar o processo de paz.

**212.** Como é do conhecimento da Assembleia, os países da região tomaram uma série de iniciativas para abordar a situação prevalecente na Líbia. Os vizinhos do Comité Ministerial da Líbia prevê convocar a sua 6ª Reunião no dia 5 de Junho de 2015, em Ndjamena, Chade, como acompanhamento da 5ª Reunião que teve lugar em Cartum, Sudão, no dia 4 de Dezembro de 2014. Por outro lado, em 8 de Abril de 2015, os ministros dos negócios estrangeiros da Argélia e Egipto, países que presidem os dois sub-comités do Comité Ministerial, tiveram uma reunião de coordenação com os seus homólogos italianos para rever a situação no terreno e empenhar-se para facilitar o diálogo político entre as partes interessadas da Líbia. Uma outra reunião tripartida está agendada para realizar-se no Cairo, no dia 7 de Junho de 2015.

**213.** Em conclusão, a Assembleia pode desejar reiterar a preocupação da UA face à situação prevalecente, que é marcada pela continuação dos combates, levando ao agravamento da situação humanitária e a destruição de infraestruturas, e uma maior polarização política, assim como a presença cada vez mais crescente de grupos terroristas, incluindo o IS. A Assembleia poderá igualmente tomar nota com preocupação das graves consequências que a situação actual representa para a estabilidade e a segurança regional. A Assembleia pode desejar condenar fortemente todos os actos de violência na Líbia, em particular, os ataques contra civis inocentes, incluindo estrangeiros, particularmente africanos migrantes, bem como os actos terroristas cometidos na Líbia. A Assembleia poderá destacar, mais uma vez, a convicção da UA de que apenas um diálogo político pode dar lugar à paz duradoura na Líbia e exortar os beligerantes armados a comprometer-se com uma imediata e incondicional cessação das hostilidades e demonstrar a necessária flexibilidade e liderança, com vista a pôr fim à crise actual. A Assembleia poderá enfatizar o compromisso da UA para fazer tudo o que lhe for possível, com vista a contribuir na procura de uma solução, em colaboração com os países vizinhos, a

ONU e outros parceiros internacionais. A Assembleia poderá desejar felicitar o ICG-L pelo seu empenho e sublinhar o seu papel central em garantir um envolvimento internacional concertado na Líbia.

## **214. QUESTÕES TEMÁTICAS**

### **a) Segurança e protecção marítima**

**215.** A Conferência recorda que, na sua 23ª Sessão Ordinária realizada em Malabo, Guiné Equatorial, entre 26 e 27 de Junho de 2014, adoptou uma decisão sobre Pirataria Marítima, em que, nomeadamente, tomou nota e saudou a proposta da República do Togo relativas à organização de uma Conferência sobre Pirataria Marítima e Outros Actos Criminosos cometidos no Mar, e sua oferta para acolher a Conferência. A este respeito, a Conferência solicitou à Comissão para realizar consultas com o Governo da República do Togo, em parceria com os parceiros técnicos, para estudar as modalidades práticas para a organização desta Conferência e apresentar um relatório na sua 24ª Sessão de Janeiro de 2015.

**216.** Nos termos dessa decisão, entre 24 e 25 de Março de 2015, a Comissão também organizou, em Adis Abeba, uma reunião de consulta com o Governo togolês sobre a preparação da Conferência proposta, que deve ser realizada em Lomé em Novembro de 2015. Na 8ª reunião ordinária do Comité Técnico Especializado sobre Defesa, Segurança e Protecção (CTSDSS) realizada em Victoria Falls, no Zimbabwe, em 15 de Maio de 2015, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Togo, fez uma apresentação sobre o estado de preparação da Cimeira prevista. A reunião incentivou os Estados-membros a participar da Conferência. Entretanto, a Comissão realizou uma reunião ministerial sobre segurança marítima, em Victoria, Seychelles, entre 8 e 9 de Fevereiro de 2015. Os participantes saudaram a organização da Conferência de Lomé sobre Segurança e Desenvolvimento Marítima em África e exortou todos os países e organizações internacionais interessadas a participar activamente nesta Cimeira.

**217.** Tendo em conta o que precede, a Conferência poderá saudar as medidas tomadas para a organização da Conferência de Lomé. A Conferência também poderá analisar transformar a Conferência em Cimeira Extraordinária, com vista a dar mais visibilidade a esta iniciativa, tal como o recomenda a 8ª reunião do STCDSS.

### **b) Terrorismo e acompanhamento ao comunicado do CPS de 2 de Setembro de 2014**

**218.** O terrorismo continua a ser uma das mais graves ameaças à paz e segurança internacionais. Na última década, a ameaça do terrorismo em África aumentou significativamente. Regiões que anteriormente não sentiam a gravidade da ameaça, ou que eram consideradas imunes ao terrorismo, têm sido agora alvo dos terroristas. Durante o mesmo período, a ameaça do terrorismo propagou-se do Norte e Leste da África Ocidental e África Central, abrangendo o Sahel, que expande-se desde o Oceano Atlântico ao Mar Vermelho e Oceano Índico. Embora registarem-se progressos louváveis na luta contra a ameaça do terrorismo a nível continental e internacional, há uma crescente percepção de que a ameaça que o continente enfrenta actualmente é complexa. Esta condição é particularmente verdadeiro em relação à região do Sahel, onde o tráfico de drogas e de armas, o

contrabando humano, o sequestro-para-resgate, a proliferação ilícita de armas e branqueamento de capital – que são variantes do crime organizado transnacional - tornaram-se intimamente entrelaçados com as actividades dos grupos terroristas e as fontes de financiamento.

**219.** É neste contexto que o CPS reuniu a nível da Cimeira em Nairobi, a 2 de Setembro de 2014. No comunicado de imprensa adoptado nessa ocasião, o CPS observou com preocupação que, apesar dos progressos realizados na elaboração de um quadro normativo e operacional abrangente contra o terrorismo, lacunas graves continuam a existir em termos de implementação e acompanhamento, minando assim a eficácia da resposta de África para a ameaça do terrorismo e o extremismo violento. Nesse sentido, o CPS enfatizou a urgência de uma abordagem orientada para a acção com vista a dar expressão concreta ao compromisso assumido pelos Estados-membros no combate ao terrorismo e extremismo violento em todas as suas formas e manifestações. Um relatório separado deverá ser apresentado pela Comissão sobre a questão do terrorismo e acompanhamento ao comunicado de Nairobi.

**c) Revisão das Operações da ONU**

**220.** Em 2014, o Secretário-Geral da ONU nomeou um painel de alto nível para realizar a avaliação das Operações de Paz da ONU. A revisão do Painel, presidido pelo ex-presidente do Timor Leste, José Ramos Horta, prevê-se a sua finalização em Junho de 2015 e será apresentada à Assembleia Geral em Setembro de 2015. Na sequência disso, um relatório do Secretário-Geral será preparado pelo Secretariado da ONU, tendo em conta as conclusões da revisão do Painel. Espera-se que as constatações da actual revisão irão definir a agenda para a manutenção da paz das Nações Unidas nos próximos anos. A Conferência recorda que na sua 24<sup>a</sup> Sessão Ordinária, solicitou à Comissão a cooperar com o Painel na realização do seu trabalho, e na preparação de uma Posição Comum Africana a ser apresentada ao Painel.

**221.** A metodologia do Painel incluía consultas com os intervenientes, incluindo os Estados-membros, organizações regionais e da Sociedade Civil. O Painel apelou igualmente para as apresentações serem formalmente por escrito, como parte das suas consultas, o Painel visitou Adis Abeba, de 09 a 14 de Fevereiro de 2015 em que considerou amplas discussões com a Comissão da UA, nomeadamente com a Presidente da Comissão, com o CPS, assim como com os organismos da sociedade civil e grupos Africanos de reflexão.

**222.** No dia 30 de Abril de 2015, o CPS adoptou a Posição Comum Africana sobre a Revisão da ONU das Operações de Paz e transmitiu ao Secretário-Geral da ONU para uma subsequente informação ao Painel. A posição comum é abrangente, trata uma série de questões que o CPS considera críticas quando as operações de paz abordam adequadamente os desafios e a segurança que o continente enfrenta no mundo, e proporciona uma série de propostas concretas para acção.

**223.** As dinâmicas do conflito que a ONU e as operações Africanas de paz tem de tratar continuam a mudar de forma rápida e tornaram-se mais complexos e assimétricos. Em muitas zonas contemporâneas de conflitos os grupos terroristas, criminosos, traficantes e grupos armados ou Milícias optam deliberadamente por utilizar a violência contra as populações civis, trabalhadores humanitários e, cada

vez mais, as forças de manutenção de paz, para alcançarem os seus objectivos. Os conflitos de hoje são mais Regionais em carácter, não se contém dentro dos limites dos estados particulares onde eles se originaram, exigindo uma abordagem mais regional com o desafio de equilibrar os interesses dos vários estados afectados pelo conflito. O crescimento de tecnologias de comunicações modernas influenciou profundamente a forma que operam os grupos armados. Embora seja verdade que as causas do conflito sejam encontradas nas preocupações e queixas locais, em particular na pobreza, a exclusão e a marginalização de certos grupos particulares na sociedade, o crescimento da internet permitiu que essas reclamações locais se misturassem com as preocupações internacionais, ideologias, ambições e táticas, a criação de redes de combatentes, que se deslocam de um conflito para o outro, com efeitos devastadores. Além disso, através do desenvolvimento da Arquitectura Africana de Paz e Segurança (APSA), a UA e as CERs/MRs tornaram-se actores significativos no apoio às operações internacionais de paz. A UA e as CERs/MRs são hoje um recurso significativo para o serviço de paz e segurança internacional.

**224.** O Artigo 52º (1), Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas prevê a “existência de acordos regionais e de agências para lidar com as questões relativas à manutenção da paz e de segurança internacional que sejam susceptíveis à acção regional desde que tais acordos ou agências, e as suas actividades sejam compatíveis com os objectivos e princípios das Nações Unidas”, reservando para o Conselho de Segurança da ONU o direito de autorizar a acção de execução. O Artigo 53º (1) afirma que “nenhuma acção penal deve ser tomada no âmbito de acordos regionais ou por organismos regionais sem autorização do Conselho de Segurança...”. O desafio para a UA e a ONU é como aplicar o espírito do Capítulo VIII, sem prejuízo do papel do Conselho de Segurança da ONU, por um lado, e sem prejuízo ou caso contrário, restrição dos esforços da UA para desenvolver as sua própria capacidade no sentido de providenciar respostas adequadas para os desafios de paz e segurança em África, por outro.

**225.** A relação estratégica entre a UA e a ONU, com base na primazia do Conselho de Segurança da ONU e a necessidade de estabelecer parcerias com acordos regionais no âmbito do Capítulo VIII da Carta da ONU. As intervenções da UA devem ser entendidas neste contexto e como parte de medidas de segurança colectiva, tal como está previsto na Carta. Mais especificamente, a parceria entre os dois organismos deve ser com base na tomada de decisões de natureza consultiva; divisão de trabalho em função de vantagem comparativa no ciclo completo de prevenção de conflitos, gestão e resolução; e partilha equitativa dos encargos.

**226.** A Posição Comum Africana inclui muitas propostas concretas sobre as formas de aprofundar e fortalecer a cooperação entre a UA e a ONU no domínio das operações de paz. As recomendações mais importante entre estas são aquelas relacionadas com o financiamento das operações de paz lideradas por africanos, e as aprovadas pelo Conselho de Segurança da ONU. O financiamento das operações de paz lideradas por africanos de forma flexível, previsível e sustentável continua a ser um dos principais desafios estratégicos enfrentados pela UA e a ONU. As operações africanas de paz representam respostas locais para os problemas globais e as operações efectivas de paz Africana representam, portanto, uma contribuição significativa para o bem comum global. Para além disso, a África tornou-se o maior contribuinte individual para as operações de paz da ONU, contribuindo cerca de 45% para as forças uniformizadas de paz da ONU.

Consequentemente, as capacidades Africanas tornaram-se num recurso crítico para o sucesso das missões próprias da ONU, e o fracasso, de apoio adequado, tem efeitos nefastos para a ONU.

**227.** As seguintes recomendações foram proferidas para abordar este desafio principal:

- (i) a comunidade internacional, através da ONU tem o dever de apoiar as operações da UA. Há uma série de modelos sobre os quais os tais meios podem ser canalizados. A UA, a ONU e os parceiros-chave, como a UE e outros doadores principais deveriam avaliar esses modelos e fazer recomendações sobre como poderão ser melhorados e adaptados no futuro. Ao mesmo tempo, a UA está empenhada em aumentar a proporção do custo das operações de paz, cobertas pela UA e pelos seus Estados-membros. Esta lançou uma iniciativa para aumentar o financiamento Africano para a UA e as suas operações de paz. Além disso, os Estados-membros da UA fazem contribuições significativas para as operações de paz, contribuindo com tropas e equipamentos, e o mais importante é, a vida dos soldados de manutenção de paz das Nações Unidas;
- (ii) a UA gostaria igualmente de apontar que a experiência até à data demonstrou que os Fundos Fiduciários não são confiáveis, previsíveis nem facilmente acessíveis especialmente para as operações de alto ritmo onde as forças no terreno são confrontados com grupos armados altamente em rede com bons recursos, e determinados, o próprio tipo de operações que a UA pretende implantar, não é adequado à doutrina da manutenção de paz da ONU;
- (iii) o Modelo preferido da UA é o uso das contribuições avaliadas da ONU para apoiar as operações de paz lideradas pela UA, com a premissa da convicção de que o Conselho de Segurança da ONU retém a primazia para a manutenção da paz e segurança internacional e que, na realização das operações de paz no continente, a UA está a responder a uma obrigação internacional e a agir em nome das Nações Unidas; e
- (iv) ao abordar a questão do financiamento, os dois organismos deveriam abordar as questões doutrinárias relativas às intervenções em situações em que “não há paz para manter”. As tais diferenças doutrinárias entre a UA e a ONU em decidir se deve ou não implementar as operações de paz tem um impacto sobre a utilização das contribuições avaliadas da ONU.

**228.** A Conferência poderá pretender saudar a elaboração de uma posição comum Africana sobre a revisão das Operações de Paz da ONU. A Conferência poderá reiterar a necessidade de prosseguir com os esforços contínuos para criar uma parceria inovadora e progressista entre a UA e a ONU no domínio da paz e segurança. A este respeito, a Conferência poderá pretender exortar a todos os Estados-membros para que promovam a posição comum Africana durante as deliberações dos órgãos pertinentes da ONU sobre o relatório e recomendações do Painel de Alto Nível.

**d) Governança e Prevenção Estrutural de Conflitos**

**229.** Os custos de gestão de conflitos (Seja no domínio do destacamento de operações de manutenção da paz, proporcionando ajuda humanitária, engajando se em longos esforços de paz ou na realização da reconstrução pós-conflito) são elevados. Isso dá mais credibilidade para o antigo adágio popular que “é melhor prevenir do que remediar”. Reconhecendo que os custos de prevenção humana, material e financeiros são muito menos em comparação com as consequências devastadoras da violência armada, a UA e as Comunidades Económicas Regionais (CERs), ao longo das duas últimas décadas desenvolveram políticas e instrumentos direcionados à prevenção de conflitos violentos no continente, tanto operacionalmente assim como estruturalmente.

**230.** Os conflitos e a violência desenvolvem em ambientes caracterizados por factores estruturais: a história social da violência passada, de bairros instáveis, a pobreza arraigada, em conjunto com as condições sociais, tais como a discriminação e a privação/declínio económico, a repressão política, a polarização étnica e vários ambientes e problemas de degradação de recursos que pode contribuir com a instabilidade política e conflitos. Estas situações foram descritas em termos diferentes e atribuídas a uma variedade de razões subjacentes. Em debate público e político, tanto em África assim como no exterior, muitas vezes é feita uma referência indiscriminadamente de atributos tais como “fragilidade”, “instabilidade”, “colapso de estado”, “inversão do Estado”, “declínio do Estado”, “decadência do Estado”, “a falência do Estado”, “estados fracos”, “quase estados”, “graus de apátrida”.

**231.** O Relatório do Painel de Alto Nível sobre os Estados Frágeis intitulado “Acabar com Conflito e Construção da Paz em África: Um Apelo para Acção”, que foi apresentado e endossado pela 22ª Sessão Ordinária da Conferência da União Africana realizada em Malabo, Guiné Equatorial, de 26 a 27 de Junho de 2014, debateu profundamente a questão de fragilidade. O Relatório “Vê fragilidade não como uma categoria de estados, mas como um risco inerente ao próprio processo de desenvolvimento”, acrescentando que, “no próximo período, irá aparecer em toda a África em diferentes lugares e formas, ao nível nacional ou local - incluindo em países não classificados como frágeis actualmente”. O relatório observa que a fragilidade em África está ligada à rápida urbanização, o desemprego de jovens, a desigualdade e a exclusão social, nova descoberta de recursos naturais, as alterações climáticas, os processos da construção da paz e de construção do Estado, que têm o potencial de colocar pressão insuportável sobre as instituições nacionais, criando um risco de violência.

**232.** Neste contexto, as actividades de prevenção de conflitos, deveriam para além de focalizar na prevenção, que consiste em acções destinadas a abordar as causas imediatas ou próximas de conflito, incluir uma dimensão estratégica estrutural para resolver as causas da raiz dos conflitos. Neste sentido, é importante ressaltar que, ao longo dos anos, a UA adoptou vários instrumentos normativos destinados a facilitar a prevenção estrutural dos conflitos. Estes instrumentos relacionam-se com os direitos humanos; governança e luta contra a corrupção; processos de democratização; o desarmamento; terrorismo; e na prevenção e redução de conflitos entre estados. Estes representam um quadro consolidado de normas e princípios comumente aceites, cuja observância reduziria



significativamente o risco de conflito e violência, e consolidar a paz onde foi alcançada.

**233.** O CPS, por várias ocasiões, realçou a necessidade para os esforços renovados para a prevenção estrutural dos conflitos. Na Declaração sobre o Estado da Paz e Segurança em África, adoptado na sua 275<sup>a</sup> reunião realizada em 26 de Abril de 2011, o CPS observou que a negligência por parte dos governos das necessidades políticas e sócio-económicas da população, em particular os jovens, cria condições favoráveis para a eclosão de crises e conflitos. Na sua 360<sup>a</sup> reunião realizada em 22 de Março de 2013, o CPS sublinhou a necessidade de abordar as causas da raiz dos conflitos numa forma sistemática e holística, e o imperativo para todos os Estados-membros, em conformidade com os seus compromissos no âmbito dos instrumentos pertinentes da UA, a trabalhar no sentido cada vez mais elevado dos padrões nas áreas de direitos humanos, democracia, boa governação e prevenção de conflitos. Na sua 463<sup>a</sup> reunião realizada em 27 de Outubro de 2014, o CPS reiterou a sua convicção de que as situações de marginalização, abusos de direitos humanos, a recusa de aceitar a derrota eleitoral, manipulação de constituições, a má gestão e distribuição desigual de recursos, falta de oportunidades sócio-económicas, o desemprego, assim como a corrupção, entre outros factores, constituem motivo bastante de conflitos violentos em África. Por conseguinte, o CPS sublinhou o imperativo da boa governação, bem como a necessidade de criar instituições do estado fortes, sensíveis e responsáveis nos níveis locais e nacionais que proporcionam serviços essenciais, e garante processos políticos inclusivos, Estado de direito e da segurança pública. O CPS expressou total apoio às recomendações contidas no relatório do Painel de Alto Nível sobre os Estados Frágeis e convidou a Comissão a trabalhar activamente para a implementação destas recomendações.

**234.** Na sequência destes pronunciamentos do CPS, a Comissão desenvolveu uma ferramenta para facilitar a identificação de vulnerabilidade estrutural dum país para o conflito num estágio inicial. Esta avaliação permitirá que os Estados-membros identifique potenciais causas estruturais dos conflitos – tais como a exclusão de grupos de identidade e outras formas de discriminação e/ou privação económica, resistindo a estresse social ou várias formas de degradação ambiental e de recursos a longo prazo, com graves implicações de governação, ao contrário de factores de proximidade e mais imediatos. As conclusões derivadas da avaliação servirão de base para a elaboração dum estratégia de mitigação apropriada. Na sua 502<sup>a</sup> reunião realizada em 29 de Abril de 2015, o CPS encorajou os Estados-membros a tirar o máximo proveito destas ferramentas nos seus esforços para a prevenção estrutural dos conflitos e da consolidação da paz e da estabilidade. Solicitou à Comissão, em colaboração com as CERs, a disponibilizar todo o apoio necessário aos Estados-membros a este respeito e a popularizar estas ferramentas.

**235.** A Conferência poderá pretender reiterar os seus pronunciamentos anteriores sobre a necessidade de renovar os esforços para atingir a prevenção de conflitos, através da implementação dos instrumentos pertinentes da UA, bem como a necessidade de reforçar a capacidade do Departamento de Paz e Segurança na área de aviso prévio e mediação, e do Painel dos Sábios da UA. A Conferência poderá igualmente desejar incentivar os Estados-membros a fazer uso eficaz dos instrumentos desenvolvidos pela Comissão para ajudar a avaliar a vulnerabilidade de conflito, numa fase precoce e tomar as medidas necessárias de mitigação.

## V. CONCLUSÃO

**236.** A África continua a enfrentar graves desafios no domínio da paz e segurança. A persistência de conflitos e de crises entrava os esforços de desenvolvimento socioeconómico, arrasta consequências humanitárias catastróficas e contribui para projectar uma imagem negativa do Continente. Um dos elementos mais preocupantes prende-se com os recuos registados nos países que haviam ultrapassado as crises que tiveram e se encontravam em fases pós-conflito. De uma forma geral, os desafios que a África regista em matéria de governação constituem uma das causas essenciais da instabilidade no Continente.

**237.** Neste contexto, afigura importante sublinhar a necessidade de esforços contínuos para a resolução das crises actuais e pôr termo às tragédias resultantes dessas crises. Mais especificamente, as partes em conflito devem ultrapassar as considerações individuais e fazer prevalecer os interesses dos seus países e das populações que afirmam estarem a representar. No que diz respeito à prevenção, é importante realçar a implementação efectiva dos diferentes instrumentos da União Africana relativos à democracia, eleições e aos direitos humanos. Por outro lado, é importante que os Estados-membros confrontados com essas crises potenciais facilitem a Comissão e o Conselho de Paz e Segurança no domínio da prevenção, em conformidade com as suas obrigações, ao abrigo do Protocolo relativo à criação do Conselho de Paz e Segurança.

**RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A AMEAÇA DO TERRORISMO  
E EXTERMISMO VIOLENTO EM ÁFRICA E SOBRE A  
IMPLEMENTAÇÃO DO COMUNICADO DO CPS/AHG/COMM.(CDLV)**

**RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A AMEAÇA DO TERRORISMO E EXTREMISMO  
VIOLENTO EM ÁFRICA E SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO COMUNICADO DO  
CPS/AHG/COMM.(CDLV)**

**I. INTRODUÇÃO**

1. O presente relatório é apresentado nos termos do comunicado PSC/AHG/COMM.(CDLV) sobre o terrorismo e extremismo violento, adoptado pelo Conselho Executivo na sua 455 reunião realizada em Nairobi, Quênia em 02 de Setembro de 2014. O relatório apresenta uma panorâmica da ameaça terrorista no continente, bem como uma actualização sobre a situação de implementação do Comunicado do Conselho de Nairobi. Conclui com observações sobre a via a seguir.

**II. SÍNTESE DA AMEAÇA TERRORISTA NO CONTINENTE**

2. O Terrorismo continua a ser um dos maiores desafios de segurança do continente e uma ameaça à paz e estabilidade internacional. Tornou-se mortal e generalizado. A ameaça assumiu maiores proporções e os ataques se propagaram para uma area geográfica maior e com maior frequência.

3. No meu relatório para o Conselho na sua Cimeira de Nairobi PSC/AHG/2(CDLV, indiquei que as ameaças terroristas no continente podem ser divididas em cinco seguintes categorias: (i) ataques terroristas contra interesses africanos; (ii) ataques terroristas contra interesses ocidentais e outros interesses estrangeiros; (iii) o uso de territórios africanos como refúgios/ portos seguros; (iv) o uso de África como incubadora para redes terroristas e fonte de recrutamento e financiamento; e (v) África como um ponto de trânsito para terroristas e angariação de fundos vinculados a outras actividades ilícitas. Surgiram dois novos elementos: nomeadamente (i) África como um ponto de encontro para para jihadistas internacionais; e (ii) África como local de confrontação entre o Al-Qaeda e o Estado islâmico (IS), para a supremacia e liderança do movimento violento Jihadista.

4. Embora a África Ocidental, o Sahel e África Oriental continuem a ser os mais afectados pelo terrorismo, o Norte da África tornou-se um viveiro muito atraente para os terroristas. A Líbia, a Tunísia e o Egipto, em particular, têm de lidar com uma grande presença de grupos terroristas e um aumento acentuado em incidentes terroristas. A proliferação de armas e munições, bem como a presença de inúmeros grupos armados com treinamento militar comprovado e conhecimentos são, em grande medida, responsáveis pela situação prevalecente na região.

5. A configuração de alguns destes grupos sofreu mudanças ao longo dos últimos meses, em particular, após o estabelecimento do IS, em 29 de Junho de 2014. Isto criou uma fissura nos seguidores do Al-Qaeda e associados, bem como dentro da comunidade Jihadi em geral, cujos membros tiveram que escolher entre a Al-Qaeda Central e o IS. Em África o IS tem combatido contra as forças do Ansar Sharia, o Al-Qaeda no Magrebe islâmico (Aqim), o al Mourabitoun, movimento para a unicidade e Jihad na África

Ocidental (MUJAO) e outros grupos terroristas há muito estabelecidos ao longo do território e dentro da população para o recrutamento de terroristas, doutrinação extremista e influência.

6. Neste contexto, o *Jund al-Khilafa Fil-Djazair* (Soldados do Califado da Argélia), um grupo dissidente AQIM, prometeu fidelidade ao IS em 14 de setembro de 2014; *Majlis Shura Shabab al-Islam* (Conselho Consultivo para a Juventude Islâmica), activo na Líbia, em 3 de outubro de 2014; o *Ansar Beit al-Maqdis* (ABM), no Egito, em 10 de Novembro de 2014; e o Boko Haram (*Jamā'a tAhlis-Sunnah lid-Da'wahwal-Jihād*), na Nigéria, em 7 de Março de 2015. O Boko Haram mudou, posteriormente, o seu nome para Província da Região Ocidental de África do Estado Islâmico (ISWAP). Em resposta a estas promessas de fidelidade, O IS felicitou a expansão do Califado na África Ocidental e exortou os Jihadistas a migrarem para este novo território conquistado para deflagrar a Jihad.

7. Os terroristas são taticamente selectivos e propagandistas na escolha dos alvos; Atacam símbolos do estado, quartéis militares, soldados e colunas militares a fim de desacreditar o estado e as suas instituições. Atacam as prisões para libertar terroristas detidos e recrutam outros como novos membros. Atacam cada vez mais infra-estruturas económicas multinacionais estratégicas para dificultar o fluxo de receitas financeiras. Recorrem à tomada maciça de reféns e sequestros para causar pânico, atrair a atenção da mídia e usar suas vítimas, como moeda de troca para fazer exigências específicas. Destroem o património cultural, perturbam o sistema educacional e utilizam narrativa ideológica extremista para radicalizar, recrutar e incitar jovens vulneráveis à violência. Prestam apoio económico às populações locais e casam-se com pessoas das tribos locais como parte da sua estratégia de expansão e enraizamento no Sahel. Os Civis estão a ser cada vez mais alvos dos terroristas. A lógica por trás disso é dupla: em primeiro lugar, é mais fácil e menos arriscado atacar civis do que alvos militares "difíceis" e, em segundo lugar, a propagação de terror entre a população civil dá a impressão de que os terroristas são mais fortes e as forças de segurança legítimas do país não os podem proteger.

8. À medida que os terroristas expandem as suas zonas de operação e aumentam os recrutamentos, eles necessitam de aumentar os recursos materiais e financeiros para poder operar, manter e controlar os territórios, prestar serviços elementares e satisfazer as necessidades básicas das populações nas zonas sob seu controlo Isto exige que estes tenham um número maior de ligações e ligações mais fortes com o crime organizado transnacional, nomeadamente drogas, tráfico de seres humanos e contrabando de pessoas, branqueamento de capitais, tráfico de armas de fogo e outros mercadorias ilícitas, exploração ilegal e comércio dos recursos minerais e petrolíferos, saque e venda de antiguidades, sequestro-para-resgate e outros crimes altamente gratificantes.

9. O Norte da África e no Sahel as contínuas operações de segurança contra grupos tais como o AQIM limitaram a capacidade operacional destes grupos, que foi ainda mais enfraquecida pelos conflitos internos e repetidas discórdias resultantes do surgimento do IS, que abriu frentes em vários países do Norte de África. O IS é particularmente activo na Líbia, onde controla algumas cidades e realizou ataques horríveis contra trabalhadores imigrantes africanos e outros ataques terroristas contra civis. O AQIM perdeu a

supremacia e a liderança do Jihad no Magrebe e no Sahel. No entanto, este grupo está a reorganizar-se. Além disso, há um ressurgimento de actividades Jihadistas na região, principalmente por elementos de Ansar dine, Al-Mourabitoun e MUJAO. Todos estes grupos têm principalmente como alvo a Missão de Estabilização Integrada Multidimensional das Nações Unidas no Mali (MINUSMA) e as Forças Armadas do Mali, sendo o seu objectivo restringir a mobilidade da Missão e da FAM e perturbar a sua cadeia logística.

**10.** Na Região da Base do Lago Chade as actividades do Boko Haram continuam a afectar o Nordeste da Nigéria e partes dos países vizinhos. Os ataques levados a cabo por este grupo terrorista causaram milhares de mortes e fizeram com que mais de cento e cinquenta mil (150.000) Pessoas atravessassem para os Camarões, Níger e Chade. Além disso, cerca de 650.000 pessoas daquela zona encontram-se deslocadas internamente devido à brutalidade e às actividades de terror do grupo. O Boko Haram foi inegavelmente enfraquecido pela acção da Força-Multinacional Conjunta (FMC), criada pelos países membros da Comissão da Bacia do Lago Chade (LCBC) e o Benin. No entanto, o grupo ainda possui alguma capacidade, como mostram os recentes ataques que efectuou.

**11.** Na África oriental vários Estados-membros continuam a enfrentar ameaças de segurança de grupos terroristas. No Corno de África o Al Shabaab foi obrigado a retirar-se da maioria das suas bases na Somália, graças às operações realizadas pelo Exército Nacional Somáli (SNA) e a Missão da UA na Somália (AMISOM); os seus mais altos líderes foram dizimados por ataques de aviões não tripulados (Drones) e conflitos internos; Perdeu o controlo dos grandes centros financeiros e perdeu a sua popularidade devido às suas políticas de ultra linha dura. Além disso, Al Shabaab ainda está a defrontar dificuldades resultantes da eliminação de Ahmed Godane em 2014, a difícil transição sob a liderança de Ahmad Omar (Abu Ubeidah) e os objetivos contraditórios entre os defensores da Jihad global e da Jihad local. Apesar destes desafios, Al Shabaab provou para ser muito adaptável e resistente, como demonstram os ataques que continua a realizar tanto dentro como fora da Somália, em particular no Quênia, com o ataque terrorista covarde contra a Universidade de Garissa, no início de Abril de 2015.

**12.** Outros grupos continuam igualmente activos na África Oriental, incluindo as Forças Democráticas Aliadas do Uganda (ADF) e o Exército de Resistência do Senhor (LRA). Importa referir que o LRA, que continua activo em partes da República Centro-Africana (RCA) e da República Democrática do Congo (RDC), foi seriamente prejudicado graças às operações realizadas pela Força Armada Regional (RTF) da Iniciativa de Cooperação Regional para a eliminação do LRA (RCI-LRA). Muitos dos seus comandantes também foram mortos, capturados ou renderam-se, e o número dos seus combatentes reduziu. No entanto, o LRA continua a perpetrar ataques a civis e recorre a o saque e ao comércio ilícito, especialmente à caça furtiva para obtenção de marfim para sobrevivência.

**13.** A questão de combatentes terroristas estrangeiros e o impacto do IS em África são motivos de grande preocupação, dado que mais africanos se juntam às fileiras da IS ou prometem fidelidade ao mesmo. De acordo com dados recolhidos das análises realizadas por várias instituições de pesquisa e um recente relatório das NU, o número de

combatentes estrangeiros terroristas aumentou 71% entre meados de Março de 2014 e de 2015 para um total de 25.000, provenientes de cerca de 100 países, dos quais cerca de 6.000 são africanos.

### **MEDIDAS TOMADAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO COMUNICADO DO CPS AHG/COMM.(CDLV)**

14. Em 19 de Setembro de 2014, a Comissão enviou uma Nota Verbal a todos os Estados-membros para formalmente encaminhar o comunicado adoptado na Cimeira do CPS de Nairobi e destacar as principais disposições que requerem acompanhamento. A Comissão aproveitou a oportunidade para reafirmar o seu compromisso e disponibilidade total de prestar a assistência necessária aos Estados-membros a este respeito.

15. A fim de facilitar a implementação do comunicado adoptado pelo CPS na sua reunião de Nairobi, de 4 de Dezembro de 2014, a Comissão realizou um workshop Consultivo para elaborar um plano de implementação detalhado. Este *workshop* reuniu estruturas relevantes da UA, em particular o Centro Africano para o Estudo e Pesquisa sobre o Terrorismo (ACSRT), a Missão da UA para o Mali e Sahel (MISAHEL), bem como as Nações Unidas e outros parceiros internacionais. O plano de implementação identifica áreas fundamentais de intervenção, incluindo a resposta da justiça criminal e a gestão das fronteiras, análise das condições propícias para a disseminação do terrorismo, o combate ao extremismo violento, a radicalização e o recrutamento de terroristas, a luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo, bem como a coordenação, a colaboração e a cooperação.

16. Em Março de 2015 e dado o âmbito das actividades a serem levadas a cabo a Comissão estabeleceu uma equipa consultiva que apoiaria o Departamento e o ACSRT no processo de implementação do Comunicado de Nairobi. A equipa realizou a sua reunião inaugural em Adis Abeba, de 11 a 12 de Maio de 2015. Os seus membros visitaram desde essa altura Argel e Bamako, para consultas com o ACSRT e MISAHEL. A equipa elaborou um plano de trabalho, centrando-se na luta contra o extremismo violento.

### **III. SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO COMUNICADO PSC/AHG/COMM.(CDLV)**

17. No seu comunicado, PSC/AHG/COMM. (CDLV), o CPS exprimiu a preocupação de que, apesar dos progressos realizados no desenvolvimento de um quadro antiterrorista normativo e operacional abrangente, lacunas graves continuam a existir em termos de implementação e acompanhamento, minando assim a eficácia da resposta de África à ameaça do terrorismo e extremismo violento. Nesse sentido, o CPS enfatizou a urgência de uma abordagem orientada para a acção visando dar expressão concreta ao compromisso assumido pelos Estados-membros de combater o terrorismo e o extremismo violento em todas as suas formas e manifestações. Uma série de passos práticos foram identificados. Os parágrafos a seguir fornecem uma actualização sobre as medidas tomadas.

a) **Assinatura e ratificação dos instrumentos antiterrorismo internacionais e Africanos relevantes**

18. Na sua Cimeira de Nairobi, o CPS reiterou o seu apelo aos Estados-membros que ainda não o fizeram para tomarem as medidas urgentes necessárias para tornarem-se parte na Convenção da OUA de 1999 sobre a Prevenção e Combate ao Terrorismo e seu Protocolo adicional de 2004, bem como os instrumentos internacionais pertinentes adoptados sob os auspícios das Nações Unidas. O CPS salientou a necessidade da assinatura e ratificação urgentes da Convenção da UA sobre a Cooperação Transfronteiriça (Convenção de Niamey) de Julho de 2013, que contém disposições relativas à cooperação na área de segurança, incluindo o combate ao terrorismo e ao crime organizado transnacional. Até Junho de 2015, 50 Estados tinham assinado a Convenção de 1999 e 41 tinham ratificado, enquanto 45 Estados-membros tinham assinado o Protocolo e 16 tinham ratificado. Até agora, cinco Estados-membros assinaram a Convenção de Niamey, um dos quais também a ratificou.

b) **Apresentação dos relatórios anuais**

19. O CPS solicitou os Estados-membros a apresentarem ao mesmo e, em consonância com o Protocolo de 2004, relatórios anuais, sobre as medidas tomadas para combater o terrorismo e a notificá-lo sobre todas as actividades terroristas logo que estas ocorressem. Embora o Protocolo tenha entrado em vigor a 26 de Fevereiro de 2014, nenhum Estado-membro, até a data, apresentou o relatório exigido.

c) **Nomeação de Pontos Focais para o ACSRT**

20. O CPS exortou os Estados-membros que ainda não o fizeram a nomear, até ao final de 2014, Pontos Focais Nacionais para efeitos de ligação e coordenação com o ACSRT, tendo em conta a necessidade de designar para tais postos indivíduos competentes e decisores para os serviços de Segurança e informações. Cinco (5) Estados membros ainda não nomearam os seus pontos focais.

d) **Contribuições Financeiras e fornecimento de peritos pelos Estados-membros**

21. O CPS exortou os Estados-membros a contribuírem financeiramente para facilitar a implementação do Quadro Antiterrorismo da UA e a destacar peritos para o ACSRT. Há necessidade de reiterar este apelo aos Estados-membros para que estes alarguem este apoio tão necessário.

e) **Operacionalização do Comité do CPS sobre o Antiterrorismo**

22. O CPS manifestou a sua determinação de assegurar o funcionamento eficaz do seu Comité Contra o Terrorismo, estabelecido nos termos do comunicado PSC/PR/COMM.(CCXLVIX) e adoptado na sua 249 reunião realizada em Adis Abeba, em 22 de Novembro de 2010. Medidas estão a ser tomadas pelo CPS para adoptar termos



genéricos de referência para todos os seus subcomités, incluindo o Comité Contra o Terrorismo, bem como o programa de trabalho deste Comité cujos membros foram designados na 447 reunião realizada em 24 de Julho de 2014.

**f) Elaboração de um Mandado de Captura Africano**

**23.** O CPS solicitou à Comissão para elaborar um mandado de prisão Africano para pessoas acusadas ou condenadas por actos terroristas, incluindo a realização de uma reunião de peritos governamentais sobre o assunto no primeiro trimestre de 2015. A equipa de consultoria destacada pela Comissão foi encarregada de realizar o trabalho preliminar necessário.

**g) Realização de workshops regionais de sensibilização**

**24.** O CPS solicitou a realização de *workshops* regionais de sensibilização sobre os instrumentos africanos e internacionais relevantes, em colaboração com as Comunidades Económicas Regionais (CER) e parceiros relevantes. Medidas estão a ser tomadas para este efeito. Entretanto e tendo em conta a relevância da questão, a Comissão convocou um *workshop* sobre o combate à ameaça representada pelos Combatentes Terroristas Estrangeiros para os países da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), de 22 a 23 de Abril de 2015, em Addis Abeba. O workshop salientou a necessidade de esforços renovados pelos Estados-membros no sentido de resolver este problema, nomeadamente através da partilha de informação e inteligência.

**h) Implementação do Processo de Nouakchott**

**25.** O CPS exortou os Estados-membros que participam no Processo de Nouakchott, sobre o reforço da Cooperação na área de segurança e Operacionalização da Arquitectura de Paz e Segurança Africana na região saelo-sariana, para acelerarem a implementação das várias etapas acordadas durante as reuniões dos Responsáveis dos Serviços de Segurança e Inteligência e dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países da região. A este respeito, a Comissão, em cooperação com a Mauritânia, facilitou a realização da Cimeira do Processo de Nouakchott, na capital da Mauritânia, em 18 de Dezembro de 2014, sob os auspícios do Presidente Mohamed Ould Abdel Aziz, então Presidente da União. Representantes das NU e da União Europeia (UE) participaram na Cimeira. Na Declaração adoptada na ocasião, a Cimeira louvou os resultados já obtidos na implementação do processo. Além disso, a Cimeira solicitou à Comissão, em estreita colaboração com Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e com o apoio de parceiros internacionais, para tomar as medidas necessárias, incluindo a organização de uma reunião dos Chefes de Estado Maior e Ministros da Defesa e Segurança com o objectivo de concluir o Conceito Genérico de Operações para unidades mistas e patrulhas transfronteiriças conjuntas. Finalmente, a Cimeira manifestou sua disponibilidade, em consulta com as Nações Unidas, de contribuir para o reforço da MINUSMA. Realizaram-se posteriormente duas reuniões dos Responsáveis dos Serviços de Inteligência: a primeira em Dakar, Senegal, de 13 a 14 de Novembro de 2014; e a segunda em Argel, na Argélia, de 15 a 16 de Abril de 2015.

**i) Implementação do RCI-LRA**

26. Os esforços para melhorar a implementação do RCI-LRA, particularmente a eficácia do seu braço operacional, o Task Force Regional (TFR), continuaram. Em Março de 2015, o novo enviado especial da UA para a questão do LRA, nomeado em Julho de 2014, em substituição do Embaixador Francisco Madeira (que assumia esse cargo em simultâneo com o cargo de Diretor do ACSRT), e o Representante Especial de Cooperação para o combate contra o terrorismo, o Tenente-General Jackson Kiprono Tuwei do Quênia, visitou a sede do TFR em Yambio, Sudão do Sul, bem como os sectores RTF em Nzara (Sudão do Sul) , Obo ( RCA) e Dingu (RDC), para avaliar as operações contra o LRA. A colaboração com as Nações Unidas, especialmente através do Representante Especial das NU para a África Central, o Professor Abdoulaye Bathily, bem como com outros parceiros, também continua. Em 18 de Maio de 2015, o CPS renovou o mandato do ICR-LRA para mais 12 meses. Solicitou igualmente a Comissão para tomar medidas práticas imediatas para concluir a avaliação das necessidades de reabilitação das zonas afectadas pelas actividades do LRA.

**j) Apoio e facilitação de outras iniciativas de cooperação regional contra o terrorismo**

27. O CPS solicitou à Comissão para apoiar e facilitar as iniciativas e mecanismos de cooperação regional, com vista a resolver ameaças transnacionais específicas, com base em experiências de RCI-LRA e o Processo de Nouakchott. A este respeito, foram tomadas as seguintes medidas:

**(i) Luta contra o Boko Haram**

28. Na sequência da Cimeira de CPS de Nairobi, a Comissão realizou uma série de actividades de acompanhamento, incluindo a participação na reunião ministerial dos países membros da LCBC e Benin realizada em Niamey, Niger, em 20 de Janeiro de 2015. Estes esforços culminaram na adopção pela 484 reunião do CPS de um comunicado autorizando a implantação do MNJTF por um período inicial de 12 meses e por uma força que poderia ir até 7.500 pessoal militar e outro. De 5 a 7 de Fevereiro de 2015, a Comissão realizou uma reunião de peitos que desenvolveu o Conceito de Operação (CONOPS) para o MNJTF e outros documentos afins, em Yaoundé, Camarões. Uma reunião de planificação de acompanhamento foi realizada em Ndjamená, de 23 a 27 de Fevereiro de 2015, para desenvolver o nível operacional CONOPS. De 20 a 24 de Maio de 2015, peritos dos Estados-membros LCBC e Benin, e parceiros da UA reuniram-se em Ndjamená, para concluir os documentos operacionais adicionais para o MNJTF. Entretanto, na sua reunião de 3 de Março de 2015, o CPS endossou o CONOPS estratégico. Autorizou igualmente um aumento da força do MNJTF de um contingente inicial de 7.500 para 10.000 pessoal militar e outro. O quartel-general operacional de MNJTF, em Ndjamená, foi inaugurado em 25 de Maio de 2015. Além disso, a Comissão iniciou discussões com a UE para a concessão de fundos totalizando 50 milhões de Euros para apoiar a MNJTF, no âmbito da Facilidade Africana de Paz (FAP). Isso garantiu também uma doação de 8 milhões de dólares no Reino Unido. Finalmente e como parte

do apoio da UA aos países afectados, o Comissário para a Paz e Segurança, em conjunto com os Representantes Especiais das NU para a África Central e Ocidental, comprometeu-se a visitar a região de 26 a 29 de Maio de 2015.

(ii) Processo de Djibouti

**29.** A Comissão realizou a primeira reunião dos Responsáveis pelos Serviços de Segurança e Informações dos Estados-membros da Comunidade da África Oriental (EAC) e IGAD, em Djibouti, de 28 de Fevereiro a 1 de Março de 2015. A reunião concordou em um conjunto de medidas destinadas a reforçar a cooperação de segurança na região, incluindo uma maior interacção entre os países e instituições envolvidas, o estabelecimento de um sistema comunicação seguro entre os Serviços de Segurança e Informações e o reforço das capacidades operacionais nacionais. Foi também acordada a institucionalização desta reunião através do lançamento do Processo de Djibuti, sobre o reforço da cooperação na area de segurança na região da África Oriental. Os Responsáveis dos Serviços de Segurança e Informações participará nas reuniões trimestralmente. A sua segunda reunião terá lugar em Kampala, Uganda.

**k) Avaliação do estado de implementação do Plano de Acção de 2002**

**30.** O CPS solicitou à Comissão para avaliar o estado de implementação do Plano de Acção (PoA) de 2002 e identificar as medidas necessárias para enfrentar os desafios encontrados. Os resultados da avaliação serão apresentados a uma reunião Intergovernamental de alto nível sobre a prevenção e cobate ao terrorismo. Importa recordar que o PoA foi adoptado pela primeira reunião Inter-Governmental de Alto Nível sobre a prevenção e o Combate ao Terrorismo em África, realizada em Argel, de 11 a 14 de Setembro de 2002. A equipa de consultoria está a planear realizar consultas com o ACSRT nas próximas semanas para iniciar este processo.

**l) Realização de uma reunião de Alto Nível sobre o financiamento da Luta contra o Terrorismo**

**31.** O CPS solicitou à Comissão para trabalhar com vista à realização de uma reunião de Alto Nível dos Estados-membros sobre a questão do financiamento do terrorismo, com vista a identificar medidas práticas para resolver o problema de uma forma mais eficaz. A Comissão, através do ACSRT, encontra-se a trabalhar com a Argélia, que se ofereceu a acolher a reunião, a fim de fazer todos os preparativos necessários. Um projecto de documento de reflexão e programa estão a ser preparados e serão distribuídos uma vez concluídos. A reunião está programada para ter lugar no final de 2015.

**m) Operationalização da AFRIPOL**

**32.** O CPS manifestou o seu apoio para uma completa e atempada operacionalização do Mecanismo Africano para a Cooperação Policial (AFRIPOL), em consonância com a decisão da EX.CL/Dec.820(XXV), adoptada pela 25ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo, realizada em Malabo, Guiné Equatorial, de 20 a 20 de Junho de 2014 e as

conclusões da primeira reunião do Comité ad hoc da AFRIPOL, que teve lugar em Adis Abeba, em 2 de Julho de 2014. No seguimento, a Comissão facilitou a realização das reuniões do Comité ad hoc da AFRIPOL, em Kampala, Uganda, em 2 de Outubro de 2014; em Argel, na Argélia, de 18 a 19 de Março de 2015; e em Adis Abeba, em 2 de Junho de 2015. A Comissão elaborou documentos sobre a estrutura, recrutamento e opções de financiamento bem como um plano de acção de 3 anos e o projecto de Estatutos da AFRIPOL. Estes documentos serão apresentados à reunião dos Chefes da Polícia Africanos a ser realizada em Outubro de 2015, para apreciação, antes da sua disseminação aos órgãos deliberativos relevantes da UA.

**n) Elaboração de uma Nota de Conceptual sobre a criação de um Fundo Especial para a luta Antiterrorismo**

**33.** O CPS solicitou à Comissão para elaborar uma nota conceptual sobre a possível criação de um fundo especial dedicado a apoiar os esforços de luta contra o terrorismo no continente. A Comissão está a trabalhar com a equipa de consultoria para elaborar a referida conceptual.

#### **IV. RADICALIZAÇÃO**

**34.** Grupos Terroristas exploram e aproveitam a carência social e queixas, conflitos não resolvidos, pessoais ou reivindicações de identidade comunitária, religião, história, marginalização, exclusão e uma série de outros factores, para produzir uma narrativa ideológica que crie um ambiente propício para o recrutamento e a radicalização, onde um acto terrorista torna-se atraente como um instrumento de activismo político. Relatórios consistentes indicam que redes locais estão envolvidas no recrutamento, radicalização e mobilização de recursos em nome de uma série de grupos terroristas. Neste contexto, o CPS, na sua reunião de Nairobi, enfatizou a necessidade de se abordar todas as condições propícias para a disseminação do terrorismo e o extremismo violento, incluindo conflitos prolongados não resolvidos, falta de estado de direito e violações dos direitos humanos, discriminação, exclusão política, marginalização sócio-económica e má governação, salientando no entanto que nenhuma dessas condições pode desculpar ou justificar actos de terrorismo. O CPS salientou a importância de criação de estratégias de luta contra terrorismo que capacitem as organizações da sociedade civil.

**35.** No acompanhamento, a equipa de Consultoria criada pela Comissão desenvolveu elementos iniciais de uma estratégia para abordar a questão da radicalização e do extremismo violento. Este trabalho estará concluído nas próximas semanas. Entretanto, o ACSRT realizou uma série de workshops sobre a questão, tendo em vista ajudar os Estados-membros a enfrentar os desafios nesta área. MISAHEL também está envolvida nos esforços para combater radicalização.

#### **V. PARCERIAS**

**36.** O CPS solicitou à Comissão para realizar um fórum consultivo anual com parceiros internacionais relevantes, com vista a harmonizar as suas respectivas estratégias e facilitar e promover acções orientadas para a coordenação e colaboração, bem como para

mobilizar ainda mais apoio para os esforços africanos na luta contra o terrorismo. A Comissão está a trabalhar para realizar este fórum, ainda este ano. Entretanto, medidas estão a ser tomadas para melhorar o relacionamento com parceiros bilaterais e multilaterais relevantes. A este respeito, a Comissão mobilizou apoio adicional de parceiros, incluindo apoios para a formação de peritos Africanos.

## **VI. OBSERVAÇÕES**

**37.** O Terrorismo e os ataques terroristas continuam a ser uma das mais graves ameaças à paz e segurança em África. O continente pagou e continua a pagar uma pesada factura por esses actos ultrajantes e criminosos, que resultaram em mortes maciças, destruição de infra-estruturas, perda de meios de subsistência e deslocações. Os Grupos terroristas estão a tornar-se cada vez mais ousados nas suas atividades e ataques. Os limites entre o extremismo político, religioso e ideológico e o crime estão cada vez mais difusos, enquanto grupos os terroristas funcionam cada vez mais em rede.

**38.** Ao longo das últimas duas décadas, os órgãos deliberativos da UA adoptaram uma série de instrumentos para facilitar e promover uma acção coordenada e eficaz contra o terrorismo, nomeadamente a Convenção de Argel de 1999 e o seu Protocolo complementar de 2004, bem como o PoA de 2002. Importa mencionar a criação do ACSRT. Estes instrumentos fornecem uma base adequada para uma cooperação reforçada entre os Estados-membros. Do ponto de vista operacional, a Comissão continua a estar activamente envolvida nos esforços visando a resolução do flagelo do terrorismo. Foram tomadas medidas para mobilizar os Estados-membros no sentido de implementarem plena e eficazmente o quadro normativo antiterrorista da UA.

**39.** Apesar das medidas tomadas aos níveis nacional, regional e continental, a ameaça terrorista permanece tão presente como sempre, e África continua a exibir vulnerabilidades significativas. Efectivamente, a prevenção e o combate ao terrorismo exigem uma determinação renovada dos Estados-membros. Um número de passos práticos foram identificados no comunicado do CPS de Nairobi. A sua implementação eficaz contribuirá significativamente para ajudar o continente africano a resolver a ameaça representada pelo terrorismo e o extremismo violento.

**40.** À medida que o continente africano aumenta os seus esforços com vista a enfrentar os desafios em mão, atenção especial deve ser dada à questão da radicalização. Combater esta ameaça é importante na resolução das condições que são favoráveis à propagação do terrorismo. Conforme indicado no meu relatório para a Cimeira da CPS de Nairobi, o processo é de longo prazo e exige o desenvolvimento de programas e políticas nacionais sólidas. Igualmente importante é a necessidade de se ter em conta que nenhum resultado sustentável pode ser alcançado na prevenção e luta contra o terrorismo se os esforços não tiverem como base a adesão escrupulosa aos direitos humanos e aos instrumentos de direito internacional humanitário. As orientações do CPS nesta matéria são mais relevantes do que nunca.

**Assembly/AU/7 (XXV)**  
**Anexo 2**

**CONCLUSÕES DO RETIRO DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA  
SOBRE QUESTÕES E DESAFIOS DA PROMOÇÃO DA PAZ,  
SEGURANÇA E ESTABILIDADE EM ÁFRICA,  
21 – 23 DE MAIO DE 2015, IN SWAKOPMUND, NAMI**

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

---

Addis Ababa, Ethiopia, P.O. Box: 3243 Tel.: (251-11) 5513 822 Fax: (251-11) 5519 321  
Email: [situationroom@africa-union.org](mailto:situationroom@africa-union.org)

---

**RETIRO DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA  
SWAKOPMUND, NAMÍBIA  
21-23 DE MAIO DE 2015**

CPS/Retreat/7

**CONCLUSÕES DO RETIRO DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA  
SOBRE QUESTÕES E DESAFIOS DA PROMOÇÃO DA PAZ,  
SEGURANÇA E ESTABILIDADE EM ÁFRICA,  
DE 21 – 23 DE MAIO DE 2015, IN SWAKOPMUND, NAMÍBIA**

## **CONCLUSÕES DO RETIRO DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA SOBRE QUESTÕES E DESAFIOS DA PROMOÇÃO DA PAZ, SEGURANÇA E ESTABILIDADE EM ÁFRICA, DE 21 - 23 DE MAIO DE 2015, IN SWAKOPMUND, NAMÍBIA.**

### **I. INTRODUÇÃO**

1. O Conselho de Paz e Segurança (CPS) da União Africana (UA) realizou o seu Sétimo Retiro sobre questões e desafios da promoção da paz, segurança e estabilidade em África, de 21 a 23 de Maio de 2015, em Swakopmund, Namíbia. O Retiro foi considerado pelo CPS como uma etapa suplementar importante, na sua tentativa de assegurar e manter a paz, a segurança e a estabilidade para a África e os seus povos, na perspectiva da Arquitetura Africana de Paz e Segurança (APSA). Depois de extensas deliberações, o retiro concluiu o seguinte:

### **II. CONCLUSÕES**

#### **A. REFORÇAR A COLABORAÇÃO ENTRE O CPS E AS CER/MRs NA PREVENÇÃO, GESTÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS:**

2. O CPS criou o seguinte formato para permitir que as CER/MRs forneçam as informações e contributos substantivos necessários para a tomada de decisão do CPS sobre situações de conflito e de crises (excluindo reuniões sobre questões temáticas específicas inseridas no âmbito de um outro tipo de sessões abertas do CPS, para as quais as são convidadas as CER/MRs, entre vários outros), bem como sobre questões de pós-conflito, no âmbito da prevenção, gestão e resolução de conflitos em África:

- i) As CER/MRs serão convidadas para reuniões do CPS, dedicadas às situações de crise e de conflito, bem como às questões de pós-conflito;
- ii) O CPS convocará, trimestralmente, reuniões consultivas com as CER/MRs, com vista a melhorar a coerência estratégica na abordagem das questões da paz e segurança;
- iii) As CER/MRs serão convidadas pelo CPS para consultas informais, muito antes das reuniões formais do CPS, para permitir a interacção do CPS com as CER em torno de uma determinada situação, a fim de reunir mais informações e contribuições pertinentes sobre a situação no terreno. Desta feita, as CER poderão avaliar os benefícios da sua vantagem de proximidade e conhecerão mais a fundo a zona de conflito/crise. A este respeito, as CER/MRs irão providenciar documentação ao CPS informando sobre as referidas consultas;
- iv) As CER/MRs actualizarão o CPS com informações sobre as suas contribuições concretas na implementação das decisões do CPS em situações de crise e de conflito, bem como sobre questões de pós-conflito;
- v) As CER/MRs serão solicitadas pelo CPS para dar o seu contributo durante a fase inicial da preparação nas reuniões consultivas anuais do CPS com



órgãos similares;

- vi) As CER/MRs serão solicitadas pelo CPS para subsidiar a fase inicial de elaboração do Relatório do Conselho de Paz e Segurança sobre as suas actividades e a Situação de Paz e Segurança em África.

**3.** Relativamente aos procedimentos das reuniões do CPS sobre situações de crise e de conflito, bem como sobre questões de pós-conflito (excluindo as reuniões sobre questões temáticas específicas), e visadas a permitir as CER/MRs a participar mais activamente, o CPS neste contexto, introduz o seguinte formato:

- a) Sessão à porta-fechada para se dar início a uma reunião e adoptar a Agenda;
- b) Sessão aberta em que os convidados fazem as suas declarações:
  - i) De conformidade com as conclusões dos Retiros anteriores do CPS sobre métodos de trabalho, o CPS deverá determinar a lista de convidados para as suas reuniões;
  - ii) Primeira etapa da sessão aberta na qual convidados não-africanos do CPS e representantes de OSCs convidadas apresentam as suas opiniões/declarações perante o CPS em torno das questões em análise. Os convidados não-africanos e as OSC pedem esclarecimentos ao CPS. Depois, os convidados não-africanos e os representantes das OSC retiram-se da reunião;
  - iii) Segunda fase da sessão aberta, durante a qual os Estados-Membros convidados da UA fazem as suas declarações e apresentam os seus pontos de vista sobre uma questão em apreço. O CPS pede esclarecimentos às CER/MRs e aos Estados-membros convidados preocupados com a situação em apreço. Depois, o(s) Estado(s)-Membro(s) convidado(s) retiram-se da reunião;
  - iv) Terceira fase da sessão aberta, durante a qual a(s) CER(s)/RM(s) faz(em) dão os seus contributos substanciais, incluindo uma possível participação dos seus respectivos pontos focais técnicos na recolha das contribuições, juntamente com o Secretariado do CPS, com vista a enriquecer as deliberações do CPS em torno do(s) assunto(s) em apreço. O CPS pede esclarecimentos às CER/MRs preocupadas com a situação. Depois disso, retiram-se da reunião;
  - v) Sessão à porta-fechada do CPS, durante a qual têm lugar deliberações e são tomadas decisões;

## **B. REFORÇO DA PREVENÇÃO DE CONFLITOS**

4. O sistema de alerta prévio não foi seguido por uma acção oportuna e eficaz, em alguns casos. Com efeito, algumas das crises que assolam certas partes da África são obviamente evitáveis, se a UA, as CER/MRs e os Estados-Membros da UA afectados tomarem medidas preventivas e atempadas. Neste contexto, a UA deve pôr em prática um quadro jurídico para dar mandato às Forças em Estado de Alerta Regionais, no sentido de se empenhar no desdobramento preventivo, na contenção de crises e na intervenção em situações de conflitos activos em África.

i) Eis a seguir as medidas adoptadas:

- Por não ter reconhecido ou respondido a alertas precoces de crises iminentes, as acções preventivas precoces da UA são prejudicadas em certos países;
- Abordar o problema da rejeição e não cooperar quando há sinais claros de uma crise de infusão;
- Abordar as causas profundas das crises emergentes na sua fase embrionária;
- Incentivar os Estados-membros a cooperar perante sinais de alerta precoce de crises iminentes;
- O Departamento dos Assuntos Políticos da CUA deverá participar em todas as reuniões do CPS e dar “briefings” (sessões de informação) regulares ao CPS, incluindo as que incidem sobre aspectos de alerta precoce;
- As CER/MRs deverão providenciar informações actualizadas ao CPS, incluindo tudo quanto diz respeito a aspectos de alerta precoce de uma crise iminente e situações de conflito;
- O Comitê de Serviços de Inteligência e Segurança de África (CISSA) deve informar periodicamente o CPS, inclusive providenciar informações de alerta precoce;
- Intensificar os esforços de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito, por forma a evitar recaídas ao ciclo de violência;

ii) Incentivar os Estados-Membros a melhorar a sua cooperação e colaboração com os Sistemas de Alerta Precoce do Continente (CEWS);

- iii) Incentivar as CER/MRs a tomar medidas de prevenção apropriadas, incluindo o fornecimento de dados actualizados ao CPS;
- iv) Promover medidas concretas para melhorar a execução das decisões da UA sobre reconciliação no contexto da Década de Reconciliação Madiba Nelson Mandela, incluindo medidas e recomendações contidas no Comunicado PSC/MIN/COMM. (CCCLXXXIII) da Reunião do CPS, realizada a nível Ministerial, em Argel, Argélia, em 29 de Junho de 2013;
- v) Promover medidas concretas para melhorar a execução das decisões, instrumentos e políticas da UA concernentes à luta contra o terrorismo sob todas as suas formas, incluindo o desmantelamento de suas ligações ao narcotráfico, o tráfico de armas, o tráfico de seres humanos, a lavagem de dinheiro, a pirataria e outros crimes transnacionais, num contexto internacional mais abrangente. A este respeito, esforços devem ser envidados com o intuito de reforçar ainda mais a cooperação e coordenação aos níveis nacional, regional, continental e global. Esforços devem igualmente ser re-dobrados para facilitar a troca de inteligência e de resultados de estudos e análises empreendidos no âmbito do combate ao flagelo, sob a égide do Centro Africano de Estudo e Investigação sobre o Terrorismo.
- vi) Alinhar a ferramenta de avaliação da vulnerabilidade desenvolvida pela Comissão, com outros indicadores, incluindo o Índice Africano de Desenvolvimento do Género e o Índice de Desenvolvimento Social Africano que medem a exclusão social.
- vii) Garantir a interacção periódica entre o CPS e o Painel dos Sábios.

**C. REFORÇAR AS ACTIVIDADES DE RECONSTRUÇÃO PÓS-CONFLITO E DE MANUTENÇÃO DA PAZ**

**5. Eis a seguir as medidas a tomar:**

- i) A Comissão da UA deve intensificar os seus esforços no domínio do PCRD, incluindo a apresentação de um relatório, conforme decidido pelo Conselho, sobre os progressos da Arquitetura do PCRD UA, incluindo sobre as questões relativas ao Comité do CPS referentes à Reconstrução Pós-conflito para o Burundi e a República Democrática do Congo, durante os primeiros seis meses do ano 2015.
- ii) A Comissão da UA deverá tomar medidas para a reativação e sustentação do Comité Ministerial da UA sobre a Reconstrução Pós-conflito do Sudão e o Sudão do Sul, assim como o reforço de outros mecanismos da UA dedicados à reconstrução e desenvolvimento pós-conflito em África, como parte dos

esforços destinados a melhorar a construção da paz, recuperar os meios de subsistência e evitar a recaída ao ciclo de violência.

- iii) Incentivar as CER/MRs para que forneçam regularmente informações actualizadas das actividades dos seus respectivos PCRD.

#### **D. MÉTODOS DE TRABALHO DO CPS:**

6. O CPS desenvolveu vários métodos de trabalho, desde 2007. A este respeito e tendo em conta que o CPS reexamina continuamente os seus métodos de trabalho, é necessário consolidar os seus métodos de trabalho existentes num único volume. Por outro lado, deve-se estabelecer métodos de trabalho adicionais para áreas de cobertura recentemente identificadas, a saber:

##### **a) Mudança do mês da presidência do CPS**

7. No que diz respeito à questão da troca do mês da presidência do CPS, e garantir a organização ordenada do trabalho, o CPS deverá formular uma modalidade na qual todo o membro do CPS que pretenda trocar, deverá informar o Secretariado do CPS da sua intenção por escrito, com um mês de antecedência, excepto em casos de força maior. O Secretariado, por conseguinte, submeterá à atenção do CPS.

##### **b) Modalidades de regulamentação das interações informais do CPS**

8. Eis a seguir as medidas a tomar:

Interações informais entre o CPS e outros intervenientes não-africanos sobre questões de paz e segurança serão consideradas e decididas pelo Conselho, conforme o caso, enquanto as consultas pretendidas realçam o trabalho do CPS no cumprimento do seu mandato.

##### **c) Sessões de Informação pelo Presidente do CPS ao Comité dos Representantes Permanentes (RPC)**

9. A prática de “briefings” mensais pelo Presidente do CPS ao CRP sobre as actividades do CPS deve ser mantida. Neste sentido, o Secretariado do CPS deverá coordenar juntamente com outros provedores de serviços pertinentes no seio da Comissão da UA, para facilitar as reuniões mensais em referência.

##### **d) Colaboração entre o CPS e outros órgãos da União Africana**

10. O CPS deverá convocar reuniões periódicas com outros órgãos da UA e o Painel dos Sábios, na abordagem da prevenção, gestão e resolução de questões de paz e segurança, incluindo informações sobre os seus respectivos programas e o grau de

apropriação africana. Neste contexto, será criada uma lista dessas reuniões no que se refere aos seguintes outros órgãos da UA:

- i) Parlamento Pan-Africano;
- ii) Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos; e
- iii) Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos.

**e) Reforçar a Operacionalização dos Organismos Subsidiários do CPS**

**11.** Os Subcomitês do CPS devem ser totalmente operacionalizados e capacitados para permití-los realizar com mais eficácia os seus respectivos mandatos, de conformidade com os Termos de Referência Genéricos (a ser elaborados pelo Secretariado do CPS).

**f) Preparação e apresentação do Relatório do Conselho de Paz e Segurança sobre as suas Actividades e a Situação da Paz e Segurança em África**

**12.** Nos seus Retiros anteriores, nomeadamente, os de Yaoundé e Djibouti, o CPS decidiu adoptar um novo formato para a elaboração e apresentação à Assembleia da União do seu relatório de actividades e sobre a situação da paz e segurança em África, como segue:

- i) O Presidente do CPS para o mês da Cimeira da UA, fará a apresentação do relatório do CPS à Assembleia da União;
- ii) O Comissário da Paz e a Segurança da UA fará a sua apresentação pormenorizada à Assembleia da União e dará respostas às questões e perguntas que forem suscitadas pelos Estados-Membros;
- iii) Na elaboração do seu relatório, o CPS contará com contribuições das CER/MRs e de outros intervenientes.

**g) Formato dos Resultados das Reuniões/Sessões do CPS**

- i) Um Comunicado para dar a conhecer uma decisão de uma reunião formal do CPS sobre um determinado assunto, na qual foi apresentado um relatório da Presidente da Comissão ao Conselho;
- ii) Um Comunicado de Imprensa para dar a conhecer as conclusões de uma reunião do CPS, na qual não foi apresentado um relatório da Presidente da Comissão;

- iii) As reuniões consultivas conjuntas do CPS com o Conselho de Segurança das Nações Unidas e outros órgãos paralelos, devem continuar a adoptar comunicados conjuntos;
- iv) As missões conjuntas no terreno do CPS e órgãos paralelos em zonas de conflito e pós-conflito em África, devem adoptar uma Declaração Conjunta;
- v) Os Retiros conjuntos do CPS com órgãos similares devem adoptar as Conclusões.

**h) Melhorar o apoio aos Membros Africanos (A3) do Conselho de Segurança das NU**

**13.** De conformidade com as conclusões dos Seminários de Alto Nível relativamente à assistência aos novos Membros Africanos do Conselho de Segurança da ONU na preparação para abordar questões de segurança em África, realizados em Argel e Oran, Argélia, em Dezembro de 2013 e Dezembro de 2014, respectivamente, o CPS deverá continuar a reforçar a capacidade dos membros africanos do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). A este respeito, devem ser tomadas as seguintes medidas:

- i) Atribuição de dossiers sobre conflitos/criises e de pós-conflitos à membros A3, que deverão ao mesmo tempo, actuar como co-participantes e intervenientes em relação a estas questões no seio do CSNU, e capacitação de funcionários A3 encarregues pela elaboração de documentos de trabalho sobre questões de paz e segurança africanas, para consideração pelo CSNU (Isto deverá ser feito simultaneamente, com a capacitação de peritos do CPS, sempre que possível);
- ii) Incentivar os funcionários A3 para darem o seu contributo ao programa de trabalho provisório mensal do CPS, inclusive tomar providências no sentido de alinhar os calendários mensais do CPS e do Conselho de Segurança das NU, respectivamente;
- iii) Envolver os A3 na preparação das reuniões consultivas conjuntas anuais do CPS/CPSNU e noutras actividades conjuntas;
- iv) Incluir os A3 nas sessões de orientação/estágios para membros recém-eleitos e reeleitos do CPS;
- v) Estabelecer canais comunicação periódica, incluindo tele-conferências (VTC) entre o CPS e A3, por intermédio dos seus respectivos Presidentes.

## **E. MELHORAR A COLABORAÇÃO ENTRE O CPS E O ECOSOCC:**

14. O ECOSOCC é o órgão da UA encarregada de facilitar a interacção entre a UA e OSC e, mais especificamente, entre o CPS e os OSC que se dedicam às questões de paz e segurança em África. Neste contexto, o CPS, em consulta com o ECOSOCC, deve lançar e manter a sua consulta anual com OSC sobre a promoção da paz, segurança e estabilidade em África.

## **F. INTEGRAÇÃO DA PERSPECTIVA DO GÉNERO EM TORNO DA PAZ E SEGURANÇA EM ÁFRICA**

15. A Comissão da UA, em colaboração com as partes interessadas pertinentes, deverá facilitar a implementação das seguintes conclusões da reunião dedicada à Revisão da implementação dos compromissos decorrentes da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das NU sobre a Mulher, Paz e Desenvolvimento e do empenho da África neste contexto, tida lugar no passado dia 22 de Maio de 2015, à margem do Retiro do CPS, em Swakopmund, Namíbia:

- i) Institucionalizar uma sessão aberta anual do CPS sobre a implementação da Resolução 1325 do CSNU;
- ii) Facilitar a inclusão das mulheres nos processos de paz;
- iii) Interligar a Arquitectura de Governação Africana e a Arquitetura Africana da Paz e Segurança (APSA) da prevenção, gestão e resolução de conflitos à reconstrução pós-conflito reconstrução, proporcionando assim oportunidades para a consolidação e inclusão das preocupações das mulheres e meninas, como parte da reconstrução de organismos e estruturas de apoio às questões do género;
- iv) Nomear mulheres como enviadas especiais, mediadoras principais, representantes especiais e chefes de missões de Campo da UA e das CER;
- v) Integração do género nos Termos de Referência de observadores dos direitos humanos, enviados especiais, chefe mediadores, representantes especiais e chefes de missões de campo da UA;
- vi) Incluir o acompanhamento das violações baseadas no género, nos termos de referência das missões de acompanhamento dos direitos humanos da UA;
- vii) Assegurar que os termos de referência de todas as missões de apuramento de factos do CPS UA, incluem disposições específicas relacionadas com a dimensão do género e situações difíceis que as mulheres enfrentam;

- viii) Incentivar os Estados Membros da UA a implementar a política de tolerância zero sobre a exploração sexual, o código de conduta; o manual de formação em matéria de género e para pacificadores ou forças de manutenção da paz e a política de denúncias.

#### **G. ACTUALIZAR E ENRIQUECER O PROTOCOLO DO CPS**

**16.** Com a sua vantagem comparativa de conhecimento sobre as questões da paz e segurança em África, o CPS deve levar a cabo um estudo sobre a implementação da Arquitectura Africana da Paz e Segurança, incluindo o trabalho do CPS, com o objetivo de identificar lacunas e desafios neste contexto. A este respeito, o CPS solicita a Comissão da UA, especificamente, o secretariado do CPS e Comité de Peritos do CPS para efectuar o estudo. O relatório e as recomendações do estudo deverão ser apresentados à apreciação do CPS, com vista a facilitar o processo de actualização e enriquecer o Protocolo do CPS.

#### **H. VOTO DE AGRADECIMENTO**

**17.** O CPS adoptou um Voto de Agradecimento apresentado por H.E Fatoumata Sidibe Kaba, Embaixadora e Representante Permanente da Guiné Conacri na União Africana, dirigido ao governo e povo da República da Namíbia, pelo acolhimento do Retiro do CPS e pela calorosa recepção e hospitalidade concedidas aos seus membros, às CER/MRs, a outros convidados e aos representantes da Comissão da UA.



AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

---

Organs

Assembly Collection

---

2015-06-15

# Report of the Peace and Security Council on its Activities and the State of Peace and Security in Africa

African Union

DCMP

---

<https://archives.au.int/handle/123456789/8534>

*Downloaded from African Union Common Repository*